



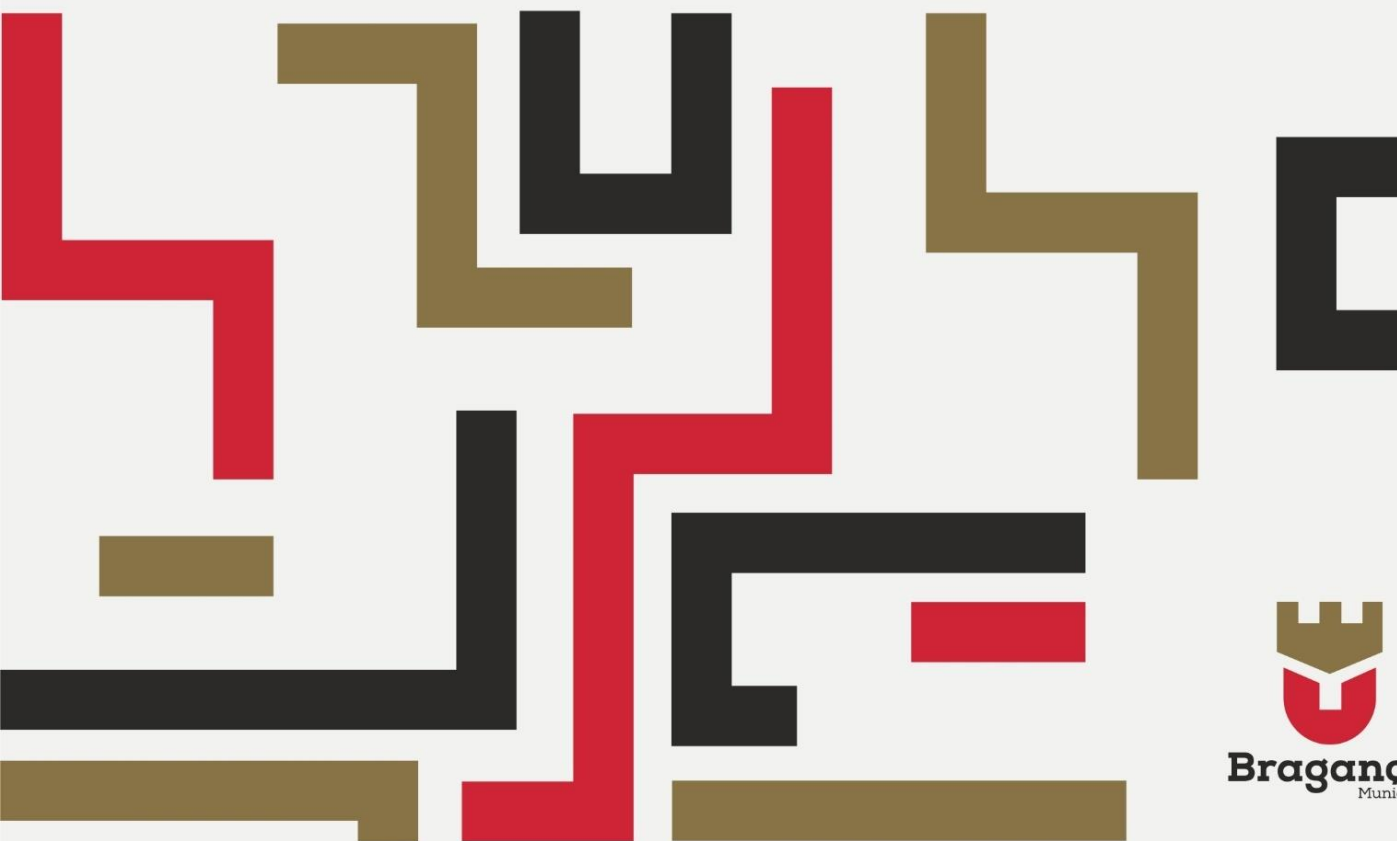
Conselho Local de Acção Social do Concelho de Bragança
CLAS - Bragança

DIAGNÓSTICO SOCIAL

Projeto Piloto Radar Social

2024 - 2026

Bragança Território Inclusivo, Solidário e Coeso 2024 - 2026



Pilar Europeu dos Direitos Sociais

O objetivo do Pilar Europeu dos Direitos Sociais é conferir aos cidadãos novos direitos, mais eficazes. Baseia-se em 20 princípios fundamentais estruturados em torno de três categorias:

igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho

condições de trabalho justas

proteção e inclusão sociais

In: https://ec.europa.eu/commission/priorities/deeper-and-fairer-economic-and-monetary-union/european-pillar-social-rights/european-pillar-social-rights-20-principles_pt

Índice

Índice de tabelas	3
Índice de Figuras	4
Introdução	5
1. Enquadramento da Rede Social	6
2. Diagnóstico Social do Concelho de Bragança – Contributos do projeto-piloto Radar Social	7
2.1. Análise SWOT – Painel da Sessão I	16
2.2. Análise SWOT – Painel da Sessão II	17
2.3. – <i>World Caffee</i> – Análise setorial dos eixos interventivos	20
2.4. Enquadramento das práticas inovadoras adotadas pelas Entidades Públicas e Instituições Particulares	27
2.4.1. Entidades que desenvolvem, atualmente, projetos/programas/medidas na área social (agosto 2024):	27
2.4.2. Avaliação da importância dos recursos e parcerias	28
2.4.3. Abordagens Inovadoras/ Respostas e Desafios das Entidades Locais (agosto 2024):	30
2.4.4. Intervenções Recentes em Equipamentos Sociais Institucionais	32
2.4.5. Respostas sociais das Instituições ao nível territorial/concelhio	34
3. Território	36
4. População e estrutura etária	40
5. População estrangeira residente em Portugal	46
6. Mobilidade	49
7. Escolaridade	49
8. Economia e Mercado de Trabalho	50
9. Emprego e Desemprego	55
10. Educação e Formação	58
10.1 Centros Escolares	62
10.1.1. Centros Escolares na área urbana:	62
10.1.2. Centro Escolar de Santa Maria:	62
10.1.3. Centro Escolar da Sé	63
10.1.4. Escola municipal fixa de trânsito	63
10.1.5. Escola Municipal De Dança	64
10.1.6. Atividades Socioeducativas E Serviço Educativo Nos Diversos Equipamentos Municipais	65
10.1.7. Transportes Escolares	65
10.1.8. Educação Especial	66
11. Proteção social	67
11.1. Núcleo Local De Inserção (RSI)	67
11.2. Complemento Solidário para Idosos (CSI) - Beneficiários com Prestações de CSI processadas/sexo e idade	71
11.3. Respostas sociais inseridas no contexto territorial de Bragança	73
12. Habitação habitação social municipal	77
13. Turismo, lazer, desporto e juventude	78
14. Problemáticas sociais e grupos de risco	80
15. CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Bragança	82
16. Ação social escolar	85
17. Violência doméstica	86
18. Forças de Segurança – Caracterização do número de processos-crime	90
19. Forças de Segurança – Censos Sénior	93
20. Cruz Vermelha Portuguesa, Delegação de Bragança: Nº de idosos acompanhados por freguesias (atividade e enfermagem) ...	94
21. Comunidade cigana	95
Conclusões	99
ANEXO – Registo fotográfico das ações de recolha de dados realizada	100
ANEXO – Atualização da Carta Social Municipal de Bragança	108
ANEXO – Atualização da Carta Social Municipal de Bragança 2	118
ANEXO - Atualização dos Instrumentos Sociais do Município de Bragança	138

Índice de tabelas

Tabela 1 Priorização das Problemáticas por Eixos_Sessão Temática CLAS - Diagnóstico social da Rede Social de Bragança: Sessão 19	
Tabela 2 Priorização das Problemáticas por Eixos_Sessão Temática CLAS - Diagnóstico social da Rede Social de Bragança: Sessão 20	11
Tabela 3 Painel da Sessão I - Resultados da análise de dados recolhidos	17
Tabela 4 Painel da Sessão II - Resultados da análise de dados recolhidos	19
Tabela 5 Eixo 1 - Resultado da recolha de dados obtidos de sessões focus group	21
Tabela 6 Eixo 2 - Resultado da recolha de dados obtidos de sessões focus group	22
Tabela 7 Eixo 3 - Resultado da recolha de dados obtidos de sessões focus group	23
Tabela 8 Eixo 4 - Resultado da recolha de dados obtidos de sessões focus group	24
Tabela 9 Eixo 5 - Resultado da recolha de dados obtidos de sessões focus group	25
Tabela 10 Eixo 6 - Resultado da recolha de dados obtidos de sessões focus group	26
Tabela 11 Eixo 7 - Resultado da recolha de dados obtidos de sessões focus group	26
Tabela 12 Dados estatísticos sobre o Território (2023)	36
Tabela 13 O território do concelho de Bragança em números	37
Tabela 14 Dinâmica populacional, no concelho de Bragança (2022)	40
Tabela 15 Evolução demográfica: dados estatísticos 2001 a 2021 (censos)	41
Tabela 16 Outros dados sobre a demografia do concelho de Bragança	41
Tabela 17 Enquadramento nacional e territorial dos dados demográficos do concelho de Bragança	43
Tabela 18 Evolução da taxa bruta da natalidade (2012-2022)	44
Tabela 19 Variação populacional por freguesias no concelho de Bragança	45
Tabela 20 Mapa total de residentes por concelho, no distrito: Bragança (2021)	46
Tabela 21 Mapa de total de residentes no Distrito: Bragança (2021)	47
Fonte: Instituto Politécnico de Bragança (IPB) – Ano letivo 2018/2019 Tabela 22 Distribuição dos alunos do IPB, por nacionalidade (ano letivo 2018/2019)	48
Tabela 23 Evolução dos níveis de instrução da população residente (2011-2021)	50
Tabela 24 Dados estatísticos sobre a Economia local	50
Tabela 25 População economicamente ativa por setores de atividade. Taxa de atividade	53
Tabela 26 Evolução da população empregada, por setores de atividade, segundo os censos (2011-2021)	54
Tabela 27 Desemprego registado por concelho segundo o género, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (ano/mês: 2024/07)	55
Tabela 28 Desemprego registado por concelho, segundo o grupo etário (ano/mês: 2024/07)	55
Tabela 29 Desempregados inscritos, segundo a escolaridade (ano/mês: 2024/07)	55
Tabela 30 Desempregados inscritos, segundo o sexo (ano/mês: 2024/07)	55
Tabela 31 Desempregados inscritos por motivos de inscrição (ano/mês: 2024/07)	55
Tabela 32 Dados estatísticos sobre os níveis de emprego e desemprego, no concelho de Bragança	57
Tabela 33 Dados estatísticos referentes à Educação, do concelho de Bragança	59
Tabela 34 Distribuição da população escolar por níveis de ensino. Comparação entre 2011 e 2021	61
Tabela 35 Dados estatísticos sobre Saúde e Segurança Social (2018)	67
Tabela 36 Rendimento Social de Inserção (RSI) - Nº de Beneficiários e Famílias com prestação processada em junho de 2024	68
Tabela 37 Rendimento Social de Inserção (RSI) - Nº de beneficiários e famílias, no distrito de Bragança, com prestação processada em junho de 2024	69
Tabela 38 Evolução no número de agregados familiares (junho 2023 - junho 2024)	69
Tabela 39 Dados estatísticos referentes à habitação, no concelho de Bragança	77
Tabela 40 Dados estatísticos sobre Turismo, Cultura e Desporto, no concelho de Bragança	78
Tabela 41 Dados estatísticos processuais de atendimentos em âmbito de NAAVD (2023)	87
Tabela 42 Dados estatísticos processuais de encaminhamentos em âmbito de NAAVD (2023)	88
Tabela 43 Dados demográficos de indivíduos atendidos em âmbito de NAAVD (2023)	88
Tabela 44 Dados demográficos de indivíduos atendidos em âmbito de NAAVD (2023)	88
Tabela 45 Dados demográficos de indivíduos atendidos em âmbito de NAAVD (2023)	88
Tabela 46 Dados demográficos de indivíduos atendidos em âmbito de NAAVD (2023)	89
Tabela 47 Dados estatísticos referentes à caracterização do agressor e tipo de agressão de Violência Doméstica	89
Tabela 48 Dados estatísticos processuais de Violência Doméstica (2024)	89
Tabela 49 Dados estatísticos processuais de Violência Doméstica (2024)	89
Tabela 50 Principais tipologias de NUIPC identificados pela GNR, Comando Territorial de Bragança	91
Tabela 51 Principais tipologias de NUIPC identificados pela GNR, Comando Territorial de Bragança	92
Tabela 52 Total de Vítimas/Lesados, por faixa etária. Fonte: Dados disponibilizados pela GNR, Comando Territorial de Bragança	93
Tabela 53 Dados estatísticos - Censos Sénior (2023)	94
Tabela 54 Nº de idosos, acompanhados por freguesias, ao nível de atividades e enfermagem, por parte da Cruz Vermelha – Delegação de Bragança	95

Índice de Figuras

Figura 1 Fluxograma sobre as fases de atuação da Rede Social	7
Figura 2 Percentagem das Entidades/Instituições que desenvolvem, atualmente, projetos/programas/medidas na área social.....	27
Figura 3 Importância dos recursos e parcerias.....	29
Figura 4 Intervenções em equipamentos sociais nas instituições	33
Figura 5 Gráfico representativo da Capacidade das respostas sociais e respetivos Utentes que as integram	35
Figura 6 O território do Distrito de Bragança no conjunto NUTS III e Municípios	37
Figura 7 A densidade populacional na região Norte de Portugal (2021)	37
Figura 8 Índice de Envelhecimento do concelho de Bragança	38
Figura 9 Contrastes territoriais ao nível da densidade populacional estrangeira, residente em Portugal (consultado: agosto de 2024).	46
Figura 10 Novas tendências nos processos migratórios (Portugal e distrito de Bragança)	48
Figura 11 Centro Escolar de Santa Maria	62
Figura 12 Centro Escolar da Sé.....	63
Figura 13 Objetivos gerais dos Núcleos Locais de Inserção (NLI)	68
Figura 14 Rendimento Social de Inserção (RSI) - Nº de Beneficiários e Famílias, no distrito de Bragança, com prestação processada em junho de 2024, por sexo e escalão etário	69
Figura 15 Variação processual de RSI, no concelho de Bragança (junho 2023 a junho de 2024)	70
Figura 16 Gráfico estatístico da caracterização dos beneficiários de Complemento Solidário para Idosos (CSI) em junho de 2024, segundo sexo e a idade.....	71
Figura 17 Gráfico estatístico da caracterização dos beneficiários de Complemento Solidário para Idosos (CSI) em junho de 2024, segundo o sexo.	71
Figura 18 Respostas sociais situadas no concelho de Bragança (Infância e Juventude)	73
Figura 19 Respostas sociais situadas no concelho de Bragança (População adulta)	74
Figura 20 Respostas sociais situadas no concelho de Bragança (Família e Comunidade em Geral)	75
Figura 21 Registo de número de processos-crime, identificados pela GNR, durante os anos 2021, 2022 e 2023.	91

Introdução

O atual documento produzido pela Equipa do Projeto-Piloto Radar Social, tem como objetivo proceder à atualização do Diagnóstico Social, do Plano de Desenvolvimento Social (PDS), elaboração do Plano de Ação e da Carta Social Municipal, com dados qualitativos e quantitativos relativos a diferentes indicadores considerados fundamentais e que gentilmente foram fornecidos pelas entidades parceiras do CLAS e por parte das entidades/IPSS com respostas sociais não tipificadas.

Primeiramente, irá proceder-se ao enquadramento da Rede Social, e às suas fases de atuação e, de seguida, à atualização do Diagnóstico Social. Importa referir, que para obter os dados e resultados necessários, considerou-se pertinente utilizar uma metodologia participativa e recorrer à aplicação de questionários, como forma de perceber e auscultar as entidades que intervêm diariamente no terreno. Nesse sentido, foram realizadas diversas sessões temáticas, *brainstorming*, Análise SWOT, *Focus Group* (Grupo Focal), tendo sido dada a oportunidade de os representantes, selecionados de forma aleatória, das entidades públicas e privadas, fornecerem o seu contributo na priorização de problemas, levantamento de necessidades, assim como partilha de ideias e boas práticas e contribuirão ainda com sugestões para melhorar a intervenção e atuação.

Paralelamente, foi também enviado via correio eletrónico, um questionário com o objetivo de recolher informações sobre as práticas inovadoras adotadas por Entidades Públicas e Instituições Particulares, entender melhor as estratégias utilizadas, identificar os principais obstáculos e partilhar boas práticas para enfrentar os desafios sociais atuais, assim como, atualizar as informações no que respeita às respostas sociais, capacidade e número de utentes.

Foi realizada uma abordagem ao território, à estrutura etária, população residente em Portugal, mobilidade, enquadramento das práticas inovadoras adotadas pelas entidades públicas e instituições particulares; avaliação dos recursos e parcerias interinstitucionais. De igual modo, são também mencionados outros aspetos prioritários a investir a curto prazo, abordagens inovadoras - respostas e desafios das entidades locais; intervenções em equipamentos sociais e respostas sociais das instituições. Destacam-se, ainda, estatísticas ao nível da escolaridade; emprego/desemprego; educação e formação; rede escolar; proteção social; habitação / habitação social municipal; turismo, lazer, desporto e juventude; problemáticas sociais e grupos de risco; CPCJ; ação social escolar; violência doméstica e comunidade cigana.

1. Enquadramento da Rede Social

A Rede Social de Bragança corporiza um conjunto de princípios que norteiam a sua implementação a nível nacional, ou seja, princípios de ação fundados nos conceitos de subsidiariedade, integração, articulação, participação e inovação, elementos imprescindíveis para oferecer garantias de funcionalidade e coerência face ao conjunto do seu Programa.

O Projeto da Rede Social em Bragança desejou, desde logo, integrar um vasto conjunto de instituições que se revelam estrategicamente significativas na sua relação com os problemas e soluções sociais, permitindo assim um esforço de concretização de uma rede social que se define como um “ (...) fórum de articulação e congregação de esforços e baseia-se na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas e privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar.”, não negligenciando a ação de “ (...) assumir uma postura ativa e ir ao encontro das diferentes entidades que atuam no domínio social, suscitando a sua participação.”.

Esta estratégia pretendeu garantir, assim, a concertação de esforços focalizados no âmbito da erradicação ou atenuação das diferentes formas de pobreza e exclusão social, ou seja, da promoção do desenvolvimento social concelhio.

A Rede Social foi criada através da Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97 de 18 de novembro de 1997 e Declaração de Retificação nº 10-O/98. Posteriormente foi publicado o Despacho Normativo nº 8/2002 de 12 de fevereiro e o Dec-Lei nº 115/2006 de 14 de junho.

Desta forma, após a candidatura (n.º 0402/2005) ao Programa Rede Social realizada em outubro de 2004, foi aprovada pelo ISS, IP e assinado o Termo de Aceitação em 26 de Janeiro de 2005, oferecendo assim ao Município de Bragança a oportunidade de implementação deste programa, com financiamento para esse efeito.

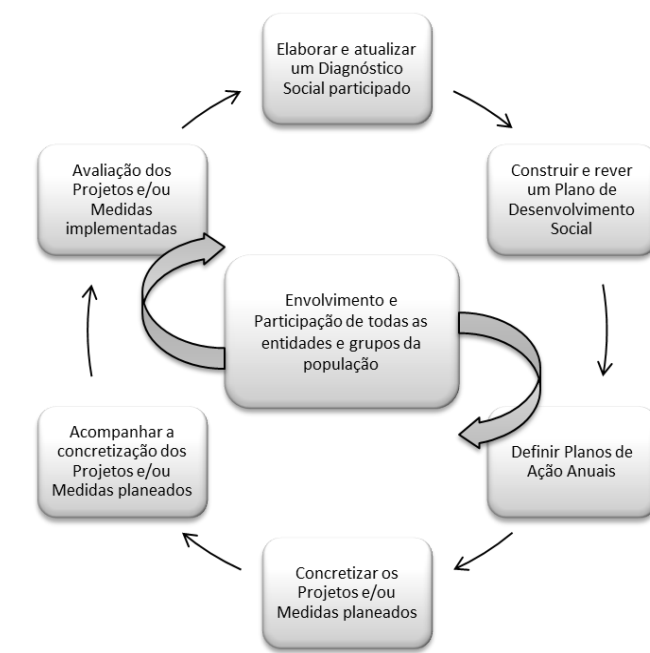


Figura 1 Fluxograma sobre as fases de atuação da Rede Social

2. Diagnóstico Social do Concelho de Bragança – Contributos do projeto-piloto Radar Social_

Esta secção visa atualizar os dados do Diagnóstico Social, permitindo analisar, por áreas temáticas, alguns indicadores e dinâmicas do concelho de Bragança. Este, inclui tanto as problemáticas identificadas e priorizadas no anterior Plano de Desenvolvimento Social (PDS) - Adenda Intercalar (2023) como as novas problemáticas levantadas pelas Entidades/IPSS.

Assim, pretende-se com a atualização desta ferramenta de trabalho, oferecer uma síntese dos dados relevantes obtidos através de diversas reuniões temáticas realizadas com as Entidades Públicas, Privadas e IPSS parceiras do CLAS e que constituem a Rede Social. Todas e cada uma em especial, através de dinâmicas de grupo e *brainstorming* colaboraram e deram o seu contributo primordial para proceder ao levantamento das problemáticas identificadas de acordo com os eixos temáticos e proporcionar um panorama abrangente e atualizado das necessidades sociais.

Este levantamento, iniciou com a realização de duas sessões temáticas intituladas por: “Priorização das Problemáticas por Eixos_Sessão Temática CLAS_ Diagnóstico social da Rede Social de Bragança”, que decorreram no dia 29 de maio de 2024 e 3 de junho de 2024.

Na primeira sessão estiveram presentes os representantes das seguintes Entidades: Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Bragança, ISS, IP - Bragança, Agrupamento de Escolas Emídio Garcia, NERBA - Associação Empresarial do Distrito de Bragança, Polícia de Segurança

Pública, I.E.F.P de Bragança, Bombeiros Voluntários de Bragança, Corane, Guarda Nacional Republicana; CPCJ de Bragança, num total de 12 participantes.

Na segunda sessão, foram convocadas as IPSS, importa realçar que tendo em conta o prazo estipulado para entrega das ferramentas de diagnóstico e planeamento social, não se tornou possível auscultar todas as instituições tendo sido selecionadas um conjunto de forma aleatória. Assim, estiveram presentes os representantes das seguintes IPSS: Associação Entre Famílias, Centro Social e Paroquial Santos Mártires, Associação Reaprender a Viver, Fundação Betânia, Fundação Casa de Trabalho, Palácio da Sabedoria, APADI- Associação de Pais e Amigos do Diminuído Intelectual, Centro Social e Paroquial Santo Condestável, Cáritas Diocesana de Bragança, Santa Casa da Misericórdia de Bragança, num total de 13 participantes. Nesta sequência, apresenta-se a síntese dos dados nos quadros infra¹, de acordo com as sessões realizadas, por eixo temático.

	Tema	Data	N.º de Participantes	Resultados Preliminares (Síntese)	Discussão dos Eixos Prioritários PDS
Painel 1	Mercado de trabalho, Formação e Qualificação	29/05/2024	12	Fracos Níveis de Empregabilidade de Minorias e Grupos Sociais Desfavorecidos; Insuficiência de linhas de transporte para empregados e formandos; Falta De Entidades Formadoras e Cursos para áreas menos técnicas (calceteiros; sapateiros, soldadores, carpinteiros, cestaria, entre outros); Valorização / Vencimento.	Eixo I
	Cidadania e envelhecimento			Baixa participação social e cultural de pessoas em situação de vulnerabilidade; Falta de participação ativa da população; Défice de informação e acessibilidade a serviços para populações isoladas; Imagem negativa sobre o envelhecimento; Aumento de casos de isolamento e demência entre os idosos.	Eixo II
	Infância e Juventude			Dificuldade no acompanhamento de alunos com problemas comportamentais e emocionais; Aumento do número de famílias em situação de pobreza e exclusão social, no contexto pós-pandemia e da atual crise económica e habitacional; Desresponsabilização dos pais em	Eixo III

¹ Importa referir que todos os aspetos, abordados durante as sessões, são constituídos por expressões utilizadas pelos representantes durante a recolha de dados qualitativos.

			relação à escola; Défice de valorização da formação profissional para os jovens.	
	Inovação e Qualificação dos Equipamentos e Respostas Sociais		Elevado número de idosos dependentes e vulneráveis; Persistência de situações de sem-abrigo; Défice de vagas em creches; Isolamento e insegurança de idosos autónomos; Ausência de estruturas de tratamento para comportamentos aditivos; Défice na formação de recursos humanos nas respostas sociais.	Eixo IV
	Exclusões Sociais e Grupos de Risco		Fraca autonomização das famílias beneficiárias de apoios sociais; Sobreendividamento das famílias; Ausência de apoio familiar para competências parentais; Promover a integração efetiva dos refugiados; Défice de mobilidade e acessibilidade aos serviços públicos.	Eixo V
	Igualdade de Género e Não Discriminação		Dificuldade de conciliação entre trabalho e vida familiar para mulheres; Desigualdade de acesso a atividades sociais, culturais e desportivas; Depende da mentalidade de cada um, mudar mentalidades; Promover a mudança de mentalidades sobre a igualdade de género	Eixo VI
	Parcerias Institucionais		Parcerias pouco objetivas e sem critérios claros; Deficiente; Partilha de informação entre agentes locais; Falta de pessoal técnico para acompanhar ações da rede social; Cooperação interinstitucional especializada para melhor combater a problemática detetada; Maior contacto direto - designação de pessoas referenciais; Promover a participação efetiva das parcerias (trabalhar em rede).	Eixo VII

Tabela 1 Priorização das Problemáticas por Eixos_Sessão Temática CLAS - Diagnóstico social da Rede Social de Bragança: Sessão 1

	Tema	Data	N.º de Participantes	Resultados Preliminares (Síntese)	Discussão dos Eixos Prioritários PDS
Painel 2	Mercado de trabalho, Formação e Qualificação	03/06/2024	13	Persistência de baixos níveis de qualificações e escolaridade; Défice de informação para os pais e jovens sobre áreas de forte empregabilidade; Desadequação entre a oferta formativa e necessidades das empresas locais; Escassa oferta de formação qualificada; Formação profissional desadequada às funções e às qualificações dos Recursos Humanos; Falta de respostas educativas alternativas ao ensino regular para jovens sem o 9º ano.	Eixo I
	Cidadania e envelhecimento			Aumento de casos de isolamento e demência entre os idosos; Falta de apoio aos cuidadores informais; Défice de informação e acessibilidade a serviços para populações isoladas; Dificuldade financeira que as instituições enfrentam face à falta de apoio do estado em função das exigências e do aumento das despesas verificadas no dia-a-dia; Falta de respostas sociais específicas às necessidades da sociedade em geral e conhecimento das mesmas; Economia doméstica; Envelhecimento de clientes associado ao envelhecimento dos recursos humanos.	Eixo II
	Infância e Juventude			Dificuldade no acompanhamento de alunos com problemas comportamentais e emocionais; Falta de recursos humanos qualificados para a problemática de crianças de famílias desestruturadas; Sinalização dos processos de acolhimento cada vez mais tardios; Défice de empreendedorismo entre os jovens; Comportamentos de risco dentro e fora do espaço escolar; Desresponsabilização dos pais em relação à escola.	Eixo III
	Inovação e Qualificação dos Equipamentos e Respostas Sociais			Aumento de casos de saúde mental sem respostas adequadas; Falta de respostas no âmbito da demência; Falta de profissionais qualificados e com perfil adequado às necessidades / exigências da área; Combate efetivo com resposta inovadora à subsidi dependência (equipas de rua, capacitação): Falta de respostas inovadoras na área das dependências em públicos mais jovens.	Eixo IV

	Exclusões Sociais e Grupos de Risco			Fraca autonomização das famílias beneficiárias de apoios sociais; Fracos níveis de inserção profissional de toxicodependentes e alcoólicos; Baixa inserção profissional de pessoas com deficiência; Ausência de resposta para pessoas com problemas mentais (ao nível da saúde); Ausência de respostas para as pessoas com a problemática da toxicodependência (unidades de desintoxicação e comunidades terapêuticas).	Eixo V
--	--	--	--	---	--------

Tabela 2 Priorização das Problemáticas por Eixos_Sessão Temática CLAS - Diagnóstico social da Rede Social de Bragança: Sessão 2

A análise das problemáticas priorizadas revela uma preocupação contínua com a empregabilidade e a formação, destacando a necessidade de reforçar as competências dos grupos mais vulneráveis e melhorar as condições de trabalho. A falta de cursos específicos e a valorização salarial, indicam uma evolução nas necessidades e desafios enfrentados pela comunidade. Assim, a comparação entre as anteriormente priorizadas e as novas revela tanto mudanças quanto continuidades, refletindo as dinâmicas sociais e económicas da região. Nesse sentido, é essencial que o diagnóstico social sirva de base para a implementação de estratégias eficazes, direcionadas para a resolução das problemáticas mais urgentes e prioritárias.

Também, a participação ativa da população é uma preocupação contínua, sendo destacada tanto no PDS anterior quanto nas novas problemáticas. A baixa participação de pessoas vulneráveis correlaciona-se com a falta de participação ativa da população identificada recentemente, refletindo a pertinência de intervenções que promovam a inclusão social e cultural.

A dificuldade de acesso aos serviços das populações isoladas e o abandono de pessoas idosas continuam a ser uma preocupação e também uma prioridade. Há uma ênfase crescente na necessidade de se criarem equipas de proximidade e oferecer respostas que adiem o envelhecimento, de forma a proporcionar uma melhor qualidade de vida aos idosos. Persiste também a imagem negativa sobre o envelhecimento, indicando a necessidade de se implementarem ações que valorizem a experiência, os conhecimentos e a contribuição desta faixa etária na sociedade.

É preocupante o aumento dos casos de isolamento e demência, reforçando a necessidade de soluções sociais dinâmicas, projetos de intervenção comunitária e intergeracional, priorizar também a inclusão digital como forma de garantir a segurança, promover a cidadania, estilos de vida saudáveis e o envelhecimento ativo.

A falta de apoio aos cuidadores informais foi outra das problemáticas identificadas, ressaltando a necessidade de reforçar as políticas sociais e programas específicos para dar suporte aos cuidadores.

O Eixo 3, dedicado à “Infância e Juventude” aborda diversas problemáticas que refletem tanto questões estruturais quanto sociais. Das problemáticas discutidas que foram levantadas no PDS anterior, sendo priorizadas pelas instituições, destaca-se a dificuldade no acompanhamento de alunos com problemas comportamentais e emocionais. A ausência de recursos adequados para lidar com estas necessidades específicas é uma questão crítica, agravada pela sinalização tardia de processos de acolhimento. Esta situação acentua a urgência de implementar estratégias de intervenção precoces e de ser assegurado suporte psicológico mais eficaz nas escolas.

Outro ponto relevante é o déficit de empreendedorismo entre os jovens e a falta de acessibilidade às novas tecnologias. Estas limitações dificultam o crescimento pessoal e profissional, criando barreiras significativas ao seu pleno desenvolvimento.

Paralelamente, a presença de comportamentos de risco, tanto dentro como fora do espaço escolar, associada à desresponsabilização parental, aponta para a pertinência de reforçar o papel da família, da escola e da comunidade na educação e acompanhamento dos jovens.

Também a desvalorização da formação profissional surge como um obstáculo adicional. Esta, poderia servir como uma alternativa viável para muitos jovens, é frequentemente subestimada, exacerbando as dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Em relação às novas problemáticas identificadas/levantadas na análise do eixo 3, refletem preocupações centrais que carecem de intervenção. Em primeiro lugar, destaca-se a necessidade de acelerar os processos tutelares e de acolhimento de menores, que atualmente se encontram bastante demorados, comprometendo a segurança e o bem-estar das crianças envolvidas. Estes atrasos podem resultar em períodos prolongados de vulnerabilidade, aumentando a urgência de uma resposta mais célere e eficaz.

Outro ponto de preocupação é a necessidade de recursos humanos qualificados, especialmente para lidar com crianças provenientes de famílias desestruturadas. A escassez de profissionais especializados compromete a qualidade do atendimento e a capacidade de resposta a situações complexas, sublinhando a necessidade de investir em formação e recrutamento de técnicos capacitados.

Em suma, as problemáticas priorizadas apontam, sobretudo, para a premência de melhorias nos processos legais e de acolhimento e na qualificação dos profissionais envolvidos.

A análise das problemáticas mais relevantes no Eixo 4 revela questões críticas que precisam de uma atenção especial para melhorar a eficácia das respostas sociais. Uma das principais preocupações é o aumento dos casos de saúde mental sem respostas adequadas, uma necessidade já identificada no anterior PDS. Esta situação reflete a insuficiência de serviços especializados e de profissionais capacitados para lidar com o fenómeno em crescimento.

Outra questão relevante é a carência de respostas no âmbito da demência, área onde o sistema social mostra claras deficiências. Com o envelhecimento da população, há um aumento considerável de casos agravado pela escassez de respostas e ampliando o sofrimento dos doentes e das suas famílias. Seria fundamental desenvolver serviços e infraestruturas que pudessem fornecer cuidados especializados e apoio contínuo.

No que respeita à subsidiodependência, fenómeno que necessita ser combatido com estratégias proativas e inovadoras, que permitam a reintegração das pessoas na sociedade, reduzindo a dependência de apoios sociais. Surgindo assim a pertinência da criação/ aumento das equipas de rua e programas neste âmbito. De referir ainda, um vazio crítico nas políticas sociais atuais no que respeita a respostas inovadoras na área das dependências em públicos mais jovens. Esta faixa etária enfrenta problemas de dependência e na maior parte das vezes não encontra respostas adequadas às suas necessidades, o que pode agravar a sua situação e dificultar a sua recuperação. É imperativo desenvolver programas específicos e inovadores que abordem as dependências de forma eficaz, proporcionando apoio adequado a este grupo etário vulnerável.

A análise do Eixo 5 focado em "Exclusões Sociais e Grupos de Risco", evidencia uma série de problemáticas que refletem a fragilidade das respostas sociais disponíveis para as populações mais vulneráveis. As questões identificadas no PDS anterior, juntamente com as novas problemáticas levantadas pelas entidades, demonstram uma necessidade premente de reforço e inovação nas estratégias de intervenção social.

A fraca autonomização e a dependência contínua das famílias em relação aos apoios sociais, retrata que as medidas existentes não são suficientes para promover uma verdadeira autonomização. A falta de desenvolvimento de competências que permitam a saída do ciclo de dependência é um problema central que requer abordagens mais eficazes e integradas.

Também o sobreendividamento das famílias é também uma problemática que reflete a precariedade económica e continua a colocar desafios consideráveis para os agregados familiares em situação de vulnerabilidade.

Os fracos níveis de inserção profissional de toxicodependentes e alcoólicos refletem a dificuldade de integração no mercado de trabalho, uma questão crítica para a sua recuperação e reabilitação. A falta de oportunidades de emprego e de programas de reintegração adequados contribui para a exclusão contínua destes indivíduos e que muitas vezes recaem na dependência devido à falta de perspetivas.

A baixa inserção profissional de pessoas portadoras de deficiência é outra problemática identificada no PDS anterior que permanece sem resolução adequada. Esta, é essencial para a inclusão social, e a falta de oportunidades de trabalho para pessoas portadoras de deficiência reflete a existência de barreiras significativas no mercado de trabalho que precisam ser derrubadas.

A análise das novas problemáticas levantadas pelas entidades, especificamente a ausência de resposta para pessoas com problemas do foro mental e de toxicodependência (unidades de desintoxicação e comunidades terapêuticas), revela falhas significativas nos sistemas de saúde e apoio social que precisam de ser abordadas de forma urgente. A criação de uma rede mais sólida e acessível de serviços de saúde mental e de tratamento para a toxicodependência é essencial para garantir que estas pessoas em situações de maior vulnerabilidade possam receber o apoio necessário para a sua recuperação e reintegração social.

No que respeita ao Eixo 6 de Igualdade de Género e Não Discriminação revela tantos desafios persistentes quanto a emergência de novas questões. A conciliação entre trabalho e vida familiar, a desigualdade de acesso a diversas atividades, e a desigualdade dentro das organizações continuam a ser áreas críticas. Ao mesmo tempo, a necessidade de garantir igualdade salarial e de género e promover uma mudança de mentalidades são desafios que requerem uma abordagem integrada e multifacetada para alcançar estes objetivos.

No âmbito do eixo 7 (PDS), dedicado às “Parcerias Institucionais”, as problemáticas identificadas revelam novas e persistentes questões que afetam a eficácia das colaborações entre instituições. Assim sendo, as problemáticas inerentes ao PDS anterior, cuja persistência se verifica, dizem respeito à falta de pessoal técnico para acompanhar ações da Rede Social; parcerias pouco objetivas e sem critérios claros; e deficiente partilha de informação entre os agentes locais.

Quanto às novas problemáticas, relacionam-se com a cooperação interinstitucional especializada para melhor combater a problemática detetada; maior contacto direto - designação de pessoas referencia; promover a participação efetiva das parcerias (trabalhar em rede) e dinamizar a criação de indicadores e registo de dados.

Em jeito de conclusão, a análise revela a necessidade de fortalecer as parcerias institucionais através de uma série de medidas.

A falta de pessoal técnico, a ausência de objetivos e critérios claros, e a deficiente partilha de informação são desafios que devem ser abordados para melhorar a eficácia das entidades públicas e privadas.

As novas questões, como a cooperação interinstitucional especializada, a designação de contactos diretos, a promoção da participação efetiva e a criação de indicadores, oferecem direções para a otimização das parcerias. A implementação destas medidas pode levar a uma colaboração mais eficaz e a um impacto mais significativo das políticas sociais.

Após a realização das sessões anteriormente referidas, nos dias 5 e 7 de junho de 2024, foram concretizadas as sessões de análise *SWOT*, com o intuito de identificar as Forças (*Strengths*), Oportunidades (*Opportunities*), Fraquezas (*Weaknesses*) e Ameaças (*Threats*) a nível do concelho.

Na primeira sessão, estiveram presentes os representantes das seguintes Entidades: NERBA - Associação Empresarial do Distrito de Bragança, ACT (Autoridade para as Condições do Trabalho), CORANE, Guarda Nacional Republicana; Polícia de Segurança Pública, ACISB Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança, ISS, IP - Bragança, Agrupamento de Escolas Emídio Garcia, Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Bragança, num total de 11 participantes.

Na segunda sessão, Associação Reaprender a Viver, Centro Social de São Pedro de Serracenos, Obra Kolping da Diocese de Bragança, Centro Social e Paroquial Santo Condestável, ASMAB (Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança), Obra Social Padre Miguel, ULSNE - Centro de Saúde de Santa Maria, Centro Social, União das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Distrito de Bragança - UIPSSDB, APADI- Associação de Pais e Amigos do Diminuído Intelectual, Fundação Betânia, num total de 10 participantes.

Seguidamente, apresentam-se os contributos de cada Entidade nos quadros infra. Importa referir que todos os aspetos, abordados durante ambas as análises *SWOT*, são constituídos por expressões utilizadas pelos representantes durante a recolha de dados qualitativos:

2.1. Análise SWOT – Painei da Sessão I²

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> Diversidade de soluções sociais; Contato mais direto com pessoas para ajudar a resolver problemas; Preocupação em fazer melhores investimentos; Reuniões e encontros regulares Cooperação entre parceiros; A proximidade a nível de comunidade; A nossa "singularidade"; Intercâmbio de informação; Procura em dar uma resposta em conjunto; Proximidade com a população; Identificação dos parceiros; Existência de um Diagnóstico Social; Identificação das problemáticas existentes no concelho; Agregação de diversas entidades; Funcionamento em Rede; Diversidade de protocolos; Facilidade de criar redes de comunicação (informal); Cultura de inclusão +/- implementada (ex. etnia cigana); Diversidade de respostas sociais; Sinergia das parcerias da rede; Solidariedade; Conhecimento da comunidade; Cooperativismo positivo; Qualidade de vida. 	<ul style="list-style-type: none"> Trabalho mais individual das instituições; Alguma dificuldade em conhecer com mais detalhe o que fazem, se fazem bem cada entidade da rede; Dependência do estado para financiar soluções sociais e/ou investimentos; Baixa inovação nas soluções sociais; Não há relatórios da avaliação de impacto; Pouco conhecimento de dados/indicadores sociais; Dispersão dos meios; Falta de acesso em tempo útil aos dados de cada entidade; Comunicação para o exterior, melhor divulgação das "necessidades" da rede; Monitorização dos processos de avaliação; Rede de comunicação formal deficiente; Tempos de espera para respostas em alguns casos; Cultura social de alguns núcleos/colaboradores; Manutenção do "estereótipo" para além da "bolha"; Escassez de recursos humanos e logísticos / rede transportes; Envelhecimento de população; Despovoamento; Desfasamento entre oferta/procura emprego; Comunicação; Rede de transportes meio rural; Cooperativismo negativo; Trabalho em rede pouco instituído; Trabalho apenas para números.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> Procurar novas formas de financiamento; Sensibilizar / informar; Troca de informações entre instituições; Evento online para divulgação; Criação positiva em rede social; Complementaridade nas respostas às necessidades da comunidade; Aproveitar os novos desafios para dar uma resposta especializada; Promover o trabalho em rede; Resposta num curto espaço de tempo às necessidades apresentadas; 	<ul style="list-style-type: none"> Burocracia; Imagem pouco "Apelativa" de algumas profissões; O perfil das empresas (micro/PME) pouco inovadoras; Habitação social; Empregabilidade; Consumos; Falta de empregabilidade; Êxodo rural / região; Aumento da pobreza; Novas realidades sociais = Choque cultural;

² Importa referir que todos os aspetos, abordados durante as sessões, são constituídos por expressões utilizadas pelos representantes durante a recolha de dados qualitativos.

<ul style="list-style-type: none"> • Formação específica para empregadores e desempregados/empregados; • Valorização laboral; • Consciência da responsabilidade social de cada instituição/parceiro; • Existência de ações/financiamento do âmbito nacional; • Baixa densidade populacional; • Diversidade de parceiros / complementaridade; • A própria rede/parceiros; • Ajudas na criação de emprego; • Interior; • Diversidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de financiamento setor social; • Novos desafios a nível nacional e internacional; • "Constante" alteração de legislação / procedimentos; • Novas realidades Sociais; • População flutuante; • Caducidade dos projetos (curto/médio prazos); • Informação / sensibilização do grande público; • Economia - Falta de emprego qualificado; • Fraca rede de transporte rural; • Falta de investimento particular e estatal; • Falta de respostas estruturais no território.
---	---

Tabela 3 Paineis da Sessão I - Resultados da análise de dados recolhidos

• 2.2. Análise SWOT – Paineis da Sessão II

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Vontade de todos os intervenientes sociais em "construir" um território melhor para todos; • Instituições mistas, que permitem que as famílias se mantenham juntas por mais tempo; • Instituições abertas à comunidade; • Estatísticas às pessoas interessadas; • População alvo em grande nº com necessidades que podem ser colmatadas pelas instituições da rede; • Boa organização das instituições; • Equipas multidisciplinares; • Qualidade dos serviços prestados; • Atualização dos recursos humanos nas instituições, reforço de técnicos especializados às necessidades dos clientes; • Melhorias nas instalações das instituições; • Apoio de Parceiros; • Proximidade a organismos públicos e privados; • Recursos lúdicos; • Diversidade cultural; • Maior da longevidade; • Pessoal especializado para trabalhar com idosos; • Existência de respostas sociais suficientes; • Diversidade cultural (vários pontos turísticos); • Existência do centro de respostas Integradas e equipas de intervenção direta (com equipa de rua); • Trás-os-Montes; 	<ul style="list-style-type: none"> • Barreiras arquitetónicas que limitam por vezes o acesso às pessoas com mobilidade reduzida a lugares e eventos; • Exposição cada vez maior a comportamentos desviantes; • Resistência a ajuda (família conseguir verificar as causas/ falhas junto dos seus filhos); • Escassez de instituições de apoio à deficiência no distrito; • Estigma existente na comunidade relativamente à deficiência; • Fraca densidade populacional; • Longa distância a percorrer para prestar os serviços; • Insuficiência de vagas em ERPI; • Pouca formação dos colaboradores; • Inexistência de respostas direcionadas para a demência; • Insuficiência em número, formação, qualificação e remuneração; • Diminuição drástica; • Deficiência; • Falta de estruturas adequadas para o envelhecimento natural; • As atuais ERPI's naturalmente e por lei têm de fazer exclusões; • Orientação deficiente com o centro de emprego capacitação de desempregados; • Falta/ Inexistência de resposta no que respeita ao tratamento (em regime de internamento para pessoas com problemáticas da toxicodependência);

<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da área de restauração / turismo com contrato de migrantes Articulação entre programas comunitários de apoio a idosos isolados e/ou dependentes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fraca capacidade de fixar colaboradores (rotatividade); • Poucos recursos para dar uma resposta de qualidade aos clientes; • Plano nacional de gerontologia com poucos avanços; • Não obrigatoriedade de 1 Gerontólogo nas Instituições para idosos; • Vagas no 3º Sector; • Baixo nível de rendimentos; • Pouca interação com outras instituições; • Baixa escolaridade; • Melhorar os acessos; • Ausência de respostas para idosos com doenças mentais; • Falta de equipamentos destinados a crianças desde a 1ª Infância até à adolescência com problemas específicos de saúde (N.E.E); • Falta de equipamentos com horários alargados para pais que trabalham por turnos; • Falta de oportunidades de emprego, com origem na falta de tecido fabril/industrial; • Território disperso, em que as zonas populacionais se encontram com muita distância entre si; • Falta de equipamentos com vagas de 1ª Infância (0 aos 36 meses); • Falta de adaptação curricular e formativa às expetativas dos desempregados e necessidades das entidades empregadoras; • Falta de plano municipal Gerontólogo.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Parcerias entre várias instituições e entidades; • Diversificar serviços, indo ao encontro às novas exigências dos clientes ; • Divulgação das iniciativas/ atividades da instituição nas redes sociais; • Interação entre as IPSS; • Trabalho em rede/parcerias; • Capacitação de recursos humanos; • Promoção do idadismo + respostas integradas de saúde e sociais; • Desenvolvimento de projetos na área da cidadania; • Território pequeno onde as pessoas e os técnicos facilmente podem reunir para falar acerca de determinados casos permitindo assim facilmente um melhor trabalho em rede/em equipa; • Aumento de oferta formativa - profissional e escolar - até ao ensino superior; • Abertura das Instituições à comunidade; • Organização e participação das instituições (Clientes) em eventos na comunidade o que ajuda a eliminar barreiras; 	<ul style="list-style-type: none"> • Pouca formação de colaboradores e/ou pouco interesse na área social especificamente na 3ª Idade; • Poucas políticas de apoio ao terceiro setor; • Distância elevada entre instituições e entre instituições e clientes; • Utilização de programas ocupacionais em detrimento de efetiva inserção no mercado de trabalho; • Falta de atividades conjuntas entre instituições com respostas para idosos; • Pouca articulação entre respostas iguais; • Fuga de jovens qualificados para zonas geográficas com mais oportunidades de emprego que correspondem aos seus objetivos de vida e qualificações académicas e profissionais; • Taxa de mortalidade elevada e taxa de natalidade baixa; • Desertificação populacional; • Diminuição de utentes permitidos em instituições - Nova legislação; • Sobreposição de respostas (ajudas); • Aumento dos custos nas IPSS (fornecedores);

<ul style="list-style-type: none"> • Candidaturas a projetos cofinanciados por verbas europeias - FSE, PRR, FEDER (...), de forma a criar empregos e aumentar o nível de emprego; • Incentivar os jovens a se fixar no território, através de oportunidades atrativas de emprego; • Apoios financeiros europeus para novos equipamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de contratação de colaboradores responsáveis e comprometidos; • Pensões baixas dos idosos; • Aumento do nº de pessoas com adições e que vão à procura de apoio/ajuda; • Aumento do nº de pessoas desempregadas; • Tirar o máximo do partido das forças e potencializá-los; • Infraestruturas deficitárias de acesso aos idosos que pode levar a fraturas; • Valores elevados de lares; • Discriminação e estigma da população idosa; • Envelhecimento da população portadora de deficiência e falta de respostas sociais adequadas; • Falta de respostas após terminar o ensino obrigatório; • Idosos mais dependentes; • (eixo 4) - excesso de oferta; • Dirigentes já reformados à frente de IPSS e alguns que não sabem ler nem escrever; • Falta de apoio financiamento por utente; • Equipamentos e apoios a deficientes PRR/PARES no concelho; • Parcerias institucionais (CMB) apoio direto; • Importante alargamento da rede.
---	---

Tabela 4 Painel da Sessão II - Resultados da análise de dados recolhidos

Posteriormente, e após o levantamento dos problemas priorizados em anteriores sessões e análise *SWOT*, realizaram-se 2 sessões temáticas “*Focus Group*”, que tiveram com o objetivo através de uma dinâmica de grupo que designamos como World Caffee, identificar sugestões e possíveis soluções para desenvolver estratégias de intervenção, de acordo com os eixos temáticos e com foco na elaboração do Plano de Ação 2024 -2026.

Estas realizaram-se nos dias 20 e 27 de junho de 2024 e para a concretização dos objetivos contou-se com a presença das seguintes entidades, na primeira sessão: ACISB Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança, NERBA - Associação Empresarial do Distrito de Bragança, I.E.F.P de Bragança, Fundação Casa de Trabalho (CAFAP), Fundação Betânia, Agrupamento de Escolas Emídio Garcia, ULSNE - Centro de Saúde de Santa Maria, no total de 7 participantes, tendo debruçado o seu contributo particularmente nos eixos 1,2,3,4. Na segunda sessão, os eixos 5,6, 7, foram abordados pelas seguintes entidades: Reaprender a Viver, Centro Social Paroquial Santos Mártires (CLDS-5G, CRI de Bragança, Academia Santos Mártires), Serviço Diocesano Migrações e Minorias Étnicas, Polícia de Segurança Pública, Município de Bragança (SAAS), ASMAB (NAVVD), no total de 10 participantes. Os resultados e as possíveis soluções identificadas apresentam-se nos quadros infra.

2.3. – World Caffee³ – Análise setorial dos eixos interventivos

Sessão temática <i>Focus Group</i>	
Eixo 1 - Mercado de Trabalho, Formação e Qualificação	
Perguntas orientadoras:	Sugestões /Possíveis Soluções/ Estratégias
<p>- Quais são as principais barreiras que impedem a melhoria das linhas de transporte para empregados e formandos?</p> <p>- Quais são as áreas específicas em que os recursos humanos necessitam de qualificação adicional?</p> <p>- Como podemos incentivar a participação em programas de formação?</p>	Rede pública de transportes adequada às necessidades dos empregados e empresas (melhor gestão dos percursos e horários).
	Melhorar a oferta - diversificar campos profissionais em função das necessidades das empresas (+ articulação com áreas do ensino superior politécnico).
	Desenvolver programas de "estágio" receção de jovens nas férias nas empresas por "níveis" profissões / trabalhos e novas experiências.
	Oferta formativa - formação profissional desadequada às expectativas dos formandos e necessidades das empresas.
	Formação profissional em tecnologias informáticas e sistemas de qualidade para as IPSS.
	Dimensão da área geográfica; relação custo-benefício; identificação das necessidades específicas /horários compatíveis.
	Reforço do trabalho de diagnóstico.
	Alterar a obrigação de um número mínimo de presenças na formação cofinanciado.
	Ações b-learning; ações e-learning; presenciais.
	Reforçar / incentivar trabalho de diagnóstico junto das pessoas para ajustar a formação às suas necessidades.
	Excessivo recurso a programas ocupacionais sem perspetiva de integração plena em emprego.
	Valorização dos certificados de formação pelas empresas aumentando a participação na formação.
	Adaptação dos horários de formação aos públicos, aumentam a participação na formação.
	Atividades motivacionais para as equipas de trabalho.
	Formação em Informática, segurança e higiene no trabalho e suporte básico de vida.
	Maior oferta nas diversas áreas formativas.
	Autovalorizarão e Automotivação.
	Identificação das necessidades dos empresários e dos trabalhadores para a problemática.
	Rigor e objetividade nas necessidades.
	Identificação das necessidades entre as empresas e o município.
	Melhorar a comunicação dos recursos humanos para identificar as necessidades dos colaboradores.
	Deslocação da equipa aos meios rurais para dar formação.

³ Importa referir que todos os aspetos, abordados durante as sessões, são constituídos por expressões utilizadas pelos representantes durante a recolha de dados qualitativos.

	Através da valorização do colaborador.
	Sensibilidade do técnico de recursos humanos para ir ao encontro do bem-estar do colaborador.
	Formação <i>on-line</i> .
	Incentivo a formação remunerada.

Tabela 5 Eixo 1 - Resultado da recolha de dados obtidos de sessões focus group

Sessão temática <i>Focus Group</i>	
Eixo 2- Cidadania e Envelhecimento	
Perguntas orientadoras:	Sugestões /Possíveis Soluções/ Estratégias
<p>- Quais são os principais obstáculos ao acesso a serviços para populações isoladas?</p> <p>- De que maneira podemos melhorar a inclusão social de pessoas vulneráveis?</p> <p>- Eventuais necessidades específicas dos cuidadores informais?</p> <p>- Quais são os principais fatores que contribuem para o despovoamento e o êxodo rural na nossa região?</p> <p>- De que maneira a imagem negativa sobre o envelhecimento afeta a qualidade de vida dos idosos que vivem em áreas rurais?</p> <p>- Quais são as principais necessidades não atendidas dos idosos que vivem em áreas rurais?</p> <p>- Que tipo de iniciativas poderiam ser implementadas para reverter o despovoamento e atrair jovens para áreas rurais?</p> <p>- Como podemos promover uma imagem mais positiva e inclusiva do envelhecimento na nossa sociedade?</p> <p>- Quais são os principais desafios que as famílias enfrentam ao cuidar de parentes com demência na nossa comunidade?</p>	Maior acessibilidade na rede de transportes.
	Maior atenção aos cuidadores informais.
	Mais atividades nas zonas rurais, para que os idosos se sintam "vivos".
	Trabalho em rede.
	Apoio psicológico e formativo.
	Reforçar na capacitação das estruturas de gestão das instituições que gerem respostas sociais.
	Estabilidade nas soluções/programas que estimulam/ mobilizam as pessoas a participar nas respostas sociais.
	Melhorar a gestão das estruturas/ repensar o financiamento das soluções.
	Refletir/ encontrar novas soluções para as estruturas reestruturarem as ofertas sociais.
	Maior divulgação dos serviços /programas sociais e de saúde.
	Melhor rede de transportes no território.
	Melhorar a cobertura de respostas de proximidade (domicílios) - saúde e sociais.
	Dificuldade na mobilização das pessoas para movimentos associativos de cultura organizacional coletiva.
	Maior divulgação dos serviços que acompanham os cuidadores informais com estatuto (Segurança Social e Centro de Saúde).
	Mais divulgação do Estatuto no concelho/ freguesias.
	Sinalização e referência interinstitucional - acompanhamento social integrado (CMB, C. saúde, SAAS).
	Insuficiência de cobertura de respostas sociais e de saúde no território - serviços de proximidade.
	Falta de informação/ divulgação dos serviços para a sua procura.
	Mais recursos habitacionais (CMB) e económicos.
	Programas que promovam inserção no mercado de trabalho de pessoas que podem cuidar.
	Distância entre o local de origem e os serviços. Falta de informação/ divulgação dos serviços.
	Melhoria das condições de vida; repensar as estratégias de promoção/de formação.
	Constituição de movimentos/grupos intergeracionais.

<p>- Que serviços e recursos específicos estão em falta para atender pessoas com demência?</p> <p>- Quais são os exemplos de boas práticas ou programas eficazes que outras regiões implementaram para apoiar pessoas com demência?</p> <p>- Como podemos melhorar a capacitação dos cuidadores e profissionais de saúde para lidar com a demência?</p> <p>Que parcerias podem ser estabelecidas para desenvolver e implementar respostas direcionadas para a demência?</p>	Política de proximidade (divulgação de informação/ acompanhamento).
	Constituição de grupos culturais e de proximidade.
	Criação de lideranças locais.
	Poucas equipas/ profissionais que façam face ao isolamento.
	Fracos recursos/equipamentos para haver maior intervenção.
	Investimento em teleassistência.
	Abertura de mais respostas sociais (centros de dia e SAD.
	Criação de mais atividades por parte das Juntas de Freguesia (atividade física).
	Descanso dos cuidadores informais, havendo vagas específicas nas ERPI para o efeito.
	Maior sensibilização da família para o descanso do cuidador.
	Falta de trabalho, meios de comunicação.
	Os idosos sentem-se inúteis como um "fardo" para a sociedade.
	Ausência de cuidados básicos (higiene, alimentação, condições).
	Para contrariar o despovoamento, as rendas de casa no meio rural serem mais baratas, haver mais incentivos na área agrícola, melhoria dos meios de comunicação.
	Encontros intergeracionais, mais publicidade dos trabalhos realizados nas IPSS e/ou aldeias pelos idosos.
	Cuidadores de pacientes com demência enfrentam diariamente um enorme desafio, falta de conhecimento da problemática, saber lidar com situações de desorientação e por vezes agressividade, falta de equilíbrio emocional da família e desgaste.
	Criação de espaços específicos para a demência com diversas atividades exclusivas para a problemática.
	Sessões de <i>snoezelen</i> e multissensoriais.
	Formação específica na área da demência.
	Protocolos com Jardins de Infância, município (hidroginástica, hipoterapia).

Tabela 6 Eixo 2 - Resultado da recolha de dados obtidos de sessões focus group

Sessão temática <i>Focus Group</i>	
Eixo 3- Infância e Juventude	
Perguntas orientadoras:	Sugestões /Possíveis Soluções/ Estratégias
<p>. Como se poderia aumentar a responsabilidade dos pais em relação à educação dos seus filhos?</p> <p>- Quais seriam as melhores práticas para lidar com problemas comportamentais e emocionais?</p> <p>- Como se poderia apoiar economicamente as famílias afetadas pela crise?</p>	Técnicos especializados nos agrupamentos escolares e não em instituições sociais.
	Equipas multidisciplinares de saúde e ação social - programas conjuntos.
	Formação parental, acompanhamento por técnicos especializados.
	Flexibilidade curricular.
	Projetos diferenciados/programas terapêuticos complementares (TAAS.).
	Trabalho em rede e articular entre Ipss.
	Equipas multidisciplinares.

	Maior foco na educação do educando, não deixar a escola o papel educativo formal.
	Aumento de recursos humanos da área de psicologia ou outras.
	Políticas direcionadas, mas de maior proximidade.
	Maior participação dos pais, na área educativa. Reuniões obrigatórias, para explicar a importância da educação / civismo.
	Psicólogo mais ativo na escola. Consultas de psicologia na escola a alunos identificados por professores.
	Alimentação, apoio escolar gratuito (sempre com respeito pelo indivíduo).
	Maior responsabilidade dos seus atos.
	Clubes terapêuticos.
	Encaminhamento por parte das escolas/pais dos alunos com comportamentos desajustados para profissionais de saúde (pedopsiquiatria).
	Formação parental.
	Apoios sociais direcionados para as despesas mensais das famílias (pagamento direto da renda, despesas - água , luz... para o senhorio).
	Atribuição de um vale para compra de bens essenciais.
	Ações de sensibilização promovidas por diversas entidades para os responsabilizar.
	No caso de haver processo de promoção e proteção estar mencionado a obrigação da frequência à escola.
	Maior partilha entre entidades e escolas.
	Profissionais com mais formação especializada.
	Mais profissionais na área social nas escolas.
	Atribuição de casas sociais às famílias mais vulneráveis.

Tabela 7 Eixo 3 - Resultado da recolha de dados obtidos de sessões focus group

Sessão temática <i>Focus Group</i>	
Eixo 4 – Inovação e Qualificação dos Equipamentos e Respostas Sociais	
Perguntas orientadoras:	Sugestões /Possíveis Soluções/ Estratégias
- Quais são as principais necessidades dos idosos dependentes e vulneráveis?	Falta de respostas sociais + lares.
	Programas de proximidade das autoridades e IPSS em parceria.
- Como se poderia melhorar a segurança e reduzir o isolamento dos idosos autónomos?	Mais respostas sociais.
	Proximidade das forças de segurança.
- Que tipos de respostas se poderiam desenvolver para abordar a saúde mental e a demência?	Mais atividades entre jovens e idosos (ex. escuteiros adotarem um avô; visitas com atividades nas aldeias).
	Ter suporte social / familiar que assegurem as suas necessidades básicas.
	Visitas regulares de equipas especializadas ao seu domicílio.
	Protocolo entre juntas de freguesia e universidades para campos de estágio nas freguesias.

	Criação de respostas para crianças e jovens com doenças mentais e demência e no âmbito do combate às dependências nos mais jovens.
	Mais programas / projetos com efetiva parceria - IPSS (saúde e ação social).
	Rede formal e informal adequada e que promova a autodeterminação da pessoa.
	Generalização de sistemas de proteção à distância - acessíveis (a partir da autarquia).
	Promoção de respostas atípicas na área das demências e falta de respostas domiciliárias de saúde mental por parte dos serviços de saúde.
	Aumento dos recursos humanos dos serviços locais de saúde mental + técnicos de saúde nas respostas de saúde.
	As estruturas devem melhorar a organização de trabalho das equipas para poder dar espaço a melhorias.
	Constituição de redes de apoio formal e informal.
	Criação de programas de voluntariado intergeracional de proximidade.
	Criação de redes de serviços multidisciplinares.
	Implementação de serviços especializados na área da demência.

Tabela 8 Eixo 4 - Resultado da recolha de dados obtidos de sessões focus group

Sessão temática <i>Focus Group</i>	
Eixo 5 - Exclusões Sociais e Grupos de Risco	
Perguntas orientadoras:	Sugestões /Possíveis Soluções/ Estratégias
- Quais são os principais obstáculos à empregabilidade de minorias e grupos desfavorecidos?	Baixa escolaridade.
	Falta de respostas para os descendentes.
	Falta de acesso à informação para conseguir resposta ao emprego.
	Quando as pessoas se deslocam ao CEF têm que agendar, não são atendidos de imediato.
- Como se poderia promover a integração efetiva dos refugiados?	Falta de emprego.
	Estigma, idioma e reconhecimento das habilitações literárias.
	Estabelecer estratégias de integração e inclusão na comunidade acolhedora. Aulas de PLA, sensibilização do tecido empresarial para a contratação de nacionais de países terceiros e ações de informação claras dos direitos e deveres da comunidade refugiada.
- Quais são as estratégias que podem ser usadas para reduzir o sobreendividamento?	Falta de rede de transporte urbano.
	Ações de literacia financeira e gestão doméstica.
	Balcão de atendimento (informação) para os migrantes e grupos desfavorecidos.
	Formação financeira (gerir recursos).
	Melhoria dos itinerários dos transportes públicos.
	Criar unidades de desintoxicação e comunidades.
	Criar unidades para crianças e jovens com deficiências.
	Emprego digno.
	Integração nas atividades culturais no país de origem (Portugal).
	Mostra cultural promovida pelo Município.
	Literacia financeira

	Tecido empresarial muito fraco e pouco permeável à integração da diferença-Formação.
	Escolarização / formação: reconhecimento de habilitação.
	Criar mais condições de aculturação / intercultural.
	Bolsa de candidatos para a realização de trabalhos para a realização de trabalhos sazonais / pontuais.
	Alguém com estatuto de refugiado recebe a comparticipação do estado durante um ano. Acedendo ao emprego perde o apoio.
	Criar / melhorar o / um serviço descentralizado de acolhimento, atendimento e apoio aos migrantes que passe por aceder a um rendimento específico (a par do RSI, por exemplo, RSI - E) que os ajude numa certa autonomia económica com obrigatoriedade de frequência de cursos de Português com prova final garantida. Nesse curso deve também haver formação sobre o financiamento da comunidade portuguesa. Apoios variados garantidos por Assistentes Sociais, Psicólogos, Educadores Sociais, Juristas e Advogados.
	Estabelecer a Figura do Mediador Cultural.
	Fiscalizar entidades parceiras com trabalhadores migrantes / refugiados. Para identificar situação de exploração laboral.
	Literacia financeira desde cedo.
	Problema terapêutico (falha saúde).
	Questão de educação (dificuldades na escola: <i>bullying</i> ; ausência de meios).
	Conciliação profissional com a vida familiar/filhos (escola) não tiram férias juntos.
	Na escola é um problema grave (autismo).
	Não há pessoal qualificado - poucos recursos humanos.
	Está a ser trabalhado um ATL para deficiência - Parceria Câmara e Santos Mártires (Academia).
	Com autismo neste momento registam-se 14 crianças dos 3 aos 8 anos.
	Não há um acompanhamento específico (no IPB também se registam alguns casos de autismo).
	Deficiência - "Adultos/Jovens Adultos) é difícil.
	Inserção profissional e a Inclusão social:
	Seria importante condições: - Habitação adaptável - acolhimento institucional; - Figura do Mentor que o pudesse acompanhar (por ex. na ajuda a realizar compras).

Tabela 9 Eixo 5 - Resultado da recolha de dados obtidos de sessões focus group

Sessão temática <i>Focus Group</i>	
Eixo 6 - Igualdade de Género e não Discriminação	
Perguntas orientadoras:	Sugestões /Possíveis Soluções/ Estratégias
<p>- Quais são os princípios obstáculos à igualdade de género na comunidade?</p> <p>- Como se poderia educar a população sobre a importância da igualdade de género?</p>	A sociedade é ainda muito machista. A maternidade está associada ao papel da mulher. Medidas sociais para a empregabilidade.
	Ações de sensibilização sobre a igualdade de género. Alterar algumas políticas sociais.
	A mentalidade, a cultura, a religião.
	Socialização desde a infância, interação com o grupo de pares.

	Cultura de família, aceitação dos diferentes tipos de família, da diversidade.
	Definir e concretizar as cotas femininas nas diferentes áreas da sociedade, nomeadamente, na política.
	Através de ações de sensibilização e ações de partilha de testemunhos de pessoas que ultrapassaram os obstáculos de género.
	Estereótipos de género e normas culturais, diferenças salariais e violência de género.
	Segregação ocupacional, certas profissões são dominadas por um género, muitas vezes com as mulheres concentradas em empregos de menor remuneração e prestígio.
	Psicoeducação para as emoções, trabalhando a diferença entre emoções e comportamentos (e pensamentos).
	Apoios à maternidade, divididos entre ambos os progenitores.

Tabela 10 Eixo 6 - Resultado da recolha de dados obtidos de sessões focus group

Sessão temática <i>Focus Group</i>	
Eixo 7 – Parcerias Institucionais	
Perguntas orientadoras:	Sugestões /Possíveis Soluções/ Estratégias
- Como se poderia melhorar a partilha de informação entre agentes locais?	Base de dados partilhada pela rede (perceber os apoios que estão a ser dados a cada família).
	Partilha de informação de atendimentos e monitorização / avaliação das atividades.
	Agendamento de reuniões entre parceiros.
- Quais são as barreiras ao trabalho em rede efetivo?	Criar uma aplicação local com acesso restrito e protegido que permitisse atuar de forma imediata nas situações de urgência/ emergência.
Que indicadores devem ser usados para avaliar o impacto das parceiras?	O excesso de burocracia (o tempo que demora, os critérios de acesso, a escassez de respostas de emergência
	Compartimentação de serviços das instituições.
	O número de respostas/encaminhamentos.
	A identificação do número de saídas da rede.
	A proximidade.
	Mais momentos de partilha de rede.
	Desconhecimento de respostas efetivas das instituições e contactos diretos para resolução de necessidades de beneficiários.
	Engajamento e Participação, avaliação do nível de envolvimento dos parceiros e da comunidade, número de beneficiários apoiados e avaliação da eficiência das atividades implementadas.
	Equipas “piquete” criadas com as diferentes entidades intervenientes.
	Tempo e burocracias.
	Partilha de recursos e conhecimentos entre parcerias (nº. de recursos/ nº. de ações, etc).

Tabela 11 Eixo 7 - Resultado da recolha de dados obtidos de sessões focus group

Em conformidade com o apresentado, os próximos passos focar-se-ão na mobilização de recursos, na coordenação de esforços e na elaboração de um Plano de Ação concreto para enfrentar os desafios identificados, promovendo assim o bem-estar e o desenvolvimento social da comunidade.

2.4. Enquadramento das práticas inovadoras adotadas pelas Entidades Públicas e Instituições Particulares

Nesta secção pretende-se analisar as estratégias utilizadas, identificar os principais obstáculos e perceber as boas práticas que as entidades públicas e IPSS colocam no terreno para enfrentar os desafios sociais atuais.

2.4.1. Entidades que desenvolvem, atualmente, projetos/programas/medidas na área social (agosto 2024):

12 respostas

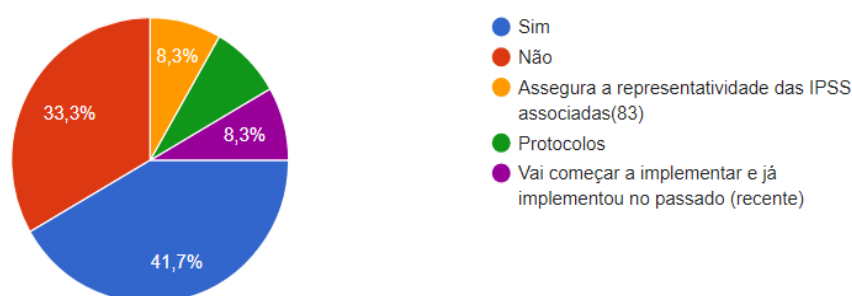


Figura 2 Percentagem das Entidades/Instituições que desenvolvem, atualmente, projetos/programas/medidas na área social

Pela análise do gráfico supra (Fig.2), das 12 respostas obtidas, constata-se que 41,7% se encontram a implementar projetos/programas/medidas inovadoras na área social.

Não deixa de ser também representativa a percentagem de entidades públicas e privadas (33,3%) que não desenvolveram qualquer iniciativa deste género. Da restante amostra, verifica-se que 3 entidades/instituições reportam informação ao nível da existência de protocolos; o assegurar a representatividade das IPSS associadas. E, ainda destas, 1 menciona que vai começar a implementar novos projetos/programas/medidas e, inclusive, deu indicação de já ter implementado no passado recente.

Neste contexto, foram reportadas 6 respostas por parte de entidades/instituições que identificaram projeto(s)/programa(s) /medida(s) em curso, a sua denominação e respetivos financiamentos.

Deste modo, referiram apoios na medicação ao doente oncológico e apoio psicológico gratuito; um grupo de trabalho na área da Infância e juventude; mencionaram ainda parceiro do projeto Escolhas; projeto de capacitação na área do envelhecimento; medidas de apoio em parceria com a Segurança Social, o CLAS, a rede de referenciação, treino de competências sociais, e literacia em saúde. Neste sentido, reportaram ainda, protocolos de colaboração com o Instituto Politécnico de Bragança (IPB) e com a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Distrito de Bragança (UIPSSDB). Formações Modulares, Formação Ação, Erasmus + e policiamento de proximidade - apoio e monitorização de idosos e vítimas de violência doméstica.

2.4.2. Avaliação da importância dos recursos e parcerias

A análise das respostas do questionário revela que as parcerias são consideradas o aspeto mais valorizado pelas entidades e IPSS, com a maioria dos participantes (11) atribuindo-lhes a classificação de "extremamente importante". Este dado sublinha a relevância da colaboração/cooperação entre entidades/instituições na promoção de serviços sociais e no apoio à comunidade.

Tanto o apoio financeiro, quanto os recursos humanos foram destacados com igual importância, ambos recebendo 9 votos na categoria de "extremamente importante". Este resultado reflete a consciência das entidades sobre a necessidade de financiamento adequado e de uma força de trabalho qualificada para assegurar a eficácia das suas operações.

As instalações foram consideradas na categoria de “extremamente importante” por 6 participantes, indicando que, embora não sejam vistas como essenciais por todos, ainda existe uma perceção da necessidade de espaços físicos adequados para a realização das atividades.

Os equipamentos foram avaliados com um grau de importância ligeiramente menor em comparação com as instalações, obtendo 4 votos como "extremamente importante", sendo vistos como fundamentais para o funcionamento das organizações. Sobressaem com 7 votos, seguidos pelas instalações (3), e, em menor grau, pelos apoios financeiros e recursos humanos, ambos com 2 votos. Este resultado sugere que, embora estes recursos sejam reconhecidos como necessários, a sua importância pode ser vista como secundária em relação às parcerias.

Por outro lado, é notório que em termos de "pouca importância" e "sem nenhuma importância", todos os aspetos analisados obtiveram 1 voto em cada categoria. Isso pode indicar que, embora a maioria dos participantes atribua grande valor a estes recursos e parcerias, há uma minoria que considera que alguns destes aspetos têm menos relevância para o funcionamento das suas organizações.

Em resumo, os dados evidenciam que as parcerias são vistas como o pilar fundamental para as entidades, seguidas do apoio financeiro e dos recursos humanos. As instalações e equipamentos, apesar de importantes, são considerados menos críticos em comparação aos primeiros. Este equilíbrio nas perceções sugere que, para estas entidades, a colaboração entre entidades/instituições e a obtenção de recursos financeiros e humanos são prioritários para o sucesso das suas atividades.

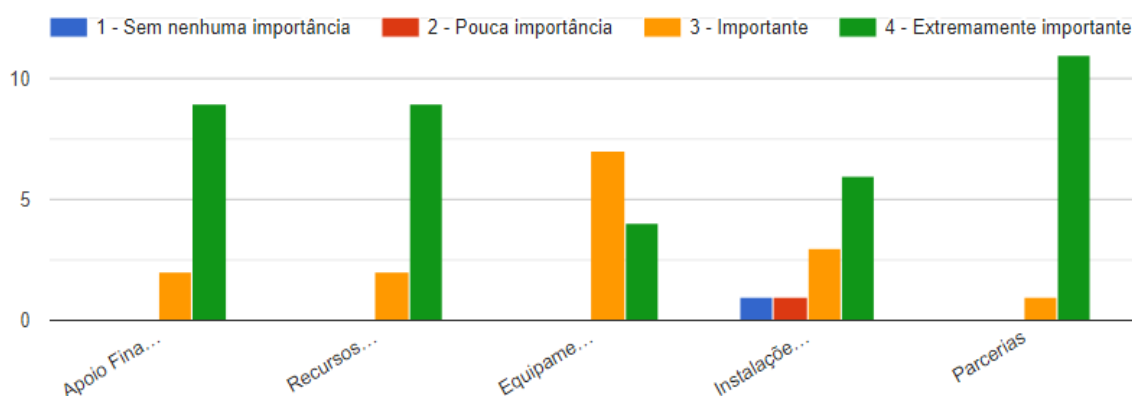


Figura 3 Importância dos recursos e parcerias

Outros aspetos prioritários a investir a curto prazo

As respostas indicam diversas áreas prioritárias para investimento a curto prazo, refletindo preocupações com o fortalecimento e a eficácia das intervenções sociais.

Em primeiro lugar, destaca-se a necessidade de investir em formação, sublinhando a importância de capacitar os profissionais para lidarem eficazmente com os desafios sociais. Além disso, a criação e fortalecimento de equipas multidisciplinares é vista como essencial para abordar de forma abrangente as necessidades da comunidade. A continuidade, o follow-up, a monitorização e a avaliação das intervenções são também áreas prioritárias, evidenciando uma preocupação em garantir que os programas tenham impactos duradouros e mensuráveis.

A divulgação, a prevenção e o acompanhamento após a intervenção são considerados fundamentais, refletindo o reconhecimento de que a eficácia das ações depende de uma abordagem preventiva e sustentada. Para além disso, a formação específica dos atores envolvidos nas intervenções sociais é determinante para assegurar a qualidade e a pertinência das respostas oferecidas. Por fim, a necessidade de meios humanos para monitorização diária, com equipas disponíveis 24 horas por dia, é apontada como uma prioridade, permitindo uma resposta rápida e eficaz às necessidades urgentes da população.

2.4.3. Abordagens Inovadoras/ Respostas e Desafios das Entidades Locais (agosto 2024):

No diagnóstico social, é essencial destacar as abordagens inovadoras que as entidades e instituições locais têm adotado para resolver problemas complexos e responder às necessidades emergentes da comunidade.

Estas práticas não só representam boas soluções para desafios específicos, como também servem de modelo para outras organizações que enfrentam situações semelhantes.

Por exemplo, uma das entidades (NERBA) destacou o reconhecimento do Centro Qualifica como um programa inovador, que permite a certificação de competências adquiridas ao longo da vida, tanto a nível escolar como profissional. Este programa surge como uma solução eficaz para valorizar as aprendizagens e experiências dos indivíduos, promovendo a sua qualificação contínua e abrindo portas a novas oportunidades profissionais.

Outro exemplo de inovação foi a adaptação às novas realidades sociais impostas pela pandemia de COVID-19. As entidades tiveram de reconfigurar rapidamente as suas práticas e estratégias para continuar a prestar serviços essenciais, demonstrando uma notável capacidade de resposta e resiliência. Esta adaptação foi crucial para manter o apoio às comunidades durante um período de grande incerteza.

Além disso, o “PROJETO VP SUCESSO +” foi mencionado como uma iniciativa particularmente inovadora. Este projeto-piloto, focado em grupos de ajuda mútua, visou combater problemas como a solidão, a incompreensão e a tristeza. Através desta abordagem, conseguiu-se transformar o isolamento social em momentos de partilha, aceitação e convívio, promovendo o bem-estar emocional e reforçando os laços comunitários.

A Associação A Fisga enfrentou um desafio específico relacionado com as exigências de faturação por parte do Inatel. Sendo uma associação sem fins lucrativos que depende das quotas

dos associados e dos apoios municipais, a associação teve de encontrar soluções criativas para cumprir os requisitos do Inatel, garantindo ao mesmo tempo a sua sustentabilidade financeira. Esta situação exemplifica a necessidade de inovação nas áreas de gestão e financiamento das organizações.

Por fim, algumas entidades referiram a implementação de grupos de ajuda mútua como uma resposta inovadora ao problema da solidão e do isolamento. Estas iniciativas mostraram-se eficazes na criação de um ambiente de apoio, onde os participantes puderam partilhar experiências e sentir-se mais incluídos e aceites.

Contudo, nem todas as entidades relataram inovações específicas, o que pode indicar a necessidade de fomentar uma cultura de inovação mais forte, incentivando todas as organizações a explorar novas soluções para a resolução de problemas sociais e os desafios que enfrentam para responder eficazmente às necessidades emergentes da sociedade.

Das seis respostas sobre os principais desafios que as entidades/instituições enfrentam ao tentar implementar abordagens inovadoras em projetos, medidas ou programas, os participantes destacam uma série de desafios significativos.

O financiamento é apontado como um dos principais obstáculos, uma vez que as soluções inovadoras frequentemente enfrentam dificuldades para obter apoio financeiro. Isto deve-se em parte ao facto de os programas e avisos de financiamento imporem formas de trabalho rígidas, limitando a flexibilidade necessária para implementar métodos diferentes ou criativos.

Outro desafio mencionado é a obrigatoriedade de cumprimento de indicadores, particularmente no que diz respeito ao número mínimo de participantes em grupos de formação. Na região de Bragança, verifica-se menor densidade populacional ou motivação que dificulta a adoção de abordagens diferenciadoras na educação e formação, levando muitas vezes ao cancelamento de formações por não se atingir o número mínimo de formandos.

As competências, conhecimentos e habilitações das equipas envolvidas na coordenação, gestão dos projetos, e dos formadores e consultores, também surgem como uma barreira. A fraca preparação ou especialização adequada pode comprometer a qualidade e eficácia das iniciativas inovadoras.

Há ainda uma crítica à valorização da formação e dos seus resultados. Muitas pessoas participam em formações por obrigação, seja por parte das entidades patronais ou por exigências legais, sem que haja um reconhecimento efetivo do valor ou impacto dessas formações. Este desinteresse é agravado pelo facto de as PME, em particular, não reconhecerem os benefícios

que a formação pode trazer, e pela falta de incentivos, ou ajustes de horário para a frequência em horário pós-laboral.

A resistência à mudança aparece como um desafio transversal, refletindo uma tendência das instituições em manter métodos tradicionais em vez de abraçar inovações que poderiam ser mais eficazes. Além disso, alguns projetos não são considerados suficientemente impactantes pelas entidades financiadoras, especialmente quando o impacto não é facilmente mensurável, como no caso de iniciativas de prevenção que não conseguem quantificar a redução de casos de violência, por exemplo.

Finalmente, a diversidade de ocorrências e necessidades no terreno, aliada à falta de apoios, especialmente no contexto cultural e artístico, como o teatro, também é identificada como uma barreira significativa. Esta diversidade exige abordagens flexíveis e recursos adequados, que muitas vezes não estão disponíveis, prejudicando a eficácia das iniciativas inovadoras.

Em síntese, os desafios enfrentados pelas entidades na implementação de abordagens inovadoras são complexos e multifacetados, abrangendo desde questões financeiras e de capacitação até à resistência institucional e desvalorização dos resultados das formações.

2.4.4. Intervenções Recentes em Equipamentos Sociais Institucionais

Sobre a intervenção em equipamentos sociais em IPSS, desde 2023 até à data atual, o gráfico infra (Fig. 3) apresenta os resultados de 25 instituições, onde se pode verificar que 3 instituições (12%) indicaram que houve a construção de um novo equipamento social. 5 Instituições (20%) relataram que houve ampliação de equipamentos sociais, enquanto 7 instituições (28%) indicaram a remodelação de equipamentos sociais, sendo a segunda opção mais escolhida, ao passo que 6 instituições (24%) confirmaram que houve aprovação de financiamento, o que pode indicar novos projetos ou melhorias em curso. 5 Instituições (20%) referiram que há projetos com candidaturas em curso. 9 Instituições (36%) selecionaram a opção não aplicável, o que significa que para a maioria das instituições inquiridas, nenhuma das situações descritas se aplica.

Em síntese, existe uma quantidade significativa de atividades relacionadas com a remodelação, financiamento e projetos em curso, com menor ênfase na construção de novos equipamentos sociais. Estes dados sugerem que a prioridade parece estar na melhoria e expansão dos equipamentos sociais existentes, mais do que na construção de novos. Sendo que, a maioria das instituições que responderam indicou que nenhuma das situações se aplicava.

25 respostas

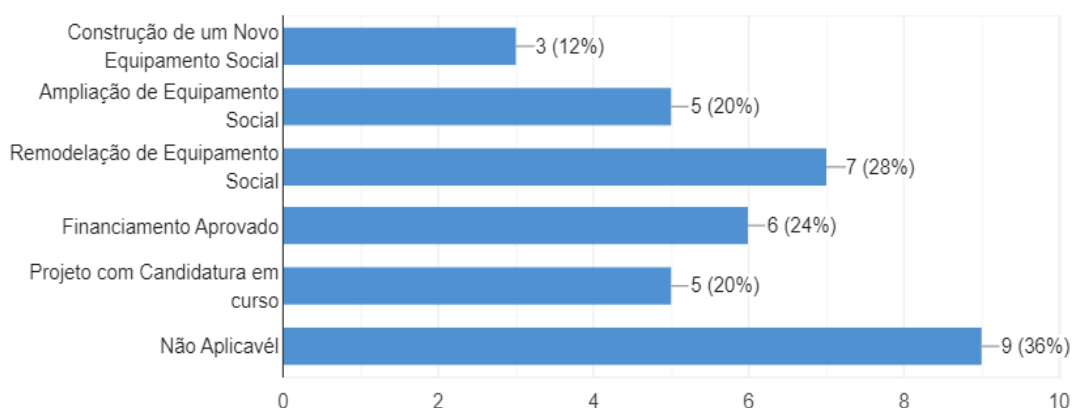


Figura 4 Intervenções em equipamentos sociais nas instituições

Ainda na continuação do gráfico supra (Fig.3) quando questionadas as instituições sociais sobre a identificação do tipo de resposta social e o número de vagas acrescentadas ou a acrescentar, verifica-se que no concelho de Bragança, as respostas sociais institucionais têm sido alvo de várias alterações e melhorias, visando o fortalecimento da rede de apoio à comunidade.

Estas mudanças abrangem diversas áreas, com destaque para as seguintes respostas sociais: ao nível da creche foram criadas 19 novas vagas, ampliando a capacidade de acolhimento de crianças dos 3 aos 36 meses. Além disso, foi estabelecido um novo espaço com 42 vagas, proporcionando maior acesso à educação infantil de qualidade.

Relativamente ao serviço de apoio domiciliário, foi adquirida uma viatura elétrica, no âmbito do PRR - Mobilidade Verde Social, que permitirá uma prestação de serviços mais sustentável e eficiente aos utentes. No concernente ao centro de atividades e capacitação para a inclusão (CACI), houve uma ampliação significativa que aumentou a capacidade para mais 30 pessoas. Ainda nesta área, foram adquiridas duas residências de autonomização e inclusão, cada uma com capacidade para 5 utentes, totalizando 10 pessoas, para facilitar a transição para uma vida mais independente.

Em relação à Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), a capacidade desta estrutura manteve-se inalterada, assegurando a continuidade do serviço aos atuais utentes. Contudo, uma nova ERPI foi inaugurada em fevereiro de 2023, permitindo o acolhimento de mais 28 utentes.

Quanto à resposta reportada sobre mobilidade verde, a introdução de medidas de mobilidade sustentável também abrangeu outras áreas, como os Lares de Infância e Juventude (LIJ), Centros

de Atividades de Tempos Livres (CATL), e Centros de Dia (CDia), contribuindo para a redução da pegada ecológica das operações diárias.

Referente ao lar residencial / CACI, foi aprovado o aumento de um piso no Centro Residencial, no âmbito do Programa PARES.03, uma obra que se encontra em curso e que, após a sua conclusão, acolherá 36 utentes e empregará 22 recursos humanos adicionais. A candidatura ao PRR para a ERPI de Grandes Dependentes foi também aprovada, prevendo-se que venha a beneficiar 38 utentes e criar 21 postos de trabalho. Paralelamente, outra candidatura ao PRR para o aumento de um piso no Centro Residencial foi submetida, prevendo-se a inclusão de 28 novos utentes e a criação de 16 novos empregos.

Foi referido ainda o projeto ao BPI - Formação para o Emprego, embora não seja uma resposta social propriamente dita, este projeto destaca-se como uma iniciativa importante, focada na capacitação e formação profissional, promovendo a inclusão social e o acesso ao mercado de trabalho.

Quanto ao NAVVD (Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica), foram implementados atendimentos descentralizados, com o objetivo de facilitar o acesso e apoio às vítimas de violência doméstica, promovendo uma resposta mais rápida e eficaz.

Em termos de refeitório e cantina social, foram criadas formações modulares certificadas, que visam capacitar os utentes, contribuindo para a sua reintegração social e profissional.

Em suma, estas iniciativas refletem o compromisso contínuo das instituições do concelho de Bragança em adaptar e melhorar os serviços sociais, garantindo um apoio mais abrangente e inclusivo para todos os cidadãos.

2.4.5. Respostas sociais das Instituições ao nível territorial/concelhio

Nesta seção são apresentados os dados referentes às respostas sociais reportadas pelas IPSS, tendo sido aplicado previamente um questionário por inquérito, por meio do *Google Forms*, com base no qual foi possível realizar uma análise que se foca na capacidade disponível em comparação com o número de utentes.

Assim sendo, face ao gráfico infra (Fig. 4), podemos tecer algumas considerações no que às respostas sociais diz respeito, deste modo, constata-se que em relação ao estabelecimento de educação pré-escolar, a capacidade de 450 vagas e com 423 utentes, indica uma taxa de ocupação significativa (94%). O SAD (serviço de apoio domiciliário) para idosos com capacidade

de 687 vagas e com 449 utentes, mostra uma utilização de cerca de 65%, o que pode sugerir uma subutilização da capacidade. A creche com uma capacidade de 519 vagas e com 491 utentes, apresenta uma taxa de ocupação de aproximadamente 95%, quase totalmente ocupada. A resposta social lar residencial (deficiência) com capacidade de 199 vagas e com 196 utentes, reflete uma taxa alta de ocupação (98%). Enquanto a ERPI (estrutura residencial para pessoas idosas), com capacidade de 613 vagas e com 596 utentes, apresenta uma taxa de ocupação de 97%, valor considerável.

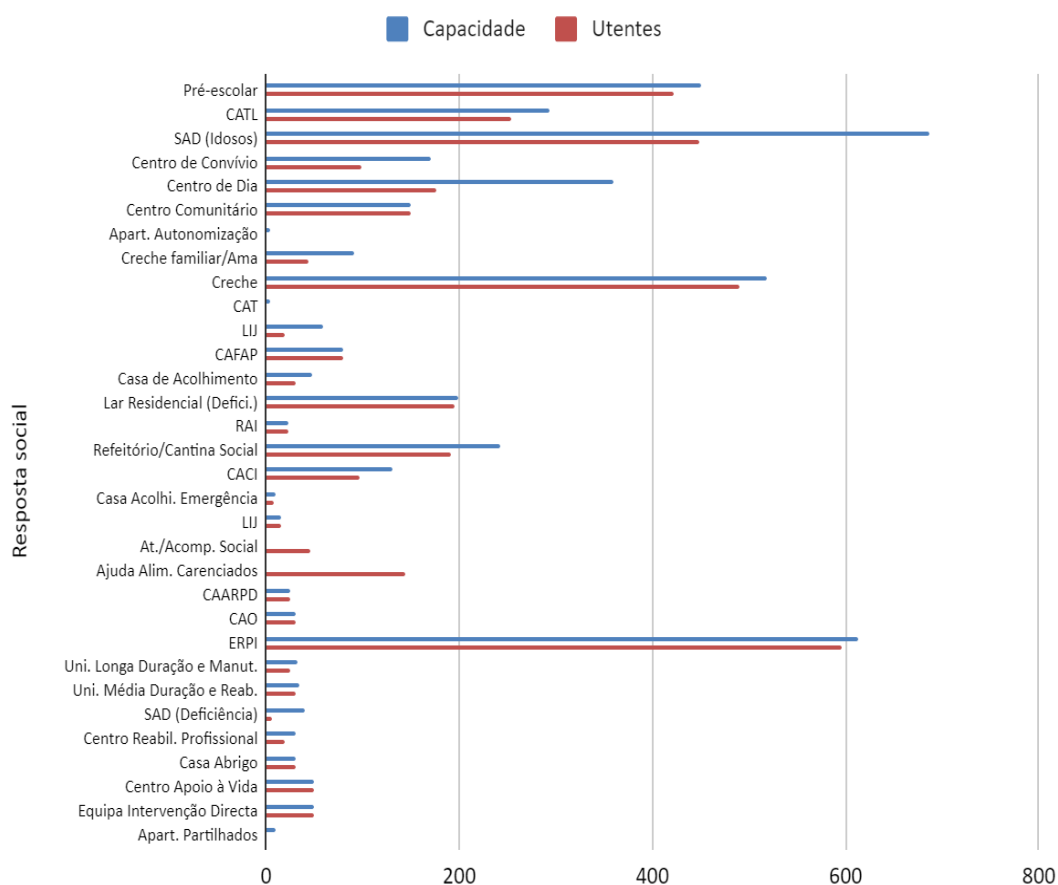


Figura 5 Gráfico representativo da Capacidade das respostas sociais e respetivos Utentes que as integram

3. Território

O concelho de Bragança possui atualmente 39 freguesias e assume-se como um território de grande dimensão, com uma dimensão total de cerca de 1173,59 km², dimensão aproximadamente 37 vezes maior do que o concelho do Porto.

Indicadores	Valores	Ano	Fonte
Área (km ²)	1173,6	2018	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Densidade populacional (hab/ km ²)	29,5	2021	Censos 2021/ Pordata
Número de Freguesias (n.º)	39	2023	Município de Bragança
Área média das Freguesias (ha)	3009	2018	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Número de Vilas	1	2018	Município de Bragança
Residentes na cidade de Bragança (n.º)	22689	2021	Censos 2021/INE
Densidade populacional da cidade (hab/ km ²)	635,72	2021	Censos 2021/INE
Corpos de Bombeiros (n.º)	2	2023	Município de Bragança
Bombeiros (n.º)	101	2021	Pordata
Área ardida (ha)	1271	2022	Pordata
Ocorrência de fogos florestais (n.º)	79	2018	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Altitude (máxima/mínima) em metros	1489/325	2018	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
PDM: Zona de Equipamentos Coletivos (ha)	133		Plano Diretor Municipal (Revisão de 2010)
PDM: Espaço de Indústria (ha)	151		Plano Diretor Municipal (Revisão de 2010)
PDM: Espaço para Indústria (ha)	188		Plano Diretor Municipal (Revisão de 2010)
PDM: Estrutura Ecológica Urbana (ha)	606		Plano Diretor Municipal (Revisão de 2010)
PDM: Solo urbano urbanizado (ha)	2617,7	2018	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
PDM: Solo urbano urbanizável (ha)	717	2018	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018); INE/Censos 2021; Município de Bragança; PORDATA e Plano Diretor Municipal (Revisão de 2010)

Tabela 12 Dados estatísticos sobre o Território (2023).



Fonte: Divisão por concelhos – Norte de Portugal. Fonte: INE, dezembro 2023
Figura 6 O território do Distrito de Bragança no conjunto NUTS III e Municípios

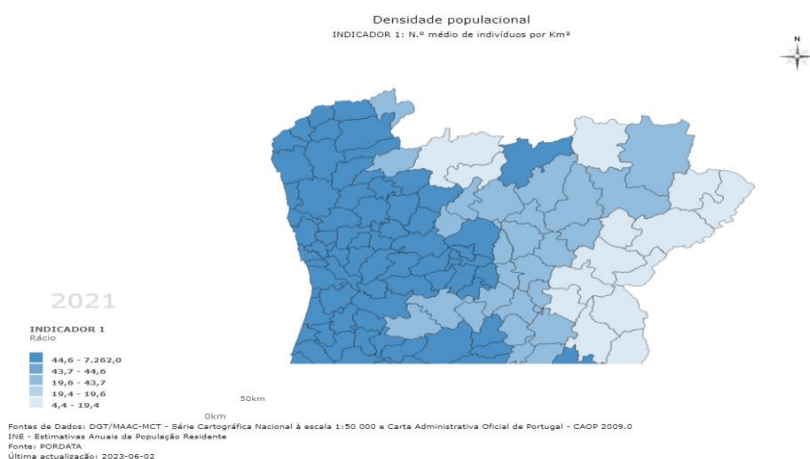


Figura 7 A densidade populacional na região Norte de Portugal (2021)

Concelho de Bragança – Variação populacional, segundo os Censos			
Ano	N.º de habitantes	Área (km²)	Densidade populacional (hab./ km²)
2001	34750	~1174	29,6
2011	35341		30,1
2021	34582		29,5

Fonte: Censos 2001, 2011 e 2021.

Tabela 13 O território do concelho de Bragança em números

Não será surpresa aliar este fator de dispersão territorial à variável demográfica da população residente e consequente densidade populacional, isto é, outro dado pertinente para a caracterização do território será observarmos os valores baixos da densidade populacional.

Avaliando os valores dos últimos três Censos, torna-se importante ressaltar que entre 2001 e 2011 constatou-se um ténue aumento da densidade populacional. Contudo tal aumento terá sido mitigado nos 10 anos que se seguiram, numa proporção direta, regredindo para valores equivalentes aos do início do século.

No plano nacional podemos afirmar que nos encontramos numa fase de aumento da esperança média de vida (à nascença e da idade de reforma), facto aliado à proporção da população jovem que tem diminuído e às taxas de fecundidade baixas. Assim, o crescente índice de envelhecimento das populações é uma realidade que preocupa todos: as consequências são visíveis na entrada tardia e em menor número de jovens no mercado de trabalho (vida ativa); a consequente média etária mais elevada da população ativa e o aumento da população inativa.

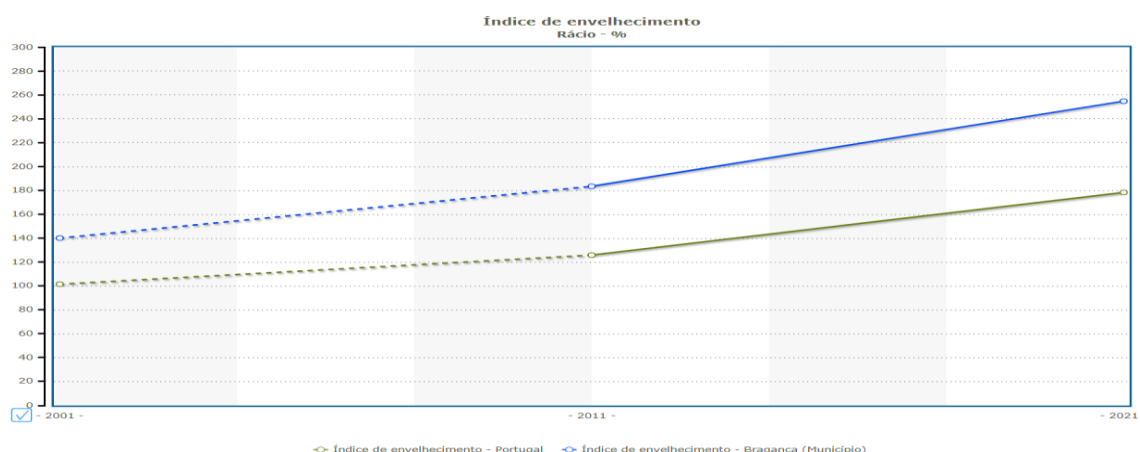


Figura 8 Índice de Envelhecimento do concelho de Bragança

Sinteticamente, podemos ainda referir que em termos demográficos devemos estar atentos às seguintes tendências:

- Podemos afirmar que presenciamos uma diminuição crescente da população até aos 14 anos;
- No sentido inverso presenciamos um crescente peso da população mais idosa, isto é, a população com mais de 65 anos;

- c. Verifica-se um envelhecimento da população adulta (média etária mais elevada do que em 2001 ou 2011);
- d. Observa-se um aumento significativo do peso populacional nas freguesias urbanas (cerca de 8660 habitantes em 1960 para cerca de 22016 em 2021);
- e. Finalmente, uma regressão populacional preocupante das freguesias rurais assumindo um peso inferior a 50% da população total residente no concelho (22016 na zona urbana e 13325 em zonas rurais, segundo os Censos 2021).

Por outro lado, os Censos 2021 permitiram caracterizar o concelho de Bragança da seguinte forma:

- (1) Bragança não inverte a tendência de envelhecimento (taxa de envelhecimento de 261,1% em 2022) e o peso da população residente com +65 anos é já de 28,19%, por oposição aos 10,83% de peso da população com menos de 15 anos;
- (2) Bragança assiste à estagnação e/ou diminuição (há nalguns anos) do número médio de nascimentos anual – taxa de natalidade 6,9% (2018);
- (3) Bragança só cresce demograficamente em 4 freguesias do arco urbano e periurbano (Sé – com estagnação e envelhecimento de Santa Maria) e Samil; Nogueira e Castro de Avelãs) provando a concentração urbana em apenas cerca de 3% do território;
- (4) Bragança concentra 63,66% da população residente na cidade (Sé e Santa Maria) – 22016 residentes na cidade contra os 8660 residentes nas freguesias rurais;
- (5) Bragança perdeu cerca de 759 residentes em 10 anos (35341 em 2011 para 34582 em 2021);
- (6) Bragança viu nascer, em 2021, 206 crianças, mas viu falecer cerca de 472 pessoas, sendo negativa a sua capacidade de crescimento (segundo dados do PORDATA referentes ao ano de 2021);
- (7) O seu crescimento anterior deveu-se em grande medida da captação de população dos concelhos limítrofes e contíguos oriundos de territórios economicamente deprimidos, envelhecidos e sem estrutura de emprego relevante;
- (8) Bragança não tem capacidade de rejuvenescimento porque os seus jovens são atraídos para concelhos potencialmente empregadores e mais promissores na sua

estrutura produtiva e com um mercado de emprego mais diversificado e com mais oferta;

(9) Bragança é um concelho eminentemente de serviços (em 2011 tinha peso de 78,8% e em 2021 assume um peso de 78,4%, sendo a população empregada economicamente ativa no setor terciário). Constatase, no entanto, uma ténue diminuição da população empregue neste setor, e um parco aumento na que se encontra enquadrada num emprego do setor secundário (16,6% em 2011 e 17,1% em 2021).

(10) Bragança tem 13873 pessoas economicamente ativas, sendo a sua taxa de atividade de 48,2%.

4. População e estrutura etária

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
População residente (N.º)	34 977	106 917	3 631 502	10 467 366	32,7
Homens	16 800	51 534	1 739 802	5 001 811	32,6
Mulheres	18 177	55 383	1 891 700	5 465 555	32,8
Com menos de 15 anos	3 806	10 157	443 371	1 351 011	37,5
Com 65 ou mais anos	10 006	36 678	849 638	2 507 922	27,3
Densidade pop. (Nº/Km²)	29,8	19,3	170,6	113,5	-
Taxa de crescimento efetivo anual (%)	0,7	-0,1	0,6	0,4	-
Taxa de crescimento natural anual (%)	-0,7	-1,1	-0,4	-0,4	-
Índice de Envelhecimento	262,9	361,1	191,6	185,6	-
Índice de Potencialidade	81,0	77,9	76,2	74,2	-

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente e Indicadores Demográficos; Ministério do Ambiente - Direção Geral do Território, Carta Administrativa Oficial de Portugal.

Tabela 14 Dinâmica populacional, no concelho de Bragança (2022).

Bragança			
	2001	2011	2021
População residente	34 750	± 35 341	Pro 34 589
Densidade populacional Número médio de indivíduos por km²	29,6	± 30,1	Pro 29,5
Mulheres (%)	51,7	± 52,0	Pro 52,2
Homens (%)	48,3	± 48,0	Pro 47,8
Jovens (%) - menos de 15 anos	13,9	± 12,4	Pro 10,8

População em idade ativa (%) -15 aos 64 anos	66,5	± 64,4	Pro 61,0
Idosos (%) - 65 e mais anos	19,5	± 23,2	Pro 28,2
Índice de Envelhecimento -idosos por cada 100 jovens	140,2	± 187,5	Pro 260,5
Indivíduos em idade ativa por idoso	3,4	± 2,8	Pro 2,2
Solteiros (%)	-	± 38,2	Pro 42,3
Casados (%)	51,2	± 48,6	Pro 42,6
Divorciados (%)	-	± 4,7	Pro 6,6
Viúvos (%)	-	± 8,5	Pro 8,5
Famílias	12 740	13 835	Pro 14 299
Famílias unipessoais (%)	20,2	22,9	Pro 25,9
Famílias com 2 pessoas (%)	29,4	33,6	Pro 36,7

Fonte: Fontes/Entidades: INE, © PORDATA

Tabela 15 Evolução demográfica: dados estatísticos 2001 a 2021 (censos).

Indicadores	Valores	Ano	Fonte
População residente total (N.º)	34582	2021	INE,Censos 2021
Densidade populacional (hab/ km²)	29,5	2021	INE,Censos 2021
Taxa de crescimento inter-censitária (%)	-2,15	2011-2021	Cálculos próprios
População (0-14) (%)	10,83	2021	INE,Censos 2021
População (15-24) (%)	10,63	2021	INE,Censos 2021
População (25-64) (%)	50,35	2021	INE,Censos 2021
População (65+) (%)	28,19	2021	INE,Censos 2021
População (0-14) inter-censitária (%)	-14,46	2011-2021	INE,Censos 2021
População (15-24) inter-censitária (%)	2,88	2011-2021	INE,Censos 2021
População (25-64) inter-censitária (%)	-9,24	2011-2021	INE,Censos 2021
População (65+) inter-censitária (%)	18,81	2011-2021	INE,Censos 2021
Índice de envelhecimento (%)	261,1	2022	Pordata
Índice de dependência de idosos (N.º)	47	2022	Pordata
Taxa bruta de natalidade (%)	7	2022	INE,Indicadores demográficos – dados anuais
Taxa bruta de mortalidade (%)	13,6	2022	INE,Indicadores demográficos – dados anuais
Taxa de fecundidade geral (%)	35,1	2022	INE,Indicadores demográficos – dados anuais
População estrangeira c/ estatuto legal de residente	2059	2021	INE,Censos 2021
Famílias clássicas	14297	2021	INE,Censos 2021

Fonte: Censos 2021; INE – indicadores demográficos anuais; PORDATA

Tabela 16 Outros dados sobre a demografia do concelho de Bragança

Em matéria da dinâmica demográfica este concelho caracteriza-se pela baixa densidade populacional (29,5/km²), muito inferior à média nacional e à região Norte do país. No que diz respeito à taxa de natalidade, esta é muito inferior à taxa de mortalidade, sendo que a taxa bruta de natalidade é de 7,0% e a taxa bruta de mortalidade de 13,6% (Fonte: INE, 2022).

Segundo os Censos de 2021 tem ocorrido uma diminuição da população jovem na relação inversa com o aumento da população idosa.

Zona Geográfica	População residente													
	Em 2011							Em 2021						
	Total			Grupos etários				Total			Grupos etários			
	HM	H	M	0-14	15-24	25-64	65+	HM	H	M	0-14	15-25	25-65	65+
Portugal	10562178	5046600	5515578	1572329	1147315	5832470	2010064	10343066	4920220	5422846	1331188	1088087	5500152	2423639
Alto Trás-os-Montes	204381	98261	106120	22863	20032	104520	56966	107272	51376	55896	10100	9542	51370	36260
Bragança	35341	16966	18375	4377	3577	19182	8205	34582	16514	18068	3744	3677	17413	9748

Fonte: CORANE

Tabela 17 Enquadramento nacional e territorial dos dados demográficos do concelho de Bragança.

- Bragança não para de envelhecer e o peso da população residente com mais de 65 anos é já de 28,1% (em 2021), por oposição aos 10,8% (em 2011) de peso da população com menos de 15 anos.
- O concelho de Bragança assiste à estagnação e/ou diminuição (em apenas alguns anos) do número médio de nascimentos anual (entre o intervalo 200 a 300 nascimentos).
- Bragança só cresce demograficamente em cinco freguesias do arco urbano e periurbano: a UF de Sé, Santa Maria e Meixedo, S. Pedro de Sarracenos, Quintanilha, Pinela e Gimonde, provando que a concentração urbana se verifica em apenas cerca de 3% do território.
- Bragança concentra 65,6% da população residente na cidade (nas freguesias de Sé e Santa Maria): 22689 residentes na cidade contra os 11893 residentes nas freguesias rurais.
- Bragança aumenta em cerca de 759 o número de residentes em 10 anos (dos atuais 34582 face aos 35341, em 2011).

- Bragança viu nascer, em 2021, 206 crianças, mas falecer cerca de 472 pessoas, sendo a sua capacidade de crescimento quase nula (segundo dados do PORDATA 2011).
- Bragança não tem capacidade de rejuvenescimento, porque os seus jovens são atraídos para concelhos potencialmente empregadores e mais atrativos na sua estrutura, bem como para o estrangeiro.

A tendência demográfica que podemos observar no concelho e distrito de Bragança é uma dupla espiral assente na diminuição da população residente e no galopante envelhecimento da mesma.

No âmbito regional da Terra Fria Transmontana (TFT), território com uma população total residente de cerca de 56.558 habitantes, nos Censos de 2011, sendo que 60% desta população se concentra no município de Bragança, a TFT perdeu na última década cerca de 2200 habitantes, ou seja, cerca de 3,75% da sua população total. (Fonte: CORANE)

Esta dinâmica, que resulta do efeito conjugado de dois fatores - a diminuição da taxa de natalidade e os movimentos migratórios menos favoráveis à região.

Territórios	Taxa bruta de natalidade					
	2012	2014	2016	2018	2020	2022
Portugal	8,5	7,9	8,4	8,5	8,2	8
Norte	7,8	7,2	7,8	7,7	7,5	7,3
Terras de Trás-os-Montes	5,8	5,8	5,9	5,9	5,7	5,7
Bragança	6,5	6,4	6,7	6,9	7,3	7

Fonte: CORANE/Site PORDATA

Tabela 18 Evolução da taxa bruta da natalidade (2012-2022).

População Residente Bragança			Variação	
	2011	2021	(N.º)	(%)
NUT II. Norte	3689682	3586586	-103096	-2,79
NUT III: Alto Trás-os-Montes	117527	107272	-10255	-8,73
CC: Bragança	35341	34582	-759	-2,15
Alfaião	173	164	-9	-5,2
Babe	238	209	-29	-12,18
Baçal	484	460	-24	-4,96
Carragosa	190	162	-28	-14,74
Castro de Avelãs	460	430	-30	-6,52
Coelhoso	319	279	-40	-12,54
Donai	446	419	-27	-6,05
Espinhosela	244	227	-17	-6,97
França	238	199	-39	-16,39
Gimonde	341	358	17	4,99
Gondesende	194	139	-55	-28,35
Gostei	425	379	-28	-6,59
Grijó de Parada	296	248	-48	-16,22
Macedo do Mato	208	178	-30	-14,42
Mós	178	175	-3	-1,69
Nogueira	495	462	-33	-6,67
Outeiro	301	234	-67	-22,26
Parâmio	214	195	-19	-8,88
Pinela	219	227	8	3,65
Quintanilha	216	217	1	0,46
Quintela de Lampaças	215	184	-31	-14,42
Rabal	171	152	-19	-11,11
Rebordãos	546	533	-13	-2,38
Salsas	389	269	-120	-30,85
Samil	1246	1395	149	11,96
Santa Comba de Rossas	304	276	-28	-9,21
S. Pedro de Serracenos	366	380	14	3,83
Sendas	183	150	-33	-18,03
Serapicos	208	187	-21	-10,1
Sortes	296	262	-34	-11,49
União de Freguesias Aveleda, Rio de Onor	272	227	-45	-16,54
União de Freguesias Castrelos e Carrazedo	241	214	-27	-11,2
União de Freguesias Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	1212	851	-361	-29,79
União de Freguesias Parada e Faílde	657	539	-118	-17,96
União de Freguesias Rebordainhos e Pombares	187	148	-39	-20,86
União de Freguesias Rio Frio e Milhão	364	287	-77	-21,15
União de Freguesias São Julião de Palácios e Deilão	400	319	-81	-20,25
União de Freguesias Sé, Santa Maria e Meixedo	22016	22689	673	3,06
Zoio	189	141	-48	-25,4

Tabela 19 Variação populacional por freguesias no concelho de Bragança. Fonte: INE/Censos 2011 e 2021

5. População estrangeira residente em Portugal



Portugal tem sido um país que tem sofrido um aumento notório de população estrangeira a residir em território português, à semelhança do distrito de Bragança. Este, em 2011 contava com um universo de 2264, do qual, 1158 eram homens e 1106 eram mulheres. Durante uma década, verificou-se um aumento para 3856: 1784 homens e 2072 mulheres, respetivamente.

Fonte: <https://sefstat.sef.pt/forms/distritos.aspx>

Figura 9 Contrastes territoriais ao nível da densidade populacional estrangeira, residente em Portugal (consultado: agosto de 2024).

Distrito	Total	TRs	Homens	Mulheres
Total Distrito	3856	3856	1784	2072
Alfândega da Fé	164	164	86	78
Bragança	2059	2059	944	1115
Carrazeda de Ansiães	136	136	75	61
Freixo Espada à Cinta	98	98	50	48
Macedo de Cavaleiros	254	254	121	133
Miranda do Douro	109	109	44	65
Mirandela	537	537	236	301
Mogadouro	92	92	45	47
Torre de Moncorvo	82	82	30	52
Vila Flor	199	199	97	102
Vimioso	74	74	36	38
Vinhais	52	52	20	32

Fonte: <https://sefstat.sef.pt/>

Tabela 20 Mapa total de residentes por concelho, no distrito: Bragança (2021).

Distrito	Total	TRs	Homens	Mulheres
Total Distrito	3856	3856	1784	2072
Angola	134	134	63	71
Brasil	941	941	387	554
Bulgária	430	430	219	211
Cabo Verde	732	732	294	438
Cazaquistão	121	121	67	54
China	158	158	85	73
Guiné Bissau	104	104	56	48
Roménia	105	105	59	46
São Tomé e Príncipe	139	139	64	75
Ucrânia	115	115	53	62

Fonte: <https://sefstat.sef.pt/>

Tabela 21 Mapa de total de residentes no Distrito: Bragança (2021).

Considerando os dados obtidos no site do *sefstat - Portal de Estatística*, referentes ao ano 2021, conclui-se que a população oriunda do Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe permanece a mais representativa, entre a população imigrante. Verifica-se ainda, o surgimento de uma vaga migratória de origem búlgara, contabilizando cerca de 430 imigrantes.

Tendências identificadas pela CORANE e aplicáveis ao concelho de Bragança:

- O reduzido número de população residente e a baixa densidade populacional dos territórios considerados;
- A diminuição contínua da população entre 2011 e 2021, especialmente da população compreendida nos escalões etários jovens e em idade ativa, e a consequente incapacidade para fixar capital humano o que constitui um constrangimento relevante aos processos de desenvolvimento no presente e no futuro;
- O envelhecimento da população e o aumento dos valores relativos ao coeficiente de dependência o que coloca novos e exigentes desafios em matéria social;
- Um comportamento diversificado no plano interno à região, os territórios urbanos e mais próximos dos centros urbanos apresentam uma maior capacidade de resiliência ao esvaziamento e ao envelhecimento enquanto os territórios mais afastados são confrontados com cenários severos que colocam em causa a sua sustentabilidade a prazo;

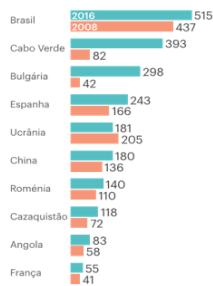
- A melhoria dos níveis de escolarização da população entre 2001 e 2011, embora persistam ainda défices importantes relativamente ao verificado no conjunto da Região Norte.

MIGRAÇÃO EM BRAGANÇA

O grande salto migratório para Bragança (distrito) aconteceu entre 2008 e 2016, sobretudo de caboverdianos

Fonte: Jornal Público, 26 de dezembro 2017

Em Bragança, a população cabo-verdiana foi a que mais cresceu



Entre 2008 e 2016, a população estrangeira a residir em Bragança aumentou mais de 50%

Taxa de variação 2008 a 2016 (%)



6. Mobilidade

O concelho de Bragança assume-se como um território bastante alargado como se pode desde logo comprovar com a sua dimensão total de cerca de 1173,59 Km², dimensão 37 vezes maior que o concelho do Porto.

Para compreendermos melhor este fenómeno de dispersão e grandeza do território, podemos afirmar que as 39 freguesias variam entre 8,75 Km² (Santa Comba de Rossas) e 62,19 km² (Aveleda), a dimensão média é de cerca de 24 km² por freguesia. Paradoxalmente, o núcleo urbano do concelho de Bragança não constitui mais do que 24,21 km² (freguesias da Sé e Santa Maria) representando cerca de 2% do território total do concelho. Este fenómeno de assimetria entre freguesias rurais e urbanas marcará profundamente os resultados observados noutros indicadores.

Perante um concelho destas dimensões a rede de transportes é deficitária quer dentro da cidade, das aldeias para a cidade e em termos interconcelhios, sendo a sua mobilidade condicionada às redes de transportes existentes. De salientar que este problema é mencionado em vários diagnósticos sobre a mobilidade.

7. Escolaridade

Neste indicador é pertinente salientarmos a diminuição da população sem qualquer grau de instrução completo (em 2011 baixou para 13%, e em 2021 para 7,3%). Por outro lado, pudemos verificar uma evolução francamente positiva das habilitações relativas ao ensino secundário e ao ensino superior, sendo que 22,9% da população detém o nível de ensino secundário e 24,1% com o ensino superior.

Parece merecer destaque que a evolução em matéria das habilitações tem sofrido uma reconfiguração pertinente e que pode impor novos desafios ao tecido empresarial local no sentido de empregar e/ou criar empregos novos num perfil de mão-de-obra progressivamente mais qualificado.

População residente de 15 e mais anos						
	Sem nível de escolaridade (%)		Com ensino Secundário (%)		Com ensino Superior (%)	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	10,4	5,9	15,7	23,5	13,8	19,8
Norte	10,3	5,7	14	21,9	12	17,8
Terras de Trás-os-Montes	16,8	9,6	12,6	19,9	11,7	16,6
Bragança	13	7,3	15,3	22,9	18	24,1

Fonte: INE/Censos 2011 e 2021

Tabela 23 Evolução dos níveis de instrução da população residente (2011-2021).

8. Economia e Mercado de Trabalho

Indicadores	Valores	Ano	Fonte
Indicador per capita de Poder de Compra (Base 100-Portugal)	97	2019	Pordata
Evolução do IPC per capita	96,95	2019	Estudo sobre o poder de compra Concelhio (2019)
IRS líquido: coleta líquida média por declaração de IRS (€)	2125,37	2017	Autoridade Tributária e Aduaneira
IRS líquido: coleta líquida per capita(€)	1000,05	2017	Autoridade Tributária e Aduaneira
Empresas com Sede no Concelho (n.º)	5571	2017	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Empresas sedeadas no concelho face à NUT Terras Trás-os-Montes (%)	29,73	2016	Cálculos próprios
Empresas sedeadas no concelho face ao Distrito de Bragança (%)	34,99	2016	Cálculos próprios
Empresas Indústria Transformadora com Sede no Concelho (%)	134	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Sociedades com Sede no Concelho (%)	1111	2017	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Sociedades da Indústria Transformadora com Sede no Concelho (%)	83	2017	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Volume de negócios das empresas (milhões €)	1149536	2017	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Volume de negócios das empresas da Indústria Transformadora (milhões €)	731849	2017	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Volume de negócios médio empresas (milhares €)	1149536	2017	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Proporção de empresa individuais (%)	80,06	2017	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Proporção de empresa com menos de 10 pessoas ao serviço (%)	98,1	2017	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Levantamentos em multibanco por habitante (€-Rácio)	2572,3	2018	Pordata
Levantamentos nacionais em multibanco (milhões de €)	89747	2018	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Levantamentos internacionais em multibanco (milhões de €)	8761	2018	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)

Fonte: PORDATA; Estudo sobre o poder de compra concelhio (2019); Autoridade Tributária e Aduaneira; INE – Anuário Estatístico da Região Norte (2018)

Tabela 24 Dados estatísticos sobre a Economia local.

O setor mais relevante do concelho para o valor acrescentado bruto é o setor terciário (69,1% do VAB). De salientar ainda o elevado peso do setor primário (6,9% do VAB), percentagem três vezes superior à verificada a nível nacional. Bragança é um concelho eminentemente de serviços (em 2011 tinha peso de 78,8% e em 2021 tinha um peso de 78,4%), sendo a população empregada economicamente ativa no setor terciário. (Dados Corane/TFT)

Apesar do destaque de Bragança no setor terciário pode-se observar que Bragança acolhe também algumas empresas industriais de alguma dimensão no setor dos componentes para automóveis (Faurecia), da robótica, entre outras atividades, que são responsáveis por um número significativo de postos de trabalho. O concelho de Bragança contribui para as exportações regionais através de poucas empresas e ainda da exportação de castanha (Sortegel), em verde e transformada.

A agricultura é maioritariamente de subsistência, sendo uma agricultura rudimentar, de cariz familiar, com fraca exportação, aliás comum aos outros setores. Os rendimentos da agricultura são maioritariamente complementados com rendimentos de outras origens. De salientar que o perfil do agricultor ainda se assume como envelhecido (mais de 65 anos) e com reduzidas habilitações (1º Ciclo do EB).

Bragança revela um fraco tecido empresarial com fraco dinamismo comparativamente com a média nacional e a Região Norte. As suas empresas são de reduzida dimensão, sendo que Bragança tem 3 731 empresas, empregando 9 264 trabalhadores (segundo a estratégia da CIM). O volume de negócios das empresas sedeadas em Bragança é significativamente inferior à realidade nacional.

Bragança tinha, em 2021, 14856 pessoas economicamente ativas, sendo a sua taxa de atividade de 42,96%. De destacar que a proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço era de 98,1% (PORDATA, 2021). Número médio de pessoal ao serviço por empresa é de 1,8 segundo a mesma fonte.

A análise do VAB das empresas por atividade económica reforça a importância das atividades económicas do setor terciário, as atividades que mais contribuem para a geração de valor acrescentado na TFT são as atividades terciárias, com relevo para as “atividades para a saúde humana”, “comércio por grosso e a retalho” e “alojamento e restauração”, seguidas pelo conjunto das “indústrias transformadoras” e da “construção civil”. Numa análise entre concelhos da TFT destaca-se a posição claramente dominante do concelho de Bragança que apresenta valores muito superiores aos restantes concelhos, principalmente no que respeita ao VAB nas “indústrias transformadoras”, pela relevância de algumas empresas industriais já

mencionadas, e nas “atividades para a saúde humana”, em resultado da concentração na capital de Distrito de um conjunto de serviços de saúde de âmbito regional.

Assim, Bragança é predominantemente constituída por micro e pequenas empresas, (com a exceção de um pequeno número de unidades industriais de maior dimensão concentradas na cidade) com relevo para o setor terciário, especialmente do terciário social, situação que é em grande medida determinada pela condição de Bragança, capital de Distrito, que concentra um elevado número de serviços de natureza social.

O setor primário, apesar de ter um peso ainda significativo em termos de população empregada, registou uma diminuição significativa entre 2001 e 2011, a sua contribuição para a geração de VAB da região é reduzida.

Zona Geográfica	População economicamente ativa (2021)		
	Total		
	HM	H	M
Portugal	4426461	2256526	2169935
Norte	1546569	800790	745779
Alto Trás-os-Montes	38936	20274	18662
Bragança	13873	6830	7043

População economicamente ativa (2021)															
Setor de atividade															
Zona Geográfica	Primário			Secundário			Terciário								
	HM	H	M	HM	H	M	Total			Âmbito Social			Âmbito Económico		
							HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	130145	94075	36070	1096498	771703	324795	3199818	1390748	1809070	1331035	403200	927835	1868783	987548	881235
Norte	37080	25773	11307	518653	344036	174617	990836	430981	559855	407247	118405	288842	583589	312576	271013
Alto Trás -os- Montes	3888	2988	900	6597	5390	1207	28451	11896	16555	16338	5478	10860	12113	6418	5695
Bragança	617	452	165	2374	1900	474	10882	4478	6404	6384	2191	4193	4498	2287	2211

Fonte: INE/Censos 2021

Tabela 25 População economicamente ativa por setores de atividade. Taxa de atividade.

Apesar do destaque de Bragança no setor terciário há a relevar que Bragança acolhe também algumas empresas industriais de alguma dimensão no setor dos componentes para automóveis (Faurecia; MAutomotive), dos insufláveis para parques de diversão (Factory Play), da robótica, entre outras atividades, que são responsáveis por um número significativo de postos de trabalho.

O concelho de Bragança contribui para as exportações regionais através das empresas referidas e ainda da exportação de castanha, em verde e transformada. Numa análise dinâmica entre 2011 e 2021 verifica-se que todos os concelhos verificaram uma diminuição significativa da população empregue no setor

primário, que a % de população empregue no setor secundário praticamente estabilizou, registando-se apenas pequenas variações positivas (Vinhais e Miranda do Douro) e negativas (Bragança e Vimioso), enquanto a % de população empregue no setor terciário registou um crescimento em todos os concelhos da TFT.

	População Empregada %									
	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Por conta de outrem		Por conta própria	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	3,1	2,9	26,5	24,8	70,5	72,3	70,5	72,3	6,6	9,5
Norte	2,9	2,4	35,5	33,5	61,6	64,1	61,6	64,1	6,6	9,1
Alto Trás – os -Montes	10,8	10	18,8	16,9	70,4	73,1	70,4	73,1	12	15
Bragança	4,6	4,4	16,6	17,1	78,8	78,4	78,8	78,4	8,9	11

Fonte: CORANE/PORDATA SITE

Tabela 26 Evolução da população empregada, por setores de atividade, segundo os censos (2011-2021)

9. Emprego e Desemprego

Caracterização dos Desempregados no concelho de Bragança:

Concelho Bragança	Género		Tempo de Inscrição		Situação face emprego à procura de		Total
	Homens	Mulheres	<1 Ano	1 Ano E+	1º Emprego	Novo Emprego	
	503	573	752	324	167	909	

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)

Tabela 27 Desemprego registado por concelho segundo o género, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (ano/mês: 2024/07).

Concelho Bragança	Grupo Etário <25 anos	Grupo Etário 25-34 Anos	Grupo Etário 35-54 Anos	Grupo Etário 55 Anos +	Total
	224	299	356	197	1076

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)

Tabela 28 Desemprego registado por concelho, segundo o grupo etário (ano/mês: 2024/07).

Concelho Bragança	<1º Ciclo EB	1º Ciclo EB	2º Ciclo EB	3º Ciclo EB	Secundário	Superior	Total
	70	80	118	173	483	152	1076

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)

Tabela 29 Desempregados inscritos, segundo a escolaridade (ano/mês: 2024/07).

Concelho Bragança	Desempregados Inscritos		
	Homens	Mulheres	Total
	102	93	195

Fonte: Desemprego Registado por Concelho — Estatísticas Mensais EDIÇÃO Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo
Direção de Serviços de Estudos Instituto do Emprego e Formação Profissional

Tabela 30 Desempregados inscritos, segundo o sexo (ano/mês: 2024/07).

Concelho Bragança	Motivos de Inscrição							Total
	Ex-inativos	Despedido	Despediu-se	Despedimento Mútuo Acordo	Fim trabalho não permanente	Trabalho conta própria	Outros Motivos	
	30	16	12	0	82	2	53	

Fonte: Desemprego Registado por Concelho — Estatísticas Mensais EDIÇÃO Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo
Direção de Serviços de Estudos Instituto do Emprego e Formação Profissional

Tabela 31 Desempregados inscritos por motivos de inscrição (ano/mês: 2024/07).

Relativamente ao desemprego verifica-se que em Bragança predomina o desemprego feminino. Por outro lado, é de salientar que 324 dos inscritos no Centro de Emprego já se encontram desempregados há mais de um ano. Apenas 167 inscritos estão à procura do primeiro emprego e 909 encontram-se à procura de novo emprego. Estes dados revelam que o mercado de trabalho não consegue oferecer estabilidade a um determinado segmento populacional residente em Bragança.

No que diz respeito aos grupos etários mais afetados pelo desemprego, podemos ver que 33,1% dos inscritos concentram-se no grupo etário dos 35 aos 54 anos.

A análise do desemprego no concelho de Bragança, segundo os níveis de escolaridade, revela uma distribuição preocupante. Entre os 1076 desempregados registados, a maioria possui o ensino secundário, contabilizando 483 pessoas, seguido por 173 desempregados com o 3.º ciclo do ensino básico e 152 com formação superior. As faixas com menor escolaridade também apresentam números significativos, 70 desempregados têm escolaridade inferior ao 1.º ciclo do ensino básico, 80 completaram o 1.º ciclo e 118 o 2.º ciclo.

A análise destaca que a maioria dos desempregados (41%) tem qualificações até ao 3.º ciclo (até o 9.º ano), enquanto 59,1% possuem o ensino secundário ou superior. Isso mostra que o desemprego em Bragança é ligeiramente mais prevalente entre aqueles com menores qualificações, não existe um equilíbrio entre os dois grupos.

Estes dados comprovam que Bragança não tem capacidade de gerar emprego suficiente, quer num segmento das franjas menos qualificadas e, sobretudo, quer nas mais qualificadas.

A fuga para o exterior deste território pode ser uma estratégia para algumas destas pessoas, enquanto outras optam por ficar ora sob a retaguarda familiar, ora subsistindo dos apoios sociais nas suas várias vertentes.

Indicadores	Valores	Ano	Fonte
Desempregados inscritos no Centro de Emprego (n.º)	798	dez/22	Pordata
Desempregados inscritos no Centro de emprego de longa duração (n.º)	248	jan/23	IEFP
Desempregados inscritos Centro de Emprego procura do 1º emprego (n.º)	177	jan/23	IEFP
Desempregados inscritos no Centro de Emprego <25 anos (n.º)	185	jan/23	IEFP
Desempregados inscritos no Centro de Emprego 25-34 anos (n.º)	294	jan/23	IEFP
Desempregados inscritos com habilitação superior (n.º)	158	jan/23	IEFP
Taxa de atividade (n.º)	42,96	2021	INE/ Censos 2021
População economicamente ativa (n.º)	14856	2021	INE/ Censos 2021

População empregada economicamente ativa (n.º)	13873	2021	INE/ Censos 2021
População empregada economicamente ativa – setor primário (%)	4,4	2021	INE/ Censos 2021
População empregada economicamente ativa – setor secundário (%)	17,1	2021	INE/ Censos 2021
População empregada economicamente ativa – setor terciário (%)	78,4	2021	INE/ Censos 2021
Sociedades constituídas por escritura pública (n.º)	97	2022	Pordata
Sociedades dissolvidas por escritura pública (n.º)	47	2022	Pordata
Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras (n.º)	11691	2021	Pordata
Pessoal ao serviço na indústria transformadora (n.º)	1178	2016	Pordata
Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos (n.º)	5625	2017	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Trabalhadores por conta de outrem com habilitação superior (n.º)	1246	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Set. primário: trabalhadores p/ conta de outrem nos estabelecimentos (n.º)	41	2017	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Set. secundário: trabalhadores p/ conta de outrem nos estabelecimentos (n.º)	1586	2017	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Set. terciário: trabalhadores p/ conta de outrem nos estabelecimentos (n.º)	3998	2017	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem (€)	951,2	2017	Pordata

Fonte: PORDATA, IEFP (Jan/2023), Censos 2021, INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)

Tabela 32 Dados estatísticos sobre os níveis de emprego e desemprego, no concelho de Bragança

Na área do emprego é de destacar a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho por parte dos grupos sociais mais desfavorecidos e com menos competências, o que tem como consequência o agravamento das condições de vida, promovendo a exclusão social e a geração de ciclos de reprodução da pobreza.

Falta de investimento das instituições locais na capacitação das pessoas em situação de pobreza, provocando graves dificuldades de inserção social.

Os grupos sociais mais vulneráveis concentram em si elevadas taxas de iliteracia e abandono escolar (deficientes, ciganos, minorias étnicas, famílias pobres).

Apesar de nos diagnósticos sociais estar patente o problema da formação, persiste uma desadequação da oferta formativa e as reais necessidades do mercado de trabalho local.

Como ficou anteriormente demonstrado, face ao pouco dinamismo económico local, um problema grave é o da escassez de oportunidades de emprego, ou seja, a incapacidade da sociedade local em gerar novos empregos e de manter os já existentes.

Quanto aos níveis de desemprego, embora as estatísticas do IEFP revelem que o número de desempregados tem vindo a diminuir, não significa que tenham sido inseridos no mercado de trabalho, o fator migração e emigração para outros territórios tem contribuído para esta redução, perdendo-se também ativos nos escalões etários mais jovens e mais qualificados.

As características do emprego em Portugal favorecem também a vulnerabilidade social, visto que muitos dos que trabalham não conseguem, ainda assim, sair de uma situação de pobreza.

O número de trabalhadores pobres em Portugal é surpreendentemente alto e não se trata de um fenómeno que resulta da crise atual, resulta também dos baixos níveis salariais aliado ao custo de vida.

10. Educação e Formação

Indicadores	Valores	Ano	Fonte
Crianças em Educação Pré-escolar a frequentar a Rede Pública (Nº)	409	2023/2024	Município de Bragança
Total de crianças em Educação Pré-Escolar (Nº)	960	2023/2024	Pordata
Alunos no 1.º CEB a frequentar a Rede Pública (Nº)	948	2023/2024	Município de Bragança
Total de alunos no 1.º CEB (Nº)	1110	2023/2024	Pordata
Total de alunos no 2.º e 3.º CEB e equiparados, e Secundário (Nº)	2375	2023/2024	Município de Bragança
Total de alunos no Ensino Superior, em Bragança (Nº)	7.868	2021	Pordata
Total de diplomados no Ensino Superior por 100 alunos	19,82	2021	Pordata
Taxa de analfabetismo (%)	4,72	2021	INE, Censos 2021
População residente com a escolaridade mínima obrigatória de 12 anos (%)	71,76	2021	INE, Censos 2021
População residente com licenciatura completa (%)	22,36	2021	INE, Censos 2021
Total de docentes a lecionar no privado, excluindo o Ensino Superior (Nº)	36	2021	Pordata
Total de docentes a lecionar no público, excluindo o Ensino Superior (Nº)	661	2021	Pordata
Total de docentes a lecionar no Ensino Superior (Nº)	553	2021	Pordata
Apoio municipal para compra de ficha a alunos do 1º CEB (€)	9095,97	2023/2024	Município de Bragança
Alunos apoiados na compra de fichas de apoio (Nº)	667	2023/2024	Município de Bragança
Alunos 1.º CEB beneficiários de suplementos alimentares, pelo Município de Bragança (Nº)	221	2023/2024	Município de Bragança
Alunos do pré-escolar e 1.º CEB apoiados pelo Município de Bragança	815	2023/2024	Município de Bragança
Delegação de competências nos agrupamentos de escola despesas com leite escolar, refeições servidas nas escolas, fornecimento de bens e serviços externos para o normal funcionamento dos estabelecimentos material didático e pequenas reparações	726.847,10	2023/2024	Município de Bragança
Apoio municipal para material didático de desgaste e outro material educativo (agrupamentos de escolas)	40.739,20	2023/2024	Município de Bragança

Atividade de Animação e Apoio à Família (AAAF) (prolongamento de horário, interrupções letivas e férias divertidas no Pré-Escolar)	555.732,70	2023/2024	Município de Bragança
Componente de Apoio à Família (CAF) e para as atividades de enriquecimento curricular (AEC) no 1º CEB			
Pessoal Auxiliar para apoio ao serviço de refeições e ao prolongamento do horário (apoio atribuído às juntas de freguesia)	191.664,00	2023/2024	Município de Bragança

Fonte: Município de Bragança – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2023. Plano Estratégico 2023; Pordata; INE - Censos 2021

Tabela 33 Dados estatísticos referentes à Educação, do concelho de Bragança

Rede Escolar Pública

Jardins de Infância | 6 unidades com 307 crianças e capacidade para 450 crianças;

Estabelecimentos do 1.º ciclo | 11 unidades com 822 alunos e capacidade para 1288 alunos;

Estabelecimentos do 2.º e 3.º ciclo e Secundário | 4 unidades com 2502 alunos e capacidade para 3530 alunos.



Rede Escolar Privada

Custos mensais entre 35€ e 195€, variando mediante o rendimento per capita.

Creches | 8 unidades com 256 crianças e capacidade para 288 crianças;

Jardins de Infância | 8 unidades com 461 crianças e capacidade para 540 crianças;

Estabelecimentos do 1.º ciclo | 3 unidades com 245 alunos e capacidade para 300 alunos.

Rede Ensino Profissional e Superior

2 Escolas profissionais (1 pública e 1 privada);

O Instituto Politécnico de Bragança é constituído por 5 escolas (Escola Superior Agrária, Escola Superior de Educação, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Escola Superior de Saúde e Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo), num total de 52 cursos disponíveis e cerca de 7000 estudantes, sendo cada vez mais procurado em programas de intercâmbio (1200 estudantes).

Distribuição da População Escolar por níveis de Ensino, comparação entre 2001 e 2023																
	Total		Sem nível de escolaridade		Ensino Básico 1º Ciclo		Ensino Básico 2º Ciclo		Ensino Básico 3º Ciclo		Ensino Secundário		Ensino Médio		Superior	
	2001	2021	2001	2021	2001	2021	2001	2021	2001	2021	2001	2021	2001	2021	2001	2021
Portugal	8989849	9011878	934129	528088	244206	2008075	1152362	864512	1714586	1604653	1411801	2119842	88023	103820	1244742	1782888
Norte	3132449	3146421	321809	178244	929545	789693	463451	356030	578115	541329	437916	689837	26221	31867	375392	559421
Terras de Trás-os-Montes	104473	97172	17557	9365	33002	28678	11687	9122	15968	13922	13204	19313	815	678	12240	16094
Bragança	30964	30838	4022	2237	7999	6985	3157	2345	5137	4565	4749	7048	338	238	5562	7420

Fonte: <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

Tabela 34 Distribuição da população escolar por níveis de ensino. Comparação entre 2011 e 2021.

De acordo com o artigo 10º do Decreto-Lei nº7/2003 de 15 de janeiro, a Carta Educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos, a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município. A carta educativa deve promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas. No município de Bragança, no processo de revisão da carta educativa que decorreu entre junho de 2011 e maio de 2012 foram criados três agrupamentos escolares: Agrupamento de Escolas Emídio Garcia; Agrupamento de Escolas Abade de Baçal e Agrupamento de Escolas Miguel Torga.

10.1 Centros Escolares

10.1.1. Centros Escolares na área urbana:

Cada Centro escolar tem 10 salas de aulas EB1 (com equipamento informático completo) e 4 salas para Jardim de Infância. 1 sala de Educação visual, 1 de Educação Musical, 1 biblioteca, salão polivalente, refeitório com copa, 1 posto de primeiros socorros, 2 salas para NEE, 1 sala de reuniões, 1 sala de atendimento, 1 gabinete de coordenação, 1 convívio para professores, 2 espaços para arrumos.

10.1.2. Centro Escolar de Santa Maria:

Neste capítulo é de destacar a importante tendência de um menor número de alunos que optam pelos cursos profissionais/técnicos face aos que desejam prosseguir estudo no ensino superior. Esta tendência releva ainda que persiste uma fraca notoriedade/imagem do ramo profissional, prefigurando-se um desconhecimento generalizado sobre as áreas técnicas com maior expressão e maior empregabilidade.



Figura 11 Centro Escolar de Santa Maria

10.1.3. Centro Escolar da Sé



Figura 12 Centro Escolar da Sé

10.1.4. Escola municipal fixa de trânsito

A escola está em funcionamento desde o ano letivo 2000/2001.

Ao longo destes anos tem fomentado e solidificado os princípios pedagógicos da segurança rodoviária, intensificando ao longo dos anos letivos ações de sensibilização que visam combater os altíssimos e sempre atuais índices de sinistralidade rodoviária.

A espontaneidade característica das crianças revela-se também nas situações de circulação rodoviária. Isto determina que a criança está sujeita, como utente da estrada, a uma vulnerabilidade muito elevada pelo seu comportamento pouco adequado às exigências da circulação rodoviária: as suas particularidades físicas e psíquicas condicionam fortemente a sua atitude e a sua inserção no trânsito. Por esta razão este projeto visa agir sobre este e outros fatores com vista a promover a segurança rodoviária dos mais jovens, adaptando a criança à circulação rodoviária (orientando-a para que adquira e assuma comportamentos corretos como utente da via pública) e adaptando a circulação rodoviária à criança (agindo sobre o ambiente rodoviário e sobre o comportamento dos utentes da estrada).

Objetivos da Escola:

- Ensinar a crianças e jovens noções elementares de segurança rodoviária.
- Fomentar nos mais jovens um comportamento cívico na circulação rodoviária.
- Dar a conhecer as principais regras e sinais de trânsito essenciais aos jovens utentes da estrada.
- Melhorar o comportamento e as atitudes dos futuros utentes da estrada.

Público-alvo da escola:

- Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho de Bragança;
- Alunos de outros Concelhos do Distrito de Bragança que solicitem.
- Outros públicos: escolas de outros níveis de ensino que solicitem.

Ações desenvolvidas pela Escola:

- Grupos de 20 – 25 alunos do 1º Ciclo por dia
- Sessões teóricas de educação rodoviária em sala – 45 minutos
- Sessões práticas de educação rodoviária na pista exterior da Escola – 30 minutos
- Outras ações de educação rodoviária.

Parceiros/Colaboradores da Escola:

- Divisão de Trânsito da Polícia de Segurança Pública - Bragança
- Programa Escola Segura da Polícia de Segurança Pública - Bragança

10.1.5. Escola Municipal De Dança

A Escola Municipal de Dança de Bragança, resulta de obras de requalificação e ampliação da antiga Escola Primária do Loreto (no âmbito do Plano de Ação “Bragança Ativa – Requalificação e dinamização do Centro Histórico”).

Fez-se um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Bragança e a Fundação “Os Nossos Livros”, com vista à “integração” da Escola Municipal de Dança no Conservatório de Música de Bragança, que se denomina, agora, de Conservatório de Música e de Dança de Bragança.

A Escola Municipal de Dança está, assim, vocacionada para o ensino de cursos oficiais na área da dança, conferindo o nível 2 do quadro nacional de qualificação, funcionando em regime articulado.

10.1.6. Atividades Socioeducativas E Serviço Educativo Nos Diversos Equipamentos Municipais

Dia Mundial da Criança

Todos os anos no dia 1 de junho, comemora-se o Dia Mundial da Criança com a participação de crianças do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino público e privado de Bragança. O dia é assinalado com várias atividades e com a colocação de insufláveis próximos de todas as escolas do pré-escolar e 1º ciclo do concelho de Bragança.

Prendas de Natal

Imbuída do espírito da quadra natalícia, o Município distribui por todos os alunos do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do concelho uma lembrança com votos de Boas Festas e Próspero Ano Novo, num total de cerca de 2000 alunos abrangidos.

Projeto Sorrir Branquinho

O Município de Bragança em parceria com a Unidade de Cuidados na Comunidade do Centro de Saúde de Bragança, prepara visitas dos alunos do ensino pré-escolar dos jardins-de-infância do concelho de Bragança, nomeadamente os que aderirem à escovagem dos dentes em ambiente escolar, ao Centro de Saúde - Gabinete de Saúde Oral.

10.1.7. Transportes Escolares

De acordo com o Decreto-lei nº299/84 de 5 de setembro, a intervenção da Câmara Municipal de Bragança em matéria de transportes escolares consiste na oferta de serviço de transporte entre o local de residência e o local do estabelecimento de ensino a todos os alunos dos ensinos básico e secundário que se encontrem matriculados de acordo com as normas estabelecidas, sempre que os mesmos residam a mais de 3Km ou de 4 Km das escolas, respetivamente sem e com refeitório escolar.

O serviço de transporte escolar é gratuito para os alunos do ensino básico e participado em 50% para os alunos do ensino secundário. Anualmente, o transporte escolar custa em média ao Município cerca de 600.000,00€. O transporte escolar é realizado com carros de aluguer e em carreira pública. No momento atual o transporte é gratuito.

10.1.8. Educação Especial

Valências:

No Agrupamento de Escolas Abade de Baçal, a nível da intervenção/apoio da Educação Especial:

- Intervenção Precoce nos infantários das IPSS;
- 1º CEB;
- 2º CEB;
- 3º CEB;
- Cursos Profissionais do Ensino Secundário;
- Cursos da Portaria 275-A/2012 de 11 de setembro;
- Currículos Específicos Individuais no Ensino Secundário.

Medidas Educativas

- Apoio Personalizado;
- Apoio Educativo;
- Apoio Domiciliário;
- Adequações Curriculares,
- Condições especiais de Avaliação;
- Tecnologias de Apoio;
- Currículos Específicos individuais;
- Teleaula.

Patologias

- Domínio cognitivo – domínio onde se verifica maior nível de incidência;
- Domínio da comunicação, fala e linguagem;
- Domínio emocional e da personalidade;
- Domínio motor;
- Domínio sensorial: audição e visão.

Respostas Educativas

- Unidade de Multideficiência;
- Escola de Referência a nível da surdez;
- Escola de Referência para a cegueira e baixa visão.

Oferta Educativa para os alunos de Currículo Específico Individual:

- Musicoterapia;
- Cinoterapia;
- Clube de Informática;
- Clube de Expressões Artísticas;
- Boccia – Atividade desportiva para pessoas portadoras de deficiência.

11. Proteção social

Indicadores	Valores	Ano	Fonte
Taxa quinzenal de mortalidade neonatal (%)	0	2013-2017	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Taxa quinzenal de mortalidade infantil (%)	0,9	2013-2017	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Taxa de mortalidade por tumores malignos (%)	2,6	2017	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Farmácias e postos farmacêuticos móveis (n.º)	9	2018	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Camas dos hospitais (n.º)	199	2017	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Médicos por mil habitantes (n.º)	6,1	2022	INE
Enfermeiros por mil habitantes (n.º)	18,2	2022	INE
Total de pensionistas (n.º)	9347	2022	INE
Valor médio anual das pensões (€)	4220	2022	INE
Total de beneficiários de subsídio de desemprego (n.º)	230	2022	INE
Valor médio anual do subsídio de desemprego (€)	2539	2016	
Total de beneficiários do Rendimentos Social de Inserção	615	2022	INE
Beneficiários do RSI da Seg. Social em idade ativa por 1000 habitantes (%)	19,8	2022	INE
Instituições na área social (n.º)	32	2012	Centro Distrital de Bragança Segurança Social
Capacidade de alojamento em estruturas residenciais para idosos	831	2011	Carta Social
Total de beneficiários de abono de família para crianças e jovens (n.º)	2431	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)

Fonte: INE; INE – Anuário Estatístico da Região Norte (2016,2018)

Tabela 35 Dados estatísticos sobre Saúde e Segurança Social (2018).

11.1. Núcleo Local De Inserção (RSI)

A definição do ISS, I.P. do RSI é a seguinte:

“O Rendimento Social de Inserção (RSI) é uma medida de proteção social criada para apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social e é constituída por: Um contrato de inserção para os ajudar a integrar-se social e profissionalmente; uma prestação em dinheiro para satisfação das suas necessidades básicas.

As pessoas, para receberem o Rendimento Social de Inserção, celebram e assinam um Contrato de Inserção, do qual consta um conjunto de deveres e direitos, com vista à sua integração social e profissional.”.

O Núcleo Local de Inserção estrutura-se em 3 objetivos:

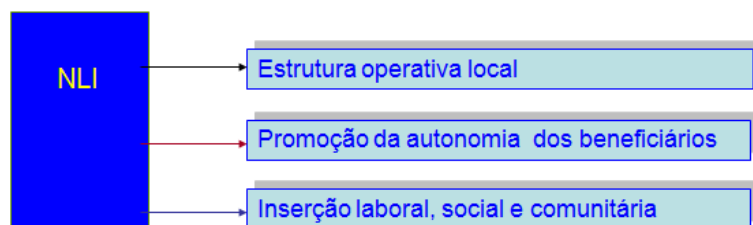


Figura 13 Objetivos gerais dos Núcleos Locais de Inserção (NLI)

Os Núcleos Locais de Inserção (NLI) de âmbito concelhio ou em função da unidade de freguesia, constituem-se como órgãos locais responsáveis pela gestão processual (estrutura operativa) continuada dos percursos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI). Alicerçam a sua atuação no combate à pobreza e exclusão social, promovendo o desenvolvimento de estratégias de captação de recursos locais potenciando a integração em mercado de trabalho e qualificação profissional com vista à autonomização e capacitação dos beneficiários de RSI.

Relativamente à sua constituição, apresenta-se de forma participada, integra a representação de organismos públicos com atuação nos setores da segurança social, emprego e formação profissional, educação, saúde e autarquias locais. A composição dos NLI pode integrar outras entidades, como IPSS, ONG que desenvolvam a sua atividade na respetiva área geográfica de atuação do NLI e que na sua atuação sejam criadas oportunidades de inserção.

Os Núcleos Locais de Inserção assumem-se, portanto, como espaços privilegiados de participação, articulação e integração de estratégias de inclusão. Esta estrutura foi recentemente transferida para os municípios no âmbito da transferência de competências no domínio da Ação Social (Abril 2023).

Famílias	Nº total de beneficiários
88,711	181,017

Tabela 36 Rendimento Social de Inserção (RSI) - Nº de Beneficiários e Famílias com prestação processada em junho de 2024

Famílias	Nº total de beneficiários
1345	2740

Tabela 37 Rendimento Social de Inserção (RSI) - Nº de beneficiários e famílias, no distrito de Bragança, com prestação processada em junho de 2024

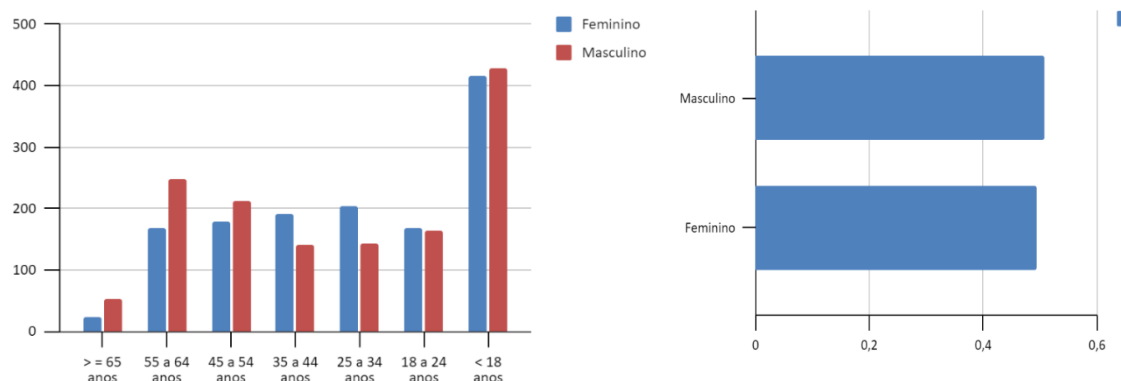


Figura 14 Rendimento Social de Inserção (RSI) - Nº de Beneficiários e Famílias, no distrito de Bragança, com prestação processada em junho de 2024, por sexo e escalão etário

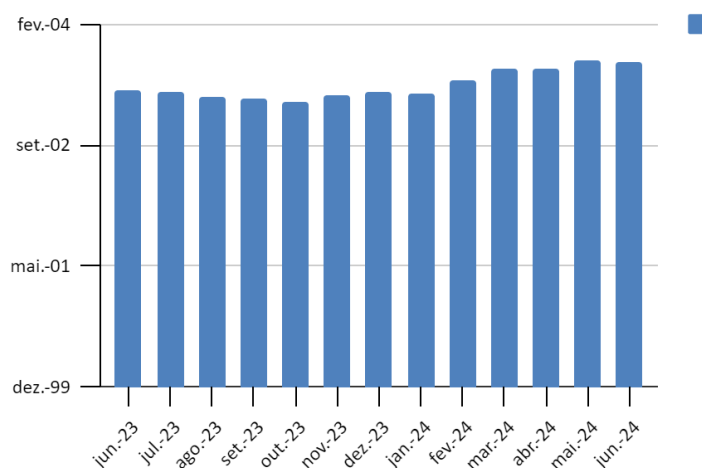
Verifica-se que a nível nacional existem 88.711 famílias que auferem prestação de R.S.I, num total de 181,017 beneficiários. No distrito de Bragança, usufruem desta prestação 1345 agregados familiares, com 2740 beneficiários. Sendo de 2% a percentagem de famílias face ao total. No que respeita ao escalão etário com mais prevalência é o que se situa no <18 anos e com menor a faixa etária de >= de 65 anos. Também através de consulta, (9/08/2024), aos dados estatísticos de famílias com processamento, no site da Segurança Social, o número de agregados familiares a auferir prestação de R.S.I era de 1225 em junho de 2023. O que reflete um aumento de 120 famílias.

junho 2023	julho 2023	agosto 2023	set. 2023	out. 2023	nov. 2023	dez. 2023	jan. 2024	fev. 2024	março 2024	abril 2024	maio 2024	jun. 2024
1225	1217	1201	1191	1182	1203	1218	1211	1268	1314	1315	1353	1 345

Tabela 38 Evolução no número de agregados familiares (junho 2023 - junho 2024)

O gráfico infra (Fig. 15), mostra a variação processual do Rendimento Social de Inserção (RSI) no concelho de Bragança, entre junho de 2023 e junho de 2024. Observa-se, ao longo deste período, uma tendência ligeiramente crescente. A partir de junho de 2023, os valores mantêm-se relativamente estáveis até setembro do mesmo ano, sem grandes oscilações. Em novembro de 2023, verifica-se um aumento gradual e contínuo, que atinge o seu ponto mais alto em junho de 2024.

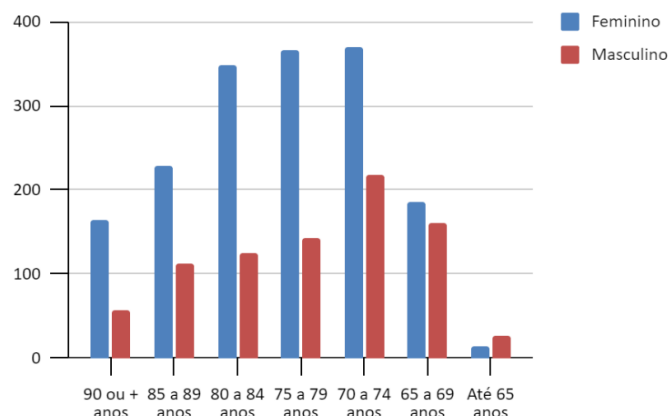
A escala utilizada no gráfico indica que as variações mensais são mínimas, o que reflete uma mudança subtil e progressiva na atribuição deste apoio social na região de Bragança. Em resumo, a variação do RSI no concelho de Bragança mantém-se estável na maioria do período em análise, com um aumento ligeiro nos últimos meses, o que pode indicar uma maior necessidade ou ajuste na atribuição desta prestação social.



Fonte: ISS/MTSSS

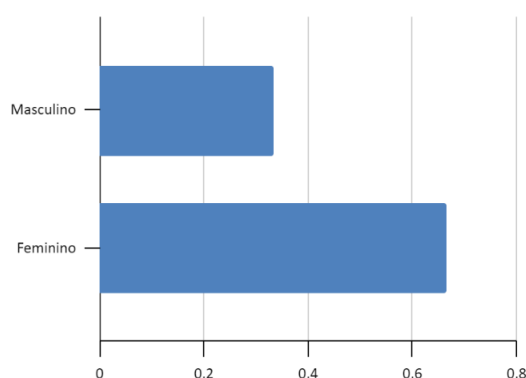
Figura 15 Variação processual de RSI, no concelho de Bragança (junho 2023 a junho de 2024)

11.2. Complemento Solidário para Idosos (CSI) - Beneficiários com Prestações de CSI processadas/sexo e idade



Fonte: ISS/MTSSS

Figura 16 Gráfico estatístico da caracterização dos beneficiários de Complemento Solidário para Idosos (CSI) em junho de 2024, segundo sexo e a idade



Fonte: ISS/MTSSS

Figura 17 Gráfico estatístico da caracterização dos beneficiários de Complemento Solidário para Idosos (CSI) em junho de 2024, segundo o sexo.

Os gráficos apresentados fornecem uma análise da distribuição dos beneficiários do Complemento Solidário para Idosos (CSI) em junho de 2024, segundo o sexo e a idade. Relativamente à prestação do CSI, no Distrito de Bragança, em junho de 2024 foram processadas, 2.516, sendo 66,6% do sexo Feminino e 33,4% do sexo Masculino. A faixa etária com maior número de beneficiários é entre os 70 a 74 anos.

O primeiro gráfico (Fig. 16), que combina idade e sexo, revela que a maioria dos beneficiários pertence ao sexo feminino em todas as faixas etárias analisadas. O número de beneficiárias mulheres é significativamente superior ao de homens, especialmente nas faixas etárias mais avançadas, como entre 80 a 84 anos, 75 a 79 anos e 70 a 74 anos. Neste escalão, o número de mulheres beneficiárias é aproximadamente o dobro ou mais do que o de homens (com relativo decréscimo na diferença entre géneros, nesta última, comparativamente com as faixas etárias anteriores). Este padrão reflete a maior longevidade feminina, que faz com que haja mais mulheres idosas a necessitar deste apoio.

Nas faixas etárias mais jovens, como entre 65 a 69 anos, a diferença entre géneros é menos acentuada, mas ainda assim, as mulheres continuam a ser a maioria dos beneficiários, invertendo-se ligeiramente esta tendência na faixa etária até aos 65 anos, com aumento do sexo masculino. Outro ponto a destacar é que, conforme a idade avança, há um aumento no número de beneficiários, tanto para homens quanto para mulheres, até à faixa dos 75 a 79 anos, após a qual o número começa a diminuir ligeiramente.

O segundo gráfico (Fig. 17), que compara a proporção geral de beneficiários masculinos e femininos, reforça a análise anterior, mostrando que as mulheres representam uma fatia maior do total de beneficiários do CSI. Esta diferença sugere que as mulheres idosas ao nível do distrito de Bragança têm uma maior necessidade de recorrer a este apoio, possivelmente devido a menores pensões de reforma ou maior risco de pobreza na velhice.

Em resumo, a análise dos gráficos destaca uma predominância de beneficiários do sexo feminino em todas as faixas etárias, especialmente nas idades mais avançadas, refletindo as necessidades específicas desta população em termos de apoio social.

11.3. Respostas sociais inseridas no contexto territorial de Bragança

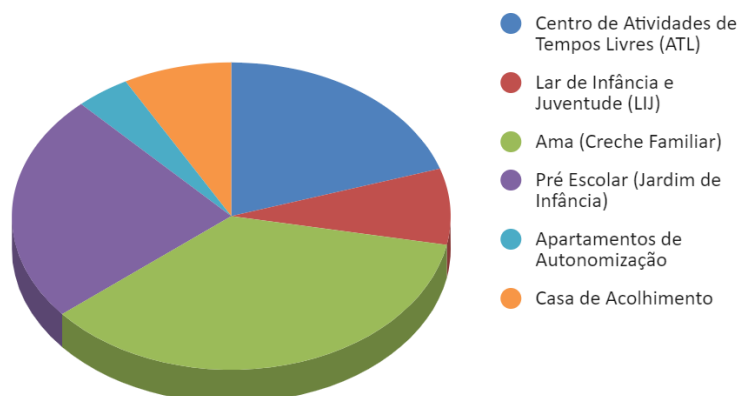


Figura 18 Respostas sociais situadas no concelho de Bragança (Infância e Juventude)

O gráfico em questão (Fig. 18) apresenta a distribuição das respostas sociais disponíveis no concelho de Bragança, direcionadas para a infância e juventude. Cada segmento do gráfico representa a proporção relativa de cada tipo de serviço social, e a sua dimensão no contexto territorial de Bragança.

Destaca-se como a resposta social mais presente a Ama (Creche Familiar), com 9 unidades disponíveis. Este dado indica uma forte necessidade dos cuidados infantis em ambiente familiar, sugerindo que muitas famílias preferem ou necessitam de um cuidado mais personalizado para as suas crianças.

Em seguida, o Pré-Escolar (Jardim de Infância) aparece com 6 unidades, refletindo a importância da educação pré-escolar no concelho. O Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL), com 5 unidades, também tem uma presença significativa, evidenciando a necessidade de atividades extracurriculares para as crianças em idade escolar.

Outros serviços, como o Lar de Infância e Juventude (LIJ) e a Casa de Acolhimento, têm 2 unidades cada, mostrando que, embora menos frequentes, são essenciais para o apoio a crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. Os Apartamentos de Autonomização são a resposta social menos numerosa, com apenas 1 unidade, o que pode indicar uma menor, mas ainda existente, necessidade de apoiar jovens em transição para a vida independente.

No geral, a distribuição das respostas sociais no concelho de Bragança demonstra uma preocupação equilibrada com diferentes aspetos do apoio à infância e juventude, desde os cuidados na primeira infância até ao suporte em situações de risco e a preparação para a autonomia. A predominância de creches familiares e jardim-de-infância sugere que as políticas sociais estão bem alinhadas com as necessidades educacionais e de cuidados das crianças no concelho.

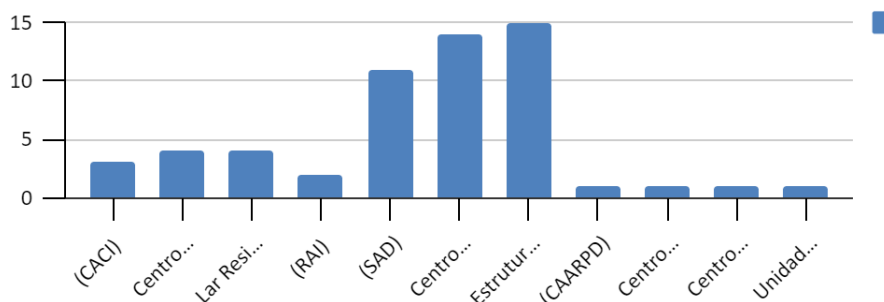


Figura 19 Respostas sociais situadas no concelho de Bragança (População adulta)

O gráfico supra (Fig. 19) proporciona uma visão detalhada das respostas sociais disponíveis para a população adulta no concelho de Bragança, destacando as diferentes infraestruturas e serviços destinados a esta faixa etária.

A Estrutura Residencial para Idosos é a resposta social mais prevalente, com 15 unidades, indicando uma elevada procura por este tipo de serviço, que proporciona acolhimento e cuidados continuados a pessoas idosas. Este dado sugere que uma parte significativa da população adulta de Bragança é composta por idosos que necessitam de assistência permanente.

O Centro de Dia, com 14 unidades, é outro serviço amplamente disponível, oferecendo apoio diurno a idosos que vivem nas suas próprias casas, mas que precisam de cuidados e socialização durante o dia. Isto reflete uma estratégia de apoio que promove a permanência dos idosos nas suas comunidades, ao mesmo tempo que lhes proporciona assistência e acompanhamento.

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), com 11 unidades, é também um serviço crucial, permitindo que adultos e idosos recebam cuidados em casa, o que pode ajudar a adiar ou evitar a institucionalização. Este serviço é essencial para manter a autonomia dos beneficiários dentro do seu ambiente familiar.

Outras respostas, como o Centro de Convívio (4 unidades) e o Centro de Atividades de Capacitação para a Inclusão (CACI) (3 unidades), indicam a disponibilidade de espaços que promovem a inclusão social e a capacitação de pessoas com deficiência ou outras necessidades especiais. Estas estruturas são importantes para a integração social e o bem-estar psicológico da população adulta.

Por outro lado, serviços como a Residência de Autonomização e Inclusão (RAI) e o Lar Residencial de Deficiência (LR) têm uma presença menor, com 2 e 4 unidades, respetivamente, mas desempenham um papel crucial no apoio a indivíduos que necessitam de um ambiente protegido ou que estão a transitar para uma vida mais autónoma.

Por fim, serviços especializados como a Unidade de Cuidados Continuados e o Centro de Reabilitação Profissional (CRP) estão representados com uma única unidade cada, o que pode refletir uma menor, mas específica, necessidade por estes serviços na região.

Em resumo, a análise do gráfico mostra que o concelho de Bragança equipado para atender às necessidades da sua população adulta, com uma forte ênfase no cuidado aos idosos e no apoio domiciliário, complementado por outras infraestruturas que promovem a inclusão e o bem-estar social.

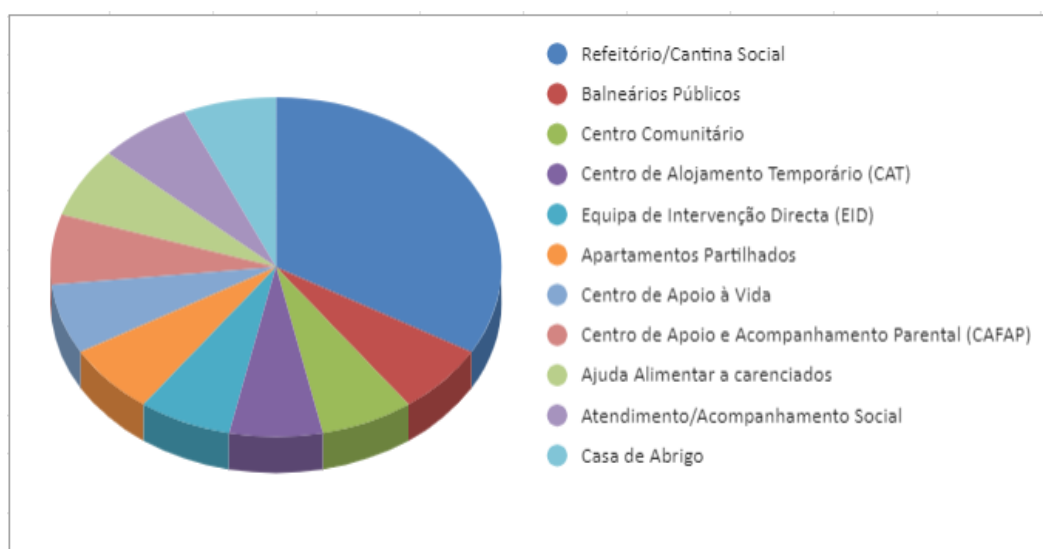


Figura 20 Respostas sociais situadas no concelho de Bragança (Família e Comunidade em Geral)

O gráfico (Fig. 20) mostra a distribuição das diferentes respostas sociais disponíveis para apoiar a família e a comunidade em geral no concelho de Bragança.

O serviço mais prevalente é o Refeitório/Cantina Social, com 5 unidades. Este dado indica que há uma necessidade significativa de fornecer refeições a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, garantindo-lhes uma nutrição adequada. Este serviço desempenha um papel crucial no combate à carência alimentar e na promoção do bem-estar social.

Todos os outros serviços apresentados apresentam apenas uma unidade cada, o que revela uma abordagem diversificada, mas mais localizada ou especializada, no apoio social. Estes serviços incluem Balneários Públicos, Centro Comunitário, Centro de Alojamento Temporário (CAT), Equipa de Intervenção Direta (EID), Apartamentos Partilhados, Centro de Apoio à Vida, entre outros.

A presença de um Centro de Alojamento Temporário (CAT) e uma Casa de Abrigo sublinha a preocupação com o apoio a pessoas em situação de emergência ou em risco, proporcionando-lhes um local seguro para permanecer temporariamente. Estes serviços são essenciais para responder urgentes, como a perda de habitação ou situações de violência doméstica.

O Centro de Apoio e Acompanhamento Parental (CAFAP) e a Ajuda Alimentar a Carenciados indicam esforços direcionados para apoiar as famílias em múltiplas dimensões, desde a alimentação até ao apoio na parentalidade, que são fundamentais para a estabilidade e o desenvolvimento saudável das crianças.

Por fim, o Centro Comunitário e o Atendimento/Acompanhamento Social, refletem a importância de espaços e serviços que respondam e promovam a coesão social e o apoio contínuo às pessoas, ajudando-as a superar desafios sociais e económicos.

Em suma, o gráfico mostra que o concelho de Bragança tem uma rede de respostas sociais diversificadas para atender às necessidades das famílias e da comunidade em geral, com uma forte ênfase no combate à pobreza e na resposta a situações de emergência, ao mesmo tempo que oferece apoio contínuo para a inclusão e o bem-estar social.

12. Habitação | habitação social municipal

Indicadores	Valores	Ano	Fonte
Alojamentos familiares (Nº)	25 611	2021	Censos 2021
Edifícios clássicos de habitação familiar (Nº)	16 920	2021	Censos 2021
Edifícios Licenciados	125	2018	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Edifícios concluídos	72	2018	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar (Nº)	53	2018	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar (Nº)	40	2018	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares por habitante (€)	627	2018	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Idade média dos edifícios (anos)	34,03	2011	www.portalmunicipal.pt
Edifícios com necessidade de grandes reparações (%)	3,48	2011	www.portalmunicipal.pt
Encargos médios com habitação (%/mês)	305,52	2011	www.portalmunicipal.pt
Valor médio dos prédios urbanos transacionados (€)	37,042	2018	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Bairros Municipais de habitação social (Nº)	3	2022	Município de Bragança
Fogos de habitação social (Nº)	267	2023	Município de Bragança
Edifícios de habitação social propriedade do Município	27	2023	Município de Bragança
Valor médio das rendas dos contratos de arrendamento, hab. Social (€)	18,45	2023	Município de Bragança
Contratos de compra e venda de prédios (Nº)	1 113	2018	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Contratos de compra e venda de prédios (milhares €)	38 273	2018	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Valores médios de avaliação bancária dos alojamentos (€/m2)	898	2018	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)

Fonte: Município de Bragança – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2023.

Tabela 39 Dados estatísticos referentes à habitação, no concelho de Bragança

Atualmente, o Município de Bragança é detentor de 267 fogos de habitação social, distribuídos por 3 bairros sociais: Bairro Social da Mãe d'Água (123 frações do MB e 1 fração privada); Bairro Social da Coxa (114 frações do MB – 100% do MB) e o Bairro Social da Previdência (30 frações do MB e 66 privados). Estes bairros foram construídos respetivamente em 1979, 1982 e 1975.

13. Turismo, lazer, desporto e juventude

Indicadores	Valores	Ano	Fonte
Capacidade de alojamento em estabelecimentos hoteleiros (Nº)	1.414	2022	Pordata
Estabelecimentos de alojamento (Nº)	744	2022	Pordata
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros (Nº)	106.644	2022	Pordata
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros (Nº)	63.027	2022	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Estada média de hóspedes estrangeiros (Nº noites)	1.8	2022	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Estada média nos estabelecimentos hoteleiros (Nº noites)	1.7	2022	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Taxa de ocupação cama (líquida) (%)	22	2022	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Proveitos de aposento nos estabelecimentos hoteleiros (milhares €)	3936	2022	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018)
Imóveis de interesse público (Nº)	21	2019	IGESPAR I.P.
Monumentos Nacionais (Nº)	6	2019	IGESPAR I.P.
Imóveis de interesse municipal	2	2019	IGESPAR I.P.
Visitantes do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais (Nº)	9.732	2022	Município de Bragança
Visitantes do Museu Ibérico da Máscara e do Traje (Nº)	12.178	2022	Município de Bragança
Espectadores das sessões do Teatro Municipal de Bragança (Nº)	18.198	2022	Município de Bragança
Utentes da Biblioteca Municipal (Nº)	14.649	2022	Município de Bragança
Utilizadores dos Equipamentos desportivos (Nº)	78.677	2022	Município de Bragança
Visitantes do Centro de Fotografia George Dussaud (Nº)	5.648	2022	Município de Bragança
Visitantes do Centro de Interpretação da Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano (CICS)	3.694	2022	Município de Bragança
Visitantes do Museu Nacional Ferroviário de Bragança	4.524	2022	Município de Bragança

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2018) e Município de Bragança
Tabela 40 Dados estatísticos sobre Turismo, Cultura e Desporto, no concelho de Bragança

O Turismo é ao nível da receita considerado a primeira atividade mundial e o maior empregador de mão-de-obra, essencial ao desenvolvimento sustentado de muitas regiões a nível nacional.

A elevada qualidade ambiental e paisagística, a riqueza monumental e cultural, a gastronomia, o artesanato, a hospitalidade das nossas gentes, permitem uma oferta diversificada junto do potencial turista que procura o concelho de Bragança como destino de férias.

Bragança tem criado as condições necessárias para se diferenciar como um destino turístico de eleição capaz de fidelizar e incentivar a procura de potenciais turistas nacionais e estrangeiros de modo a que estes permaneçam na região, dinamizando a economia através do setor do turismo.

O concelho de Bragança dispõe de uma notável variedade de recursos naturais e históricos que o convertem num destino de especial singularidade e forte atrativo. Obviamente, o núcleo fundamental da oferta turística do concelho está centrado na combinação do turismo de natureza – etnográfico – gastronómico e histórico, que têm como ponto geográfico final o Parque Natural de Montesinho associado ao Turismo de Natureza/ Ativo e à zona histórica da cidade, associado ao Histórico/ Cultural.

A oferta do turismo inclui um conjunto diversificado de recursos e de produtos e serviços. Um dos sectores mais relevantes da oferta turística é o alojamento. A atratividade de um determinado local poderá depender mais ou menos do tipo de alojamento, obviamente que articulado com os restantes sectores como a restauração e a animação. De facto, ele é um indicador do público-alvo, sendo que o potencial de atração de um local possa depender mais ou menos do tipo de alojamento proporcionado, onde o Turismo no Espaço Rural emerge como uma área relevante, apresentando grandes potencialidades, consubstanciadas em aspetos como a localização, a estabilidade social, a diversidade e a riqueza etnográfica, a gastronomia, a beleza natural e o património.

A restauração constitui-se como outra atividade relevante da oferta turística, mas geralmente tem os seus serviços e equipamentos desenhados para alvos residentes/ população local mas que frequentemente são utilizados e consumidos por turistas durante a sua estadia. De um modo geral apresentam estruturas sólidas e de qualidade.

Entre estas áreas de intervenção, um destaque, especial, para os profissionais que operam exclusivamente na animação turística. Estes profissionais têm por missão promover, operacionalizar e, eventualmente, acompanhar programas e iniciativas de animação de forma a proporcionar aos turistas atividades de entretenimento e lazer complementares aos restantes serviços (alojamento, restauração, etc.) procurando atingir uma economia de partilha e de abertura na forma de trabalhar.

De destacar, ainda, a importância do aprofundamento de conhecimentos específicos ao tipo de animação turística desenvolvido, nomeadamente, conhecimentos ao nível de usos, costumes e tradições, história, geografia, produtos regionais (gastronomia, artesanato, eventos e feiras, jogos tradicionais), de modalidades desportivas ou de questões ambientais.

De um modo geral, as atividades de animação turística são desenvolvidas por empresas especializadas em diferentes tipos de animação. Sendo uma atividade fortemente assente na relação direta com o cliente, assiste-se a uma procura cada vez mais exigente e uma oferta necessariamente mais qualificada. Dado que estamos perante um perfil de consumidor mais

informado e mais exigente, tal repercute-se no tipo de produtos e serviços disponíveis, bem como no grau de qualidade e exigência requerido.

Na atual estratégia de desenvolvimento turístico a promoção constitui-se como um domínio de grande significado e importância, no qual o Município de Bragança tem como objetivo dar a conhecer o património monumental, cultural, natural e gastronómico do concelho, de modo a permitir a captação de novos fluxos turísticos. Importa pois, não perder de vista os desafios principais: aumentar a notoriedade do concelho como destino de eleição e reforçar o grau de satisfação, correspondendo às expectativas crescentes de quem aqui escolhe fazer férias.

Face a isto salienta-se a necessidade de desenvolver competências técnicas específicas, mas também competências pessoais e sociais fundamentais em serviços onde a confiança, e a relação com o cliente seja pautada por uma política de atração orientada para a procura e não para a oferta.

A atividade do turismo enceta pela formação, pela inovação, pela especialização, pela sustentabilidade, mas primeiramente pela alteração de mentalidades e com isso marcar a própria diferença.

A tendência crescente do turismo é resultado da estratégia do Executivo na promoção do território no exterior, com o objetivo de atrair mais turistas, por forma a contribuir para a dinamização da economia local e com isso gerar mais valor e riqueza concelhia, fundamentais para a criação de emprego e sustentabilidade deste território.

Neste âmbito, o Município disponibiliza aos cidadãos meios e oportunidades para que estes possam usufruir de atividades desportivas, ao ar livre e nos equipamentos desportivos municipais.

14. Problemáticas sociais e grupos de risco

No concelho de Bragança, existem vários grupos de risco que têm permanecido expostos a diferentes formas de pobreza e exclusão social. Estes grupos de risco podem ser caracterizados por diferentes vulnerabilidades só atenuadas com a intervenção das instituições sociais e do papel social do Estado. Especificamente na cidade de Bragança pode verificar-se a existência quer de situações de pobreza mais tradicional, quer novas formas de pobreza, com o surgimento de situações que a crise económica e social impôs a nível nacional.

Acresce assim salientar que os fenómenos de privação económica aumentaram nos últimos anos, fruto da acumulação anterior de fatores de risco, especificamente, os relacionados com o

fenómeno do desemprego, representam fundamentalmente em Bragança a falência/redução de oportunidades num mercado de trabalho interno e externo sazonal (com especial incidência nos sectores agrícola e construção civil). Por outro lado, as medidas de austeridade aplicadas aos trabalhadores, conjugada com cortes ao nível das prestações sociais, têm produzido novas vulnerabilidades mesmo nos grupos sociais que se encontram empregados.

Descrição síntese dos grupos vulneráveis presentes em Bragança:

Grupos vulneráveis tradicionais:

- idosos com insuficiência de recursos económicos (baixas pensões, solidão e desintegração familiar);
- trabalhadores agrícolas em situação de carência (falta de rentabilidade da atividade agrícola; agricultura de subsistência);
- assalariados com fracas qualificações (baixos salários e relações contratuais precárias).

Novos grupos sociais vulneráveis:

- desempregados de longa duração (dificuldade na reinserção profissional, com qualificações baixas ou altas - caso dos licenciados);
- grupos étnicos e culturais minoritários (precariedade de condições de vida geradoras de identidades étnicas e de processos de racismo/xenofobia, ciganos, imigrantes);
- famílias monoparentais (privação de recursos económicos e acesso à habitação);
- pessoas com deficiência (desemprego e dependência social e familiar);
- famílias sobre endividadas (rendimentos ameaçados pela contração de dívidas);
- crianças e jovens em risco, (ex)toxicodependentes, alcoólicos, detidos e ex-reclusos (excluídos das principais instituições sociais como a família, a escola e o trabalho);
- trabalhadores da economia informal e/ou de trabalho precário/sazonal (exposição latente à pobreza e exclusão social).

Outros grupos:

- mulheres (mais expostas à vulnerabilidade e discriminação; vítimas de violência);
- jovens à procura do primeiro emprego (qualificados e não qualificados);

- pessoas com doenças crónicas (a debilidade física/psíquica impossibilita o exercício de uma profissão de forma estável);
- beneficiários do Rendimento Social de Inserção (constituem uma categoria transversal, pese embora a geral insuficiência de recursos).

Em resumo, podemos identificar como grupos sociais prioritários: as pessoas idosas (fracos recursos económicos, montantes baixos das pensões, isolamento e desintegração familiar); as famílias monoparentais; as famílias dedicadas à agricultura de subsistência (fracos retornos da atividade agrícola tradicional e familiar não remunerada); os grupos minoritários alvo de exclusão social (etnias ou grupos culturais alvo de acumuladas formas de estigma e processos de guetização); as pessoas portadoras de deficiência (fraca empregabilidade; forte dependência face a terceiros e baixos valores das pensões); os desempregados de média e longa duração (fracos recursos económicos e fracas prestações sociais); as pessoas empregadas com fracos níveis de qualificação e de instrução (remunerações mais baixas e exposição a trabalho precário); as pessoas empregadas na economia informal (não declaradas, sem proteção social, mercado de trabalho oculto e precário); as pessoas ou famílias com elevados níveis de endividamento (redução drástica do rendimento disponível para as funções familiares essenciais); as pessoas em situação de trabalho temporário e precário (os dados do INE revelam que um em cada dez trabalhadores encontram-se em risco de pobreza). Em 2013, a taxa de risco de pobreza dos trabalhadores era de 10,7%, enquanto em 2012 era de 10,5%.

15. CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Bragança

A intervenção das comissões de proteção de crianças e jovens tem lugar quando não seja possível às entidades com competência em matéria de infância e juventude atuar de forma adequada e suficiente a remover o perigo em que se encontram.

A comissão de proteção funciona em modalidade alargada ou restrita, doravante designadas, respetivamente, de comissão alargada e de comissão restrita.

À comissão alargada compete desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e jovem, nomeadamente:

- Informar a comunidade sobre os direitos da criança e do jovem e sensibilizá-la para os apoiar sempre que estes conheçam especiais dificuldades;
- Promover ações e colaborar com as entidades competentes tendo em vista a deteção dos factos e situações que afetem os direitos e interesses da criança e do jovem;

- Colaborar com as entidades competentes no estudo e elaboração de projetos inovadores no domínio da prevenção primária dos fatores de risco, bem como na constituição e funcionamento de uma rede de respostas sociais adequadas.

À comissão restrita compete intervir nas situações em que uma criança ou vem está em perigo, nomeadamente:

- Atender e informar as pessoas que se dirigem à comissão de proteção;
- Apreciar liminarmente as situações de que a comissão de proteção tenha conhecimento,
- Proceder à instrução dos processos;
- Decidir a aplicação e acompanhar e rever as medidas de promoção e proteção, com exceção da medida de confiança a pessoa selecionada para a adoção ou instituição com vista a futura adoção.

A análise do fluxo processual global anual da CPCJ de Bragança implica a análise do total de processos acompanhados pela CPCJ. Este divide-se em três categorias essenciais: no volume processual global (VPG), que corresponde à soma dos processos transitados de anos anteriores, dos Processos de Promoção e Proteção (PPP) instaurados no ano em avaliação e dos processos transferidos nesse mesmo ano.

No âmbito dos processos instaurados distinguem-se aqueles que correspondem a novas situações de perigo e os que resultam de transferências de processos entre CPCJ, por alteração de competência territorial; o arquivamento global, corresponde ao total de processos findos no ano em avaliação, o seu valor é encontrado somando o número de processos arquivados liminarmente, o número de processos arquivados após o início da intervenção das CPCJ e os processos transferidos para outras CPCJ e total de processos ativos no final do ano em avaliação, que corresponde à diferença entre o número de processos entrados (volume processual global) e findos no ano (arquivamento global).

No ano de 2023 esta CPCJ transitou 71 processos e em 2024 recebeu um total de entradas de 131 processos dos quais cessou a intervenção de 51. Assim, foram acompanhados 131 processos (VPG).

Para uma melhor caracterização do total de entradas, apresenta-se seguidamente os dados do ano:

- Transitados do ano de 2023 – 71 processos;
- Novos – 46 processos;
- Por transferência (AP) – 0 processos;
- Reabertos – 9 processos;
- Transferência por alteração da Competência Territorial (EA) - 5 processos

De igual modo, por Cessação da Intervenção (do total de 51), foram obtidos os seguintes resultados:

- Arquivamento - 50 processos;
- Transferência por alteração da Competência territorial (EA) - 1 processo

No que diz respeito às comunicações de perigo efetuadas pelas entidades, a CPCJ rececionou, no ano de 2024, um total de 50 comunicações. As entidades com maior número de comunicações de situações de perigo à Comissão foram, por ordem decrescente, as seguintes: Autoridade Policial (22), Estabelecimentos de Ensino (12) Anónimas (8), Progenitores (3), Vizinhos e Particulares (2), Ministério Público (1), Estabelecimentos de Saúde (2). Atendendo aos valores reportados no relatório de 2021, é possível verificar que das comunicações provenientes a autoridade policial manteve-se como a principal entidade sinalizadora.

À semelhança do ano anterior, o principal meio utilizado para comunicar uma situação de perigo foi o correio eletrónico, que resultou em 23 sinalizações. De seguida, surgem 23 sinalizações efetuadas por escrito, 2 presencialmente e 2 por correio eletrónico via site da CNPDPCJ.

Em 2024, a CPCJ acompanha 125 crianças e jovens, sendo que 52,8% eram do sexo masculino (66) e 47,2% do sexo feminino (59).

De uma forma geral, a faixa etária prevalente esteve compreendida entre os 11 e os 14 anos, num total de 23 processos, seguido do escalão etário entre os 6 e os 8 anos, com 15 processos. A terceira faixa etária mais prevalente corresponde às crianças com idades compreendidas entre os 9 e os 10 anos e por fim os jovens com idades entre os 18 e 21 anos.

No ano em curso foram aplicadas 17 medidas de promoção e proteção, que resultaram em medidas executadas em meio natural de vida, (16 apoio junto dos pais), e 1 em medidas de colocação, (acolhimento residencial). Considerando uma análise comparativa, verifica-se que as medidas aplicadas em meio natural de vida mantêm o padrão do ano anterior, sendo privilegiado o apoio junto dos pais.

A CPCJ consciente do seu papel na promoção da tomada de consciência da importância dos domínios da prevenção das situações de perigo e da promoção dos direitos da criança e jovem, elaborou um conjunto de atividades, de entre as quais se destacam: Dia Internacional da Família; Fórum/Discussão - A problemática da revitimização/reincidência; Exposição “Eu escolho”; “Termómetro do Amor” - Promoção de Interações Saudáveis; Atelier de Execução de Laços Azuis; Sábado de Encantar - Promoção dos direitos das crianças; Marcha pela Prevenção dos maus tratos na infância; Encontro/Mesa Redonda - O papel das Entidades Competentes; Iluminação no Castelo de Bragança; O Papel essencial do gestor de caso no Acolhimento Familiar; Ação de sensibilização maus tratos na infância; Encontro distrital CPCJ's - Distrito Bragança; Formação “Violência Sexual contra Crianças e Jovens”.

No âmbito das suas funções foram ainda realizadas até à data do presente documento, 13 reuniões da Modalidade Restrita e 3 reuniões na Modalidade Alargada, as quais contaram com a presença do representante do Município e atual Presidente desta Comissão."

16. Ação social escolar

No âmbito da ação social escolar verifica-se a sua função de correção social e combate à pobreza infantil, sendo que para o ano letivo 2023/2024 contemplamos 1340 crianças e alunos do do ensino da rede pública do concelho de Bragança, sendo 321 do escalão 1, 247 do escalão 2, 269 do escalão 3, 503 dos restantes escalões.

Apoiamos, ainda, 235 alunos posicionados no escalão 1 do abono de família para crianças e jovens do 1º ciclo do ensino básico com o fornecimento de um suplemento alimentar.

Foram, também, atribuídas fichas de apoio - (1ª e 2ª fase) para as áreas disciplinares de frequência obrigatória aos alunos do 1º ciclo posicionados no escalão 1 do abono de família para crianças e jovens e reembolso de 50% ou 25% aos alunos posicionados nos escalões 2 e 3 respetivamente, abrangendo 410 alunos.

Estes resultados demonstram de forma inequívoca o papel corretivo da ação social escolar, bem como a fragilidade das famílias que têm dependentes em idades escolares que compreendem crianças dos 3 aos 10 anos de idade.

Enquadrado no processo de transferência de competências, o Município de Bragança assumiu a competência “Escola a Tempo Inteiro”, promovendo e implementando medidas de apoio às famílias, adicionando às Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), na educação pré-

escolar, a Componente de Apoio à Família (CAF) e as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), no 1º CEB.

Relativamente ao programa de oferta de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) foi-lhe dada continuidade, assegurando o acompanhamento das crianças, antes e depois do período diário de atividades educativas, nos períodos da manhã e da tarde, compreendendo o prolongamento de horário, e, nos jardins de infância da rede escolar pública situados na cidade de Bragança, nas interrupções educativas do Carnaval, da Páscoa e do Natal, bem como do programa “Férias Divertidas” no Verão, apoiando um total de 292 crianças.

O Município, no âmbito da Componente de Apoio à Família (CAF), assegura ainda o acompanhamento dos alunos do 1º CEB antes e ou depois das componentes do currículo e das Atividades de Enriquecimento Curricular, apoiando um total de 414 alunos.

No que diz respeito às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), para os alunos do 1º CEB, de natureza lúdica, formativa e cultural, nos domínios desportivo, artístico e científico e tecnológico, de ligação ao património cultural imaterial local, o Município de Bragança, em articulação com os agrupamentos de escolas do concelho, assegura o desenvolvimento das AEC's, envolvendo um total 948 alunos.

17. Violência doméstica

No âmbito das políticas de prevenção e combate à Violência Doméstica no concelho de Bragança, a Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança contempla a resposta social - Centro de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica,

“de forma a garantir o apoio psicossocial e psicológico das vítimas de violência doméstica, bem como garantir a integração física e moral das mesmas”, tem como objetivos:

- *Promover campanhas contra a violência doméstica;*
- *Implementar campanhas e ações de sensibilização nas comunidades locais;*
- *Implementar um programa de intervenção com agressores;*
- *Diagnosticar, otimizar e avaliar as respostas de emergência;*
- *Avaliar os níveis de satisfação das pessoas beneficiárias das respostas ao nível da violência doméstica;*

- *Apoiar e avaliar as respostas específicas de apoio a vítimas.*

Fonte: <https://www.asmab.pt/centro-de-atendimento-as-vitimas-de-violencia-domestica/>

Em conformidade com os dados facultados, o Centro de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica do concelho de Bragança, no ano 2023 totalizou 1357 atendimentos, 217 mulheres, 23 homens e 28 pessoas estrangeiras.

A prevalência a nível da faixa etária incide entre a terceira e quarta idade (48 casos na faixa entre os 36-45 anos e 51 casos entre os 45-55 anos).

Em termos de problemáticas, as mais prevalentes são a nível conjugal (108 casos) e entre companheiros/as (46 casos), seguindo de violência ex-relacionamento (31 casos). A grande maioria das vítimas está casada com o agressor, pese embora o valor relativamente significativo de vítimas a viver em regime de união de facto ou já separadas/divorciadas dos agressores.

No que diz respeito às habilitações literárias, 52 das vítimas possuem apenas um dos níveis do ensino básico e 24 não têm qualquer habilitação, sendo esta uma das causas do desemprego, que atinge 64 das vítimas desempregadas. Também associada à baixa escolaridade encontra-se a precaridade laboral e as baixas remunerações, que afetam a estabilidade percecionada pelas vítimas e dificultam a autonomização e construção de um projeto de vida afastado da violência, em geral.

Relativamente às tipificações de violência a maior incidência é enquadrada na psicológica (222), seguida de física (148) e económica (46). Segundo os dados referentes a 2023 foram formalizadas 134 queixas.

Dados Estatísticos							
N.º total de atendimentos	Atendimentos presenciais	Atendimentos não presenciais	N.º total de pessoas/ agregados atendidos	Mulheres	Homens	Pessoas estrangeiras	N.º de situações/ casos novos em 2023
1357	350	1097	240	217	23	28	72

Fonte: Dados fornecidos pelo Núcleo de Apoio à Vítima de Violência Doméstica (NAAVD) da ASMAB.

Tabela 41 Dados estatísticos processuais de atendimentos em âmbito de NAAVD (2023)

Encaminhamentos							
Casa de Acolhimento de Emergência/ Casa Abrigo	Estrutura Residencial para Idosos	Serviços de Saúde	Serviços Sociais	Habitação	Serviços de Justiça	Serviços de Emprego	(Novas) Crianças encaminhadas para Resposta de Apoio Psicológico
5	7	76	247	73	84	64	4

Fonte: Dados fornecidos pelo Núcleo de Apoio à Víctima de Violência Doméstica (NAAVD) da ASMAB.
Tabela 42 Dados estatísticos processuais de encaminhamentos em âmbito de NAAVD (2023)

Dados demográficos processos 2023													
Sexo		Idade							Nacionalidade				
F	M	Até 18 anos	18 - 25	26 - 35	36 - 45	46 - 55	56 - 65	+66 Anos	Portuguesa	Outros Países Europeus	Países Africanos	Brasileira	Paquistanesa
21	2												
7	3	2	15	38	48	51	41	45	212	11	10	6	1

Fonte: Dados fornecidos pelo Núcleo de Apoio à Víctima de Violência Doméstica (NAAVD) da ASMAB.
Tabela 43 Dados demográficos de indivíduos atendidos em âmbito de NAAVD (2023)

Dados demográficos processos 2023				
Situação face ao Emprego				
Reformado	Empregado	Desempregado	Estudante	Outro
61	65	64	11	39

Fonte: Dados fornecidos pelo Núcleo de Apoio à Víctima de Violência Doméstica (NAAVD) da ASMAB.
Tabela 44 Dados demográficos de indivíduos atendidos em âmbito de NAAVD (2023)

Dados demográficos processos 2023								
Escolaridade								
Iltrado	Saber ler/ escrever	1º.Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	Licenciatura	Mestrado	Outro
24	12	41	12	52	42	25	3	29

Fonte: Dados fornecidos pelo Núcleo de Apoio à Víctima de Violência Doméstica (NAAVD) da ASMAB.
Tabela 45 Dados demográficos de indivíduos atendidos em âmbito de NAAVD (2023)

Dados referentes às agressões processos de 2023					
Agressor					
Cônjuge	Companheiro	Namorado	Ex- relacionamento	Filho	Outro
108	46	11	31	21	23

Fonte: Dados fornecidos pelo Núcleo de Apoio à Vítima de Violência Doméstica (NAAVD) da ASMAB.

Tabela 46 Dados demográficos de indivíduos atendidos em âmbito de NAAVD (2023)

Dados referentes às agressões processos de 2023					
Agressão					
Física	Psicológica	Sexual	Económica	Negligência	Queixa Formalizada
148	222	32	46	9	134

Fonte: Dados fornecidos pelo Núcleo de Apoio à Vítima de Violência Doméstica (NAAVD) da ASMAB.

Tabela 47 Dados estatísticos referentes à caracterização do agressor e tipo de agressão de Violência Doméstica

A acrescentar que, no período de janeiro a junho de 2024, o Centro de atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, já contempla um nº total de atendimentos de 1131, dos quais, 199 mulheres, 23 homens.

Dados Estatísticos							
N.º total de atendimentos	Atendimentos presenciais	Atendimentos não presenciais	N.º total de pessoas/ agregados atendidos	Mulheres	Homens	Pessoas estrangeiras	N.º de situações/ casos novos em 2023
1131	211	918	212*	199*	23*		58

Fonte: Dados fornecidos pelo Núcleo de Apoio à Vítima de Violência Doméstica (NAAVD) da ASMAB.

Tabela 48 Dados estatísticos processuais de Violência Doméstica (2024).

Encaminhamentos							
Casa de Acolhimento de Emergência/ Casa Abrigo	Estrutura Residencial para Idosos	Serviços de Saúde	Serviços Sociais	Habitação	Serviços de Justiça	Serviços de Emprego	(Novas) Crianças encaminhadas para Resposta de Apoio Psicológico
3	2	42	68	6	40	3	3

Fonte: Dados fornecidos pelo Núcleo de Apoio à Vítima de Violência Doméstica (NAAVD) da ASMAB.

Tabela 49 Dados estatísticos processuais de Violência Doméstica (2024).

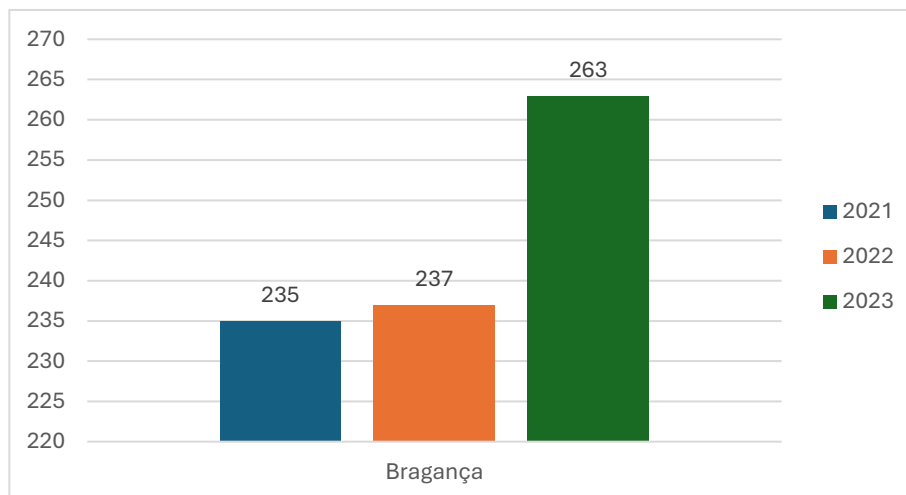
No que respeita aos dados estatísticos infra, analisa-se a proximidade quantitativa de atendimentos, sendo que no ano de 2023 ocorreram 1357, enquanto no período de janeiro a junho de 2024, já foram realizados 1131. Desta forma, é possível constatar que, no presente ano, no prazo de 6 meses, foram já atingidos cerca de 83,3% da totalidade dos atendimentos realizados durante o ano anterior. Estes dados permitem-nos salientar a pertinência de um acompanhamento regular dos/as vítimas, quer em contexto presencial, como não-presencial. A esse respeito, é também possível estimar um aumento do número de atendimentos realizados em ambos os contextos, ao contrastar os valores recolhidos em 2023, com os valores semestrais de 2024.

18. Forças de Segurança – Caracterização do número de processos-crime

Guarda Nacional Republicana, Comando Territorial de Bragança (GNR)

As Forças de Segurança desempenham um papel crucial na garantia da ordem pública, na prevenção e repressão da criminalidade, e na proteção das populações. Estas forças, incluindo a Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Polícia de Segurança Pública (PSP), asseguram a tranquilidade e segurança dos cidadãos, de forma preventiva e interventiva, desempenhando funções que vão desde o patrulhamento das zonas urbanas e rurais, até ao apoio em emergências e catástrofes naturais. A presença constante e vigilante destas forças é essencial para a manutenção da paz e para a promoção de um ambiente seguro e estável na região, com base numa intervenção iminentemente comunitária e de proximidade.

No que reporta à análise estatística, fornecida pela GNR – Comando Territorial de Bragança, referente ao intervalo de tempo entre 2021 e 2023, podemos constatar um aumento de NUIPC (Número Único de Identificação do Processo Crime), particularmente de forma exponencial durante o ano de 2023 (ver Fig. 16). Num total, podemos considerar que foram identificados 735 NUIPC, ao longo dos últimos anos.



Fonte: Guarda Nacional Republicana (GNR) – Comando Territorial de Bragança (2024)

Figura 21 Registo de número de processos-crime, identificados pela GNR, durante os anos 2021, 2022 e 2023.

Também segundo os dados fornecidos por estas Forças de Segurança, consideramos que as principais formas de criminalidade, identificadas ao longo dos último três anos, foram pautadas a situações de “Incêndio/fogo posto em floresta, mata, arvoredo ou seara” (total de 73 NUIPC); “Ofensa à integridade física voluntária simples” (total de 66 NUIPC); “Ameaça e coação” (total de 50 NUIPC); “Violência doméstica contra cônjuge ou análogos” (total de 39 NUIPC) e “Furto de produtos agrícolas” (total de 38 NUIPC). Também se encontram caracterizados como “Outro dano”, um total de 105 NUIPC. Considerando a totalidade de tipologias de NUIPC.

Tipologia de NUIPC	Ano de referência			
	2021	2022	2023	Total
Incêndio/fogo posto em floresta, mata, arvoredo ou seara	29	31	13	73
Ofensa à integridade física voluntária simples	23	22	21	66
Ameaça e coação	15	15	20	50
Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	7	11	21	39
Furto de produtos agrícolas	13	8	17	38
Outro dano	37	32	36	105

Fonte: Guarda Nacional Republicana (GNR) – Comando Territorial de Bragança (2024)

Tabela 50 Principais tipologias de NUIPC identificados pela GNR, Comando Territorial de Bragança.

Relativamente às freguesias onde houve uma maior incidência de NUIPC, ao longo dos três anos de referência, destacam-se a União das freguesias de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova (total de 48 NUIPC); União das freguesias de São Julião de Palácios e Deilão (total de 42 NUIPC); União das freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo (total de 37 NUIPC); Rebordãos (total de 36 NUIPC) e Parâmio (total de 34 NUIPC). Como se torna evidente, constata-se que o maior número de NUIPC se encontra centrado nas Uniões de Freguesia, por abranger um maior conjunto de localidades.

Tipologia de NUIPC	Ano de referência			
	2021	2022	2023	Total
União das freguesias de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	14	13	21	48
União das freguesias de São Julião de Palácios e Deilão	18	14	10	42
União das freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo	8	9	20	37
Rebordãos	7	17	12	36
Parâmio	15	7	12	34

Fonte: Guarda Nacional Republicana (GNR) – Comando Territorial de Bragança (2024)
Tabela 51 Principais tipologias de NUIPC identificados pela GNR, Comando Territorial de Bragança.

Por fim, baseada na análise dos dados fornecidos, torna-se também pertinente fazer uma breve caracterização das vítimas associadas às formas de crime evidenciadas neste último triénio. Assim, do total de 556 lesados/vítimas singulares, a maioria são do sexo masculino (334 pessoas). Mais se pode concluir que 513 sujeitos são de idade superior a 25 anos, sendo residual o número de indivíduos, que praticaram algum tipo de crime sinalizado, com menos de 16 anos (27 sujeitos) e entre os 16 e 25 anos (16 sujeitos). Em termos de pessoas coletivas lesadas, perante situações de crime apontadas pela GNR, foram contabilizadas um total de 58, ao longo do período de 3 anos.

Total de Vítimas/Lesados, por sexo								
Vítimas/Lesados	Masculino				Feminino			
	2021	2022	2023	Total	2021	2022	2023	Total
Pessoa singular	102	108	124	334	51	79	92	222

Fonte: Guarda Nacional Republicana (GNR) – Comando Territorial de Bragança (2024)
Tabela 46 Total de Vítimas/Lesados, por sexo.

Total de Vítimas/Lesados, por faixa etária				
Vítimas/Lesados	2021	2022	2023	Total
Menos de 16 anos	9	14	4	27
16 aos 24 anos	3	10	3	16
25 ou mais anos	141	163	209	513

Fonte: Guarda Nacional Republicana (GNR) – Comando Territorial de Bragança (2024)

Tabela 52 Total de Vítimas/Lesados, por faixa etária. Fonte: Dados disponibilizados pela GNR, Comando Territorial de Bragança

19. Forças de Segurança – Censos Sénior

O índice de envelhecimento do concelho de Bragança em 2001 era de 140,2, para em 2022 assumir já o expressivo valor de 261,1. Estes dados significam que o peso da população idosa é crescente e assume-se claramente como um grupo de risco de óbvia priorização em diferentes tipos de resposta sociais destinadas a melhorar a qualidade de vida deste grupo etário.

Segundo o programa Censos Sénior da GNR (2017), existiam no distrito de Bragança 3232 pessoas em situação de isolamento e/ou sozinhos (sendo que 2.584 vivem sozinhos (80%), 30 idosos vivem em locais fisicamente isolados (1%), 26 idosos vivem sozinhos e isolados (1%) e 592 (18%) idosos noutras situações de vulnerabilidade.

O CLAS Bragança considera que o isolamento físico e social da população idosa representa um problema grave que se constata no terreno, quer através de situações caracterizadas por um contacto mínimo com outras pessoas (interação social mínima), quer através dos fracos níveis de participação na sociedade e/ou na comunidade local.

Acresce que esta franja da população revela, na sua maioria, défices de bem-estar material (alguns revelam graves sintomas de privação material severa), na sua generalidade devido aos baixos valores das suas pensões, que podem implicar duas situações muito distintas: viverem sozinhos e/ou revelarem sintomas de solidão.

O isolamento não se assume como uma matéria de fácil intervenção, mas requer a promoção de contactos com uma rede social mais alargada, bem como a promoção da sua participação e acompanhamento na comunidade onde residem, ambos podem contribuir para atenuar os fenómenos de isolamento e de solidão. A perda de referências no mundo atual, aliada aos fracos níveis escolares (infoexclusão), bem como a falta ou fracos níveis da qualidade das relações que mantém com as outras pessoas constituem graves problemas que devem ser combatidos em várias frentes.

Freguesia	Número de idosos	Freguesia	Número de idosos
Alfaião	2	Quintela de Lampaças	11
Babe	11	Rabal	4
Baçal	3	Rebordãos	9
Carragosa	8	Salsas	10
Castro de Avelãs	7	Santa Comba de Rossas	4
Coelhoso	8	S. Pedro	1
Donai	9	Sendas	10
Espinhosela	5	Serapicos	13
França	6	Sortes	11
Gimonde	2	União de Freguesias Aveleda, Rio de Onor	16
Gondesende	6	União de Freguesias Castrelos e Carrazedo	15
Gostei	6	União de Freguesias Izeda, Calvelhe e Paradinha	17
Grijó de Parada	13	União de Freguesias Parada e Faílde	22
Macedo do Mato	13	União de Freguesias Rebordainhos e Pombares	4
Mós	5	União de Freguesias Rio Frio e Milhão	5
Nogueira	5	União de Freguesias São Julião e Deilão	19
Parâmio	9	União de Freguesias Sé, Santa Maria e Meixedo	2
Pinela	6	Zoio	7
Quintanilha	13	Total	317

Fonte: Guarda Nacional Republicana (GNR) – Comando Territorial de Bragança (2023)
Tabela 53 Dados estatísticos - Censos Sénior (2023)

20. Cruz Vermelha Portuguesa, Delegação de Bragança: Nº de idosos acompanhados por freguesias (atividade e enfermagem)

No que diz respeito à realização de atividades socioculturais e atendimentos/acompanhamentos ao nível de enfermagem, é de salientar o papel de excelência da Cruz Vermelha, particularmente junto da população mais envelhecida. Través da análise da Tabela X, constata-se que esta entidade abrange um número bastante representativo de idosos/as, dispersos por várias localidades do concelho.

Esta abordagem descentralizada torna-se essencial para abranger este público-alvo, geralmente mais fragilizado devido a várias formas de comorbilidades, e pautado pela dificuldade de acesso a bens e serviços de saúde, por se encontrarem localizados no perímetro urbano. De referir, também, que o papel da delegação bragançana da Cruz Vermelha torna-se um complemento

crucial para a intervenção das unidades locais de saúde, permitindo assim abranger um maior número de idosos/as ao nível dos cuidados de saúde *in loco*.

Para além das abordagens na saúde, o papel da Cruz Vermelha, Delegação de Bragança, torna-se preponderante ao nível social. A realização de atividades permite não só combater algumas situações de isolamento de idosos, mas permite também colmatar outras formas de vulnerabilidade derivadas de situações socioeconomicamente precárias. No fundo, esta ambivalência interventiva torna-se essencial na promoção da coesão social territorial, do concelho de Bragança.

É possível salientar, entre as 25 localidades indicadas por aquela entidade, que existe uma maior incidência de idosos acompanhados em Pinela; Milhão; Rio de Onor e Salsas.

LOCALIDADES	Nº DE IDOSOS	LOCALIDADES	Nº DE IDOSOS
Alimonde	5	Outeiro	10
Aveleda	10	Paçó	15
Carrazedo	5	Paradinha de Outeiro	10
Castrelos	10	Pinela	35
Conlelas	10	Portela	7
Freixeda	10	Quintas	10
Gondesende	3	Rio de Onor	20
Guadramil	10	Rio Frio	10
Meixedo	15	Salsas	20
Milhão	25	Vale Nogueira	10
Moredo	3	Valverde	10
Oleirinhos	10	Varge	10
Oleiros	10		

Fonte: Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Bragança, 2024.

Tabela 54 Nº de idosos, acompanhados por freguesias, ao nível de atividades e enfermagem, por parte da Cruz Vermelha – Delegação de Bragança.

21. Comunidade cigana

Os ciganos do concelho de Bragança autodenominam-se de Ciganos apresentando claras diferenciações relativamente a outro grupo que habita a região e a outros ciganos do país e de Espanha, que identificam como Gitanos ou Quitanos.

No que diz respeito aos Gitanos/Quitianos não são originários do concelho, mas deslocaram-se para a cidade de Bragança na década de 90 do século passado, onde atualmente reside uma família. Dedicam-se à venda ambulante, não apresentam dificuldades económicas, mas não

estão integrados, pois fecham-se na sua comunidade e não se relacionam com sociedade maioritária.

Quanto aos autodenominados Ciganos, de uma forma geral, os que habitam no meio rural e no meio urbano, a residir em barracas e casas degradadas, caracterizam-se por elementos identificativos comuns, pois entre eles existe determinado grau de parentesco e um passado com vivências idênticas.

No concelho, na maioria das localidades rurais, fixaram-se há cerca de trinta ou quarenta anos, mas podemos encontrar aldeias, onde o seu período de fixação é anterior ou posterior a estes anos.

Tradicionalmente, os Ciganos associavam-se ao negócio de animais, asininos e muares mas, com a mecanização da agricultura, deixaram de exercer essa atividade. Muitos dedicavam-se também ao fabrico artesanal de albardas e cestas e as mulheres e crianças à mendicância, que um passado nómada lhes impunha.

A substituição do trabalho do animal pelos tratores e restante maquinaria agrícola, o uso mais vulgarizado do automóvel, assim como a entrada de utensílios de plástico no mercado, deixaram os ciganos sem qualquer tipo de atividade para a qual estivessem minimamente vocacionados e habilitados.

Com o passar dos tempos, este grupo étnico teve necessidade de se adaptar à realidade começando a explorar outras formas de sobrevivência e a exercer outro tipo de atividades.

Além da emigração, iniciada na década de 60 do século anterior, ocorreu a sedentarização de famílias nómadas e a deslocação de algumas para o meio urbano.

Atualmente, no que diz respeito ao meio rural, podemos encontrar famílias sedentarizadas que desempenham um papel importante no desenvolvimento das atividades agrícolas das aldeias onde residem e até em localidades vizinhas.

Estes são considerados mão-de-obra indispensável, uma vez que a população não cigana está cada vez mais envelhecida e perde, gradualmente, a capacidade de produzir.

Quanto aos que se deslocaram para o meio urbano (referimo-nos aos que habitam nas barracas e casas degradadas) tinham como objetivo a procura de melhores condições de vida.

Na cidade, as oportunidades de emprego são escassas, uma vez que estamos perante indivíduos sem qualificação profissional e com baixa ou nula escolarização, acrescido do fator rejeição, por parte da sociedade maioritária. Assim, o desemprego é uma constante, prolongando-se ao longo dos anos. Por vezes dedicam-se à recolha de ferro velho, construção civil e trabalhos agrícolas sazonais, em Espanha e na região, como as vindimas, apanha de lúpulo, da batata, castanha, azeitona ou outros produtos.

Um recurso económico importante para as famílias do meio rural ou urbano que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza é o Rendimento Social de Inserção (RSI).

Pelo facto de possuírem mais que uma ocupação, depreende-se que nenhuma delas é por si só suficientemente rentável para cobrir as suas necessidades básicas.

As famílias sedentárias formam um número elevado, no entanto, deve-se tomar em consideração a percentagem dos que pratica o semisedentarismo. Estes são os que se deslocam, de forma regular, temporariamente, para Espanha ou outras regiões do nosso país, onde realizam trabalhos agrícolas. Encontramos ainda alguns, sobretudo jovens, que se deslocam num vaivém constante entre Portugal e Espanha ou entre várias localidades do nosso país onde residem familiares seus.

Em relação à sua inserção, no meio local, podemos encontrar as seguintes situações no meio rural: (i) aldeias onde estão integrados; (ii) aldeias onde algumas famílias estão integradas; (iii) aldeias onde não estão integrados.

As famílias integradas estão sedentarizadas e não se deslocam da sua localidade, uma vez que aí exercem a sua atividade laboral. Atualmente, há agricultores que lhes cedem terrenos para eles cultivarem, ou os próprios adquiriram pequenas parcelas. Nalgumas aldeias há famílias hostilizadas pela população local, vivendo marginalizadas, contrariando os mais elementares direitos humanos e sociais.

A relação que têm com o meio local repercute-se no seu modo de vida pois, as famílias que não estão integradas são as que praticam a itinerância, na procura de meios de sobrevivência.

No que diz respeito à sua situação económica e habitacional encontramos casos que consideramos graves e mesmo muito graves, tanto no meio rural como urbano. Embora alguns possuam habitação, muitas das casas não têm as condições mínimas de habitabilidade, por vezes sem água, luz ou saneamento.

As aldeias onde a comunidade cigana é em número mais elevado são Rebordãos, Sortes, Rossas, Zoio, Carragosa e Izeda, sendo que em muitas outras localidades do concelho também encontramos famílias ciganas.

22. Parcerias institucionais

Projeto “Saúde + Próxima de Si”

Este projeto, apresentado em reunião, na Comunidade Intermunicipal das Terras, de Trás-os-Montes (CIM-TTM), no dia 11 de outubro de 2023, é dinamizado pela Unidade Local de Saúde do Nordeste (ULSNE), com o apoio da Direção-Geral da Saúde (DGS), tem como objetivo aumentar os conhecimentos da população do distrito de Bragança ao nível da utilização dos Serviços de Saúde, designadamente, o importante impacto em termos da literacia em saúde da população.

Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)

O Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, funciona na Fundação Casa de Trabalho, desde 2018, é um serviço de apoio especializado às famílias com crianças e jovens, vocacionado para a prevenção e reparação de situações de risco psicossocial mediante o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais das famílias. Tem como principais objetivos:

- Prevenir situações de risco e de perigo através da promoção do exercício de uma parentalidade positiva;
- Avaliar as dinâmicas de risco e proteção das famílias e as possibilidades de mudança;
- Desenvolver competências parentais, pessoais e sociais que permitam a melhoria do desempenho da função parental;
- Capacitar as famílias promovendo e reforçando dinâmicas relacionais de qualidade e rotinas quotidianas;
- Potenciar a melhoria das interações familiares;
- Atenuar a influência de fatores de risco nas famílias, prevenindo situações de separação das crianças e jovens do seu meio natural de vida;

- Aumentar a capacidade de resiliência familiar e individual;
- Favorecer a reintegração da criança ou do jovem em meio familiar;
- Reforçar a qualidade das relações da família com a comunidade, bem como identificar recursos e respetivas formas de acesso.

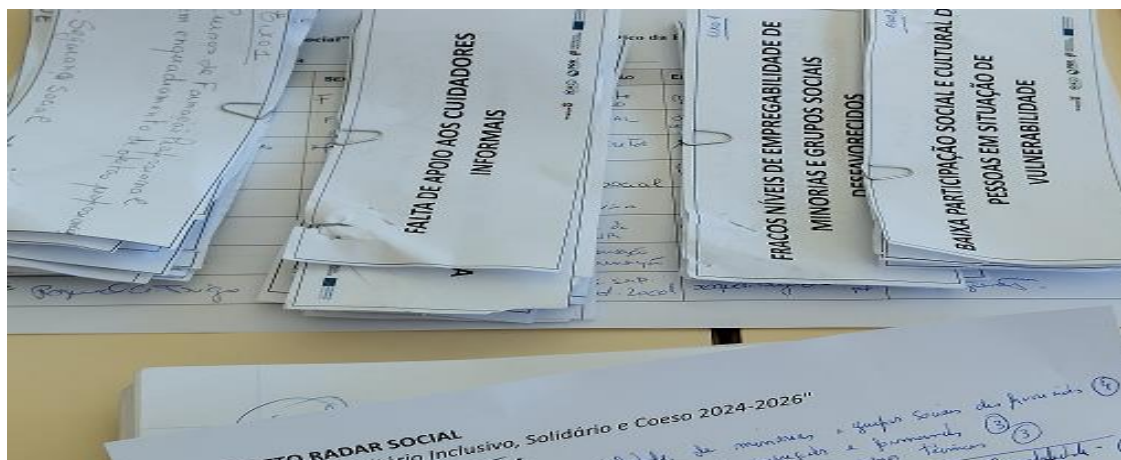
Conclusões

Em jeito de conclusão do diagnóstico social, poder-se-á dizer que é evidente que o concelho de Bragança enfrenta desafios significativos em diversas áreas, incluindo a inclusão social, o envelhecimento populacional, a empregabilidade e a proteção de grupos vulneráveis. A análise detalhada das problemáticas e das dinâmicas sociais permitiu identificar prioridades que exigem intervenção mais incisiva e coordenada. É essencial que as estratégias delineadas no Plano de Desenvolvimento Social e, por sua vez, no Plano de Ação, sejam implementadas de forma eficaz, promovendo a coesão social e a qualidade de vida no território. A participação ativa da comunidade e das instituições será fundamental para alcançar um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Gostaríamos de expressar o nosso sincero agradecimento a todas as pessoas, entidades e instituições que contribuíram para a elaboração deste Diagnóstico Social, partilhando o seu tempo, conhecimentos e experiências.

ANEXO – Registo fotográfico das ações de recolha de dados realizada

Galeria 1



Galeria 1: “Priorização das Problemáticas por Eixos_Sessão Temática CLAS_ Diagnóstico social da Rede Social de Bragança” – Painel 1

Galeria 2



Galeria 2: “Priorização das Problemáticas por Eixos_Sessão Temática CLAS_ Diagnóstico social da Rede Social de Bragança” – Paineis 2

Galeria 3



Galeria 3: Sessões de análise SWOT, Painei 1

Galeria 4



Galeria 4: Sessões de análise SWOT, Painei 2

Galeria 5



Galeria 5: Sessões Temáticas: Focus Group – Painel 1

Galeria 6



Galeria 6: Sessões Temáticas: Focus Group – Painel 2

INFÂNCIA E JUVENTUDE							
Respostas Sociais	Capacidade Total	Com Acordo	Sem Acordo	N.º Atuais Utentes	Com Acordo	Sem Acordo	N.º de utentes em lista de espera
Ama							
Acolhimento Familiar para Crianças e Jovens							
Ama Círculo Familiar							
Apartamentos de Apoio ao Trabalho							
Atividades Socioeducativas							
Casa de Acolhimento							
Casa de Acolhimento com Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens							
Casa de Acolhimento para Resposta a Situações de Emergência							
Centro de Apoio Familiar e Acolhimento Parental							
Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL)							
Círculo							
Equipa de Apoio a Crianças e Jovens							
Intervenção Precoce na Infância							
Lar de Infância e Juventude (LIJ)							
Pl. Escolar (Jardim de Infância)							
Sala de Estudo							
Transporte de Pessoas com Deficiência (Crianças e Jovens)							
Unidade de cuidados integrados pediátricos							
Outra resposta QIAP							
POPULAÇÃO ADULTA							
Respostas Sociais	Capacidade	Com Acordo	Sem Acordo	N.º Atuais	Com Acordo	Sem Acordo	N.º de utentes em
Serviço de Apoio Doméstico							
Acolhimento Familiar para Pessoas Adultas com Deficiência							
Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas							
Apoio Doméstico Integrado - ADI							
At. (Comercial)							
Centro de Atendimento, Acompanhamento e Redirecionamento							
Centro de Atividade Comunitária - CAO							
Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)							
Centro de Convívio							
Centro de Dia							
Centro de Noite							
Centro de Reabilitação Profissional - CRP							
Equipa de apoio domiciliário de CCI em saúde mental							
Equipa de apoio domiciliário de CCI em saúde mental							
Equipa de cuidados continuados integrados							
Equipa de Resposta para Pessoas Sem Abrigo							
Estrutura Residencial para Idosos							
Lar Residencial de Infância - LRI							
Residência de Apoio ao Trabalho e Inclusão (RAI)							
Serviço de Apoio Doméstico							
Serviço de intervenção para apoio a pessoas com							
Transporte de Pessoas com Deficiência							
Unidade ambulatorial pediátrica							
Unidade de Apoio Integrado - UAI							
Unidade de convalescença							
Unidade de longa duração e manutenção							
Unidade de média duração e reabilitação							
Unidades de cuidados paliativos							
Outra resposta QIAP							
FAMÍLIA E COMUNIDADE EM GERAL							
Respostas Sociais	Capacidade	Com Acordo	Sem Acordo	N.º Atuais	Com Acordo	Sem Acordo	N.º de utentes em
Ajudas Alimentares carenciadas							
Associação Alunos							
Apartamento de Referência Social							
Apoio Jurídico							
At. (Sala de Estudo)							
Atendimento/Acompanhamento Social							
Balcões Públicos							
Casa de Apoio							
Centro Comunitário							
Centro de Acolhimento e Orientação (Proteção Infância)							
Centro de Apoio à Vida							
Centro de Apoio e Acompanhamento Parental (CAAP)							
Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial							
Centro Local de Apoio à Intervenção Multissetorial (CLAIM)							
Comunidade de Intervenção							
Departamento de Formação							
Equipa de Intervenção Direta (EID)							
Estrutura de Atendimento a pessoas vítimas de violência							
Famílias Alvo							
Gabinete de Intervenção Profissional (GIP)							
Rede de Apoio Social							
Reintegração Social de Intervenção							
Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)							
Outra resposta QIAP							
RECURSOS HUMANOS							
	Género			Número			
	Masculino	Feminino	Outro	Fixos	Temporários		
Director de Serviços Gerais							
Director Técnico							
Assistente Social							
Psicólogo							
Educador Social							
Sociólogo							
Geógrafo							
Jurista							
Professor/Educador de Infância							
Administrativo							
Técnico de Apoio Social (TAS)							
Farmacêutico							
Enfermeiro							
Médico							
Auxiliares de serviços gerais (cozinha, limpeza)							
Auxiliares de ação direta							
Estadísticos							
Voluntários							
Equipa de Segurança							
Outro QIAP							
RECURSOS MATERIAIS							
	Número						
Veículos							
Edifício							
Outro (QIAP/Qualquer)							
Observações							

ANEXO – Atualização da Carta Social Municipal de Bragança

Atualização da Carta Social Municipal de Bragança

Conforme abordado na 46ª Sessão Plenária do CLAS, enviamos o questionário com o objetivo de proceder à recolha de informação para atualização no âmbito da Carta Social para o período de 2024-2026. Solicitamos a vossa colaboração e preenchimento cuja data limite é até **03/06/2024**, para cumprimento do prazo definido na 1ª Fase de implementação do **Projeto Radar Social**.

Parte 1 - Caracterização da Instituição

Identificação da Instituição

1. Denominação da Instituição

2. Direção da Instituição

(Presidente, Secretário/a, Tesoureiro/a)

3. Morada de Instituição

4. Coordenadas de Localização GPS

5. Contactos Telefónicos

(Fixo / Móvel)

6. Email Institucional

7. Site Institucional

8. Outras Redes Sociais

9. Natureza Jurídica

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Irmandade da Misericórdia / SCM
- ☐ Associação de Solidariedade Social
- ☐ Cooperativa de Solidariedade Social
- ☐ Fundação de Solidariedade Social
- ☐ Instituição dependente de outro Ministério
- ☐ Entidade Privada Lucrativa
- ☐ Outra: _____

10. Data da Fundação

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

11. Missão

12. Valores

13. Objetivos da Instituição

Respostas Sociais - INFÂNCIA E JUVENTUDE

Selecione as áreas de intervenção desenvolvidas pela sua instituição

14. Crianças e Jovens

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Ama
- ☐ Ama (Creche Familiar)
- ☐ Creche
- ☐ Creche Estabelecimento de Educação Pré-escolar
- ☐ Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL)
- ☐ Sala de Estudo
- ☐ Unidade de Cuidados Integrados Pediátricos
- ☐ Equipa de Apoio Domiciliário de CCI em saúde mental / Infância e Juventude
- ☐ Unidade Ambulatória Pediátrica
- ☐ Outra: _____

15. Crianças e Jovens Portadoras de Deficiência

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Intervenção Precoce
- ☐ Lar de Apoio
- ☐ Transporte de Pessoas com Deficiência (Crianças e jovens)
- ☐ Outra: _____

16. Crianças e Jovens em Situação de Perigo

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
- ☐ Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens
- ☐ Acolhimento Familiar para Crianças e Jovens
- ☐ Casa de Acolhimento para Resposta a Situações de Emergência
- ☐ Casa de Acolhimento
- ☐ Casa de Acolhimento com Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens
- ☐ Atividades Socioeducativas
- ☐ Apartamento de Autonomização
- ☐ Lar de Infância e Juventude (LIJ)
- ☐ Outra: _____

Respostas Sociais - POPULAÇÃO ADULTA

Selecione as áreas de intervenção desenvolvidas pela sua instituição

17. Pessoas Idosas

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Serviço de Apoio Domiciliário
- ☐ Centro de Convívio
- ☐ Centro de Dia
- ☐ Centro de Noite
- ☐ Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas
- ☐ Estrutura Residencial para Idosos
- ☐ Outra: _____

18. Pessoas Portadoras de Deficiência

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social (CAARPD)
- ☐ Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)
- ☐ Centro de Atividades Ocupacionais (CAO)
- ☐ Centro de Reabilitação Profissional (CRP)
- ☐ Acolhimento Familiar para Pessoas Adultas com Deficiência
- ☐ Lar Residencial de Deficiência
- ☐ Residência de Autonomização e Inclusão (RAI)
- ☐ Serviço de Apoio Domiciliário
- ☐ Serviço de Assistência Pessoal de Apoio à Pessoa com Deficiência ou Incapacidade
- ☐ Transporte de Pessoas com Deficiência
- ☐ Outra: _____

19. Pessoas em Situação de Dependência

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Apoio Domiciliário Integrado – ADI
- ☐ Unidade de Apoio Integrado – UAI
- ☐ Equipa de Cuidados Continuados Integrados
- ☐ Serviço de Apoio Domiciliário
- ☐ Unidade de Convalescença
- ☐ Unidades de Cuidados Paliativos
- ☐ Unidade de Longa Duração e Manutenção
- ☐ Unidade de Média Duração e Reabilitação
- ☐ Outra: _____

20. Pessoas com Doença do Foro Mental / Psiquiátrico

Marcar tudo o que for aplicável.

☐ Equipa de Apoio Domiciliário de CCI em Saúde Mental

☐ Outra: _____

21. Pessoas em Condição Sem Abrigo

Marcar tudo o que for aplicável.

☐ Equipa de Rua para Pessoas Sem Abrigo

☐ Atelier Ocupacional

☐ Outra: _____

Respostas Sociais - FAMÍLIA E COMUNIDADE EM GERAL

Selecione as áreas de intervenção desenvolvidas pela sua instituição

22. Família e Comunidade

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)
- ☐ Atendimento / Acompanhamento Social
- ☐ Apartamento de Reinserção Social
- ☐ Rendimento Social de Inserção
- ☐ Centro Comunitário
- ☐ Refeitório/Cantina Social
- ☐ Ajuda Alimentar a carenciados
- ☐ Centro de Apoio à Vida
- ☐ Comunidade de Inserção
- ☐ Centro de Alojamento Temporário (CAT)
- ☐ Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial
- ☐ Centro de Apoio e Acompanhamento Parental (CAFAP)
- ☐ Equipa de Intervenção Directa (EID)
- ☐ Estrutura de Atendimento (pessoas vítimas de violência doméstica)
- ☐ Casa de Abrigo
- ☐ Apoio Jurídico
- ☐ Atelier/Sala de Estudo
- ☐ Centro de Acolhimento e Orientação (População imigrante)
- ☐ Centro Local de Apoio à Integração Migrantes (CLAIM)
- ☐ Alcoólicos Anónimos
- ☐ Famílias Anónimas
- ☐ Balneário Públicos
- ☐ Cabeleireiro/a
- ☐ Gabinete de Inserção Profissional (GIP)
- ☐ Departamento de Formação
- ☐ Outra: _____

Necessidades da Instituição

23. Indique, numa escala de 1 a 4 (1- Sem nenhuma importância e 4- Extremamente importante) o nível de necessidade relativamente aos seguintes aspetos:

Marcar tudo o que for aplicável.

	1 - Sem nenhuma importância	2 - Mínima importância	3 - Importante	4 - Extremamente importante
Apoio Financeiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Recursos Humanos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Equipamentos (Viaturas; Mobiliário diverso; Informático; Material de: saúde, manutenção...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Instalações (Edifícios; Armazéns, ...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

24. Identifique outros aspetos que considere prioritários investir a curto prazo (por exemplo, ao nível de recursos humanos).

25. Desde 2023 até à data atual verifica-se a existência de alguma destas situações, seleccione qual(ais) se aplicam:

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Construção de um Novo Equipamento Social
- ☐ Ampliação de Equipamento Social
- ☐ Remodelação de Equipamento Social
- ☐ Financiamento Aprovado
- ☐ Projeto com Candidatura em curso
- ☐ Não Aplicável
- ☐ Outra: _____

26. Se selecionou alguma das opções anteriores, identifique tipo de resposta social , bem como o número de vagas acrescentadas ou a acrescentar

OBRIGADO!

Agradecemos, desde já, a vossa colaboração.

Relembramos a necessidade de preenchimento do documento Excel em anexo no email, bem como o prazo limite de entrega até 03/06/2024 de ambos os documentos.

Equipa Radar Social

ANEXO – Atualização da Carta Social Municipal de Bragança 2

Atualização da Carta Social Municipal de Bragança

No âmbito da atualização da Carta Social, para o período de 2024-2026, solicita-se o preenchimento do questionário sobre a caracterização global da realidade social da freguesia à qual preside. Este inquérito deve ser enviado até ao dia 8/07/2024, no sentido de assegurar o cumprimento dos prazos calendarizados para a 1ª Fase de implementação do Projeto Radar Social.

A Carta Social tem como objetivo a identificação e caracterização sistematizada dos equipamentos sociais da rede solidária e lucrativa, divulgação e consulta pública das respostas sociais asseguradas à comunidade pelo conjunto das entidades pertencentes à Rede Social.

1. Email *

2. Identificação do/a Presidente de Junta de Freguesia

3. Contacto telefónico

(Fixo e/ou Móvel - caso se aplique)

4. E-mail Institucional

5 Indique os dias e o horário de funcionamento da Junta de Freguesia.

6. Quais os recursos locais que existem na freguesia?

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Associação Cultural/Recreativa/Desportiva/Ambiental
- ☐ Biblioteca/Ludoteca
- ☐ Cabeleireira/Barbeiro
- ☐ Café
- ☐ Caixa Multibanco
- ☐ Centro de Convívio/Dia
- ☐ Centro de Saúde
- ☐ Complexo Desportivo (ar livre)
- ☐ Escola Primária/Jardim de Infância
- ☐ Farmácia
- ☐ Instituição Bancária
- ☐ Lar de Idosos
- ☐ Mercearia
- ☐ Museu
- ☐ Parque Infantil
- ☐ Pavilhão Multiusos
- ☐ Posto de Correios
- ☐ Posto de Combustível
- ☐ Restaurante
- ☐ Outra: _____

Eixo 1 - Mercado de Trabalho, Formação e Qualificação

7. Na sua opinião, qual o nível de escolaridade mais presente da população na sua freguesia?

Indique a resposta mais adequada

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sem escolaridade
- ☐ 1.º ano ao 4.º ano (primária)
- ☐ 5.º ano ao 6.º ano (2.º ciclo)
- ☐ 7.º ano ao 9.º ano (3.º ciclo)
- ☐ 10.º ano ao 12.º ano (secundário)
- ☐ Ensino Superior
- ☐ Não sabe

8. Na sua opinião, quais as 3 principais fontes de rendimento da população na freguesia?

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Trabalho por conta de outrem
- ☐ Subsídio de desemprego
- ☐ Pensão de velhice (reforma)
- ☐ Pensão de invalidez
- ☐ Jeira (trabalhos pontuais)
- ☐ Cuidador/a de Outros
- ☐ Agricultura para Consumo Próprio
- ☐ Trabalhador Coletado
- ☐ Subsídios Agrícolas
- ☐ Pequenos negócios (café, mercearias, talho, cabeleireira, entre outros)
- ☐ Outra: _____

9. Na sua freguesia a oferta formativa está de acordo com as necessidades das empresas/pessoas?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não existe oferta formativa
- ☐ Pouca oferta formativa
- ☐ Alguma oferta formativa
- ☐ Muita oferta formativa

10. Na sua opinião, quais as áreas de formação mais importantes para a sua freguesia?

11. Na sua opinião, acha que a falta de empreendedorismo é um problema na sua freguesia?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

12. Se respondeu sim, à questão anterior, o que poderá ser feito para melhorar ou incentivar o empreendedorismo local?

13. Qual a importância de melhorar a informação para os pais e jovens sobre áreas de formação com forte empregabilidade?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nada importante
- ☐ Pouco importante
- ☐ Alguma importância
- ☐ Muito importante

14. A rede de transportes na sua freguesia é adequada às necessidades da população?

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Não existe
- ☐ Existe em dias específicos da semana
- ☐ Apenas transporte escolar
- ☐ Táxi e STUB
- ☐ Adequada rede de transportes
- ☐ Outra: _____

15. Na sua opinião, a rede de transportes afeta os trabalhadores que se deslocam para a cidade?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Outra: _____

16. Na sua opinião, como resolveria os problemas relacionados com a falta de transporte para fora da freguesia?

17. Na sua freguesia existem moradores que se deslocam diariamente para exercer atividade profissional no centro urbano?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não se aplica
- ☐ Apenas uma minoria
- ☐ Maioria dos moradores
- ☐ Outra: _____

Eixo 2 - Cidadania e Envelhecimento

18. Há acesso à informação na sua freguesia que permita à população conhecer os apoios sociais existentes?

(Ex: Complemento Solidário aos Idosos; Rendimento Social de Inserção; Programa Alimentar de Apoio a Pessoas Carenciadas, Tarifa Social, Apoio ao Arrendamento, entre outros)

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Outra: _____

19. **Caso tenha respondido afirmativamente à questão anterior, esta informação sobre os apoios sociais, é adequada à população residente?**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Outra: _____

20. **Se respondeu não à questão anterior, refira porquê?**

21. **Qual a necessidade de divulgar a informação sobre o apoio aos cuidadores informais na sua freguesia?**

(entende-se como "cuidador informal" o cuidar do "outro", dentro da família ou não)

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nenhuma necessidade
- ☐ Pouca necessidade
- ☐ Alguma necessidade
- ☐ Muita necessidade

22. **Considera que na sua freguesia os cuidadores informais prestam cuidados de forma temporária ou permanente?**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Na sua maioria são temporários
- ☐ Na sua maioria são permanentes
- ☐ Outra: _____

23. Considera importante a existência de "Voluntariado Móvel nas aldeias de Trás-os-Montes"?

(Voluntários para assistir cuidadores informais quando estes necessitem de se deslocar a consultas, serviços, comércio e outras atividades)

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, é importante
- ☐ Não é importante
- ☐ Outra: _____

24. A população na sua freguesia tem acesso aos cuidados médicos ou é obrigada a deslocar-se ao centro urbano?

(Ex: enfermagem, medicação, unidade móvel de saúde)

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim tem acesso
- ☐ Não tem acesso
- ☐ Tem necessidade de se deslocar

25. Se respondeu "Sim tem acesso", qual?

26. Se respondeu "Tem necessidade de se deslocar", para onde?

27. Se respondeu afirmativamente à questão anterior, qual o serviço?

28. Quais são os 3 maiores desafios enfrentados pelos idosos na sua freguesia?

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Solidão
- ☐ Insuficiência de rendimentos
- ☐ Sem qualquer recursos financeiros
- ☐ Problemas de saúde
- ☐ Desconhecimento dos serviços disponíveis
- ☐ Outra: _____

29. Na sua opinião, considera importante a criação de equipas multidisciplinares de apoio à pessoa idosa?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não é importante
- ☐ Importante
- ☐ Muito importante
- ☐ Outra: _____

30. Considera importante, na sua freguesia, a existência do serviço de telealarme e teleassistência?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, é importante
- ☐ Não é importante
- ☐ Desconhecimento dos serviços
- ☐ Outra: _____

31. Como poderia ser melhorada a participação social, cultural, recreativa e desportiva dos idosos na sua freguesia?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Atividades Culturais (Ex: teatro, biblioteca móvel, visitas a monumentos)
- ☐ Atividades Recreativas (Ex: encontro de gerações, convívios, jogos tradicionais)
- ☐ Atividades Desportivas (Ex: caminhadas, torneios, ginástica acompanhada, dança)
- ☐ Outra: _____

32. A população residente tem acesso a equipamentos informáticos e rede móvel e fixa?

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Equipamentos Informáticos
- ☐ Rede móvel
- ☐ Sem acesso
- ☐ Rede fixa (telefone)
- ☐ Outra: _____

33. Se respondeu que existe acesso ou rede móvel/fixa, onde podem aceder?

(Na Junta de Freguesia, no café da aldeia, ou habitação própria, ou outra)

Eixo 3 - Infância e Juventude

34. Existem casos de abandono/insucesso escolar entre os jovens na sua freguesia?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nunca
- ☐ Raramente
- ☐ Pontualmente
- ☐ Frequentemente
- ☐ Muito Frequente
- ☐ Outra: _____

35. Considerando que existe abandono/insucesso escolar, indique qual a razão principal?

36. Qual a gravidade das situações entre crianças e jovens na sua freguesia?

Marcar apenas uma oval por linha.

	Não existe esta situação	Existem casos isolados	Existem situações frequentes	Número elevado de casos
Negligência por parte dos familiares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Trabalho infantil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uso de drogas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ingestão de bebidas alcoólicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mendicidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Eixo 4 - Inovação e Qualificação dos Equipamentos e Respostas Sociais

37. Existem na sua freguesia, equipamentos sociais com resposta social na área da infância?

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Não existe
- ☐ Creche
- ☐ Ama
- ☐ Jardim de infância
- ☐ Outra: _____

38. Que tipo de respostas/equipamentos sociais considera necessários na sua freguesia?

39. Se considera que há necessidades de respostas/equipamentos sociais, porquê?

40. Na sua opinião, o que poderia ser melhorado ao nível dos programas/projetos que já decorrem na freguesia?

Eixo 5 - Exclusões Sociais e Grupos de Risco

41. Considera que na sua freguesia existe um número elevado de imóveis sem condições de habitabilidade?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim, existem

☐ Não existem

☐ Outra: _____

42. **Caracterize, de forma geral, os imóveis da sua freguesia:**

Marcar apenas uma oval por linha.

	Não existem	Existem alguns	Existe número elevado
Em ruínas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fracas condições de habitabilidade (sem eletricidade, saneamento...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Necessidade de pequenas obras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Em condições de habitabilidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

43. **Considera importante a existência de habitação social e/ou temporária/emergência na sua freguesia?**

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, é importante
- ☐ Não é importante
- ☐ Outra: _____

44. Se respondeu afirmativamente à resposta anterior, porque considera importante, e em que casos se aplicaria estas habitações?

45. Quais os maiores desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência na sua freguesia?

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Ausência de ofertas para a integração no mercado de trabalho
- ☐ Falta de acesso às Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
- ☐ Barreiras arquitetónicas (ex: falta de rampas, habitações não adaptadas, transporte)
- ☐ Políticas sociais não adequadas (ex: acesso à educação, apoios sociais, entre outras)
- ☐ Ausência de vagas para integração em estabelecimentos residenciais
- ☐ Ausência de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)
- ☐ Todas as opções anteriores
- ☐ Outra: _____

46. Na sua freguesia considera que ocorrem situações de trabalhadores migrantes/sazonais?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Outra: _____

47. Na sua freguesia existe comunidade cigana?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, existe
- ☐ Não existe
- ☐ Existe alguma
- ☐ Outra: _____

48. Se respondeu que sim à pergunta anterior, quais os desafios que mais enfrentam?

49. Em relação aos migrantes, considera que na sua freguesia é um grupo em grande crescimento?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Outra: _____

50. Qual é a gravidade do problema do alcoolismo na sua freguesia?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não existe problema de alcoolismo
- ☐ Existem casos isolados de alcoolismo.
- ☐ Existem alguns casos frequentes de alcoolismo.
- ☐ O alcoolismo é uma questão preocupante na freguesia.
- ☐ Outra: _____

Eixo 6 - Igualdade de Género e Não Discriminação

51. Na sua opinião, há igualdade entre homens e mulheres na distribuição das tarefas domésticas/trabalhos rurais e outros, nas famílias da sua freguesia?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei
- ☐ Outra: _____

52. Na sua opinião, as mulheres da sua freguesia conseguem conciliar trabalho, família e lazer?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei
- ☐ Outra: _____

53. Na sua freguesia existem ou existiram casos relacionados com violência doméstica?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não se aplica
- ☐ Outra: _____

54. Se respondeu afirmativamente à pergunta anterior, refira em que grupos se verifica(ou) de forma mais habitual e frequente?

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Jovens
- ☐ Adultos
- ☐ Idosos
- ☐ Outra: _____

Eixo 7 - Parcerias Institucionais

55. Na sua freguesia há dificuldade de acesso à informação da Rede Social?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei

56. Considera importante estabelecer parcerias para combater algum fenómeno que esteja a ocorrer na sua freguesia?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

57. Se respondeu afirmativamente à questão anterior, identifique as entidades parceiras mais importantes e o objetivo(s) da parceria(s).

58. Utilize este espaço para fornecer informação que considere relevante.

OBRIGADO PELA SUA PARTICIPAÇÃO!

Equipa Radar Social

ANEXO - Atualização dos Instrumentos Sociais do Município de Bragança

Atualização dos Instrumentos Sociais do Município de Bragança

No âmbito da atualização da Carta Social, Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação, para o período de 2024-2026, solicita-se o preenchimento do questionário, referente a projetos, programas e medidas inovadoras do concelho de Bragança. Deverá ser enviado até ao dia 08/07/2024, no sentido de assegurar o cumprimento dos prazos calendarizados para a 1ª Fase de implementação do Projeto Radar Social.

Este questionário tem como objetivo recolher informações sobre as práticas inovadoras adotadas por Entidades Públicas e Instituições Particulares. Pretende-se entender melhor as estratégias utilizadas, identificar os principais obstáculos e partilhar boas práticas para enfrentar os desafios sociais atuais.

1. Email *

2. Denominação da Entidade/Instituição

3. Morada

4. Contactos telefónicos (fixo/móvel)

5. E-mail institucional

6. Site institucional

(Se aplicável)

7. Outras redes sociais

8. Nome do Interlocutor Institucional

9. Contacto do Interlocutor Institucional

10. A Entidade/Instituição que representa desenvolve, atualmente, algum tipo de projeto/programa/medida na área social?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

☐ Outra:

11. Se respondeu “sim” na questão anterior, identifique o(s) projeto(s)/programa(s)/medida(s) em curso, sua denominação e respetivos financiamentos (se aplicável).

12. Indique, numa escala de 1 a 4 (1-Sem nenhuma importância e 4-Extremamente importante) o nível de importância relativamente aos seguintes aspetos:

Marcar tudo o que for aplicável.

	1 - Sem nenhuma importância	2 - Pouca importância	3 - Importante	4 - Extremamente importante
Apoio Financeiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Recursos Humanos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Equipamentos (Viaturas; Mobiliário diverso; Informático; Material de: saúde, manutenção...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Instalações (Edifícios; Armazéns, ...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Parcerias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

13. Identifique outros aspetos que considere prioritários investir a curto prazo.

14. Desde 2023 até à data atual verifica-se a existência de alguma destas situações, seleccione qual(ais) se aplica(m) à sua entidade:

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Aquisição/melhoria de veículos (ex. elétricos)
- ☐ Alargamento da intervenção da entidade/instituição a outras zonas geográficas
- ☐ Ampliação de Equipamento
- ☐ Construção de um Novo Equipamento
- ☐ Medida(s) Aprovada(s)
- ☐ Programa(s) com Candidatura Aprovada
- ☐ Projeto(s) com Candidatura Aprovada
- ☐ Projeto(s) com Candidatura em Curso
- ☐ Remodelação de Equipamento
- ☐ Não Aplicável
- ☐ Outra: _____

15. Identifique as fontes de financiamento no caso de se ter verificado alguma das situações anteriores.

16. **Caso tenha apresentado candidatura a algum projeto/programa/medida, indique o tempo médio que obteve para a sua aprovação/não aprovação.**

17. **A quem se dirige a candidatura do projeto/programa/medida?**

18. **Descreva uma situação em que a Entidade/Instituição que representa, teve de adotar uma abordagem inovadora para resolver um problema. Detalhe a situação e a abordagem adotada.**

19. **De que forma a Entidade/Instituição incentiva a inovação e a criatividade nas suas iniciativas sociais?**

Exemplifique as práticas e/ou políticas sociais

20. Quais os resultados observados após a implementação de uma abordagem inovadora (projeto/medida/programa)?

Indique o impacto no público-alvo e na comunidade.

21. Quais os principais desafios que a Entidade/Instituição que representa enfrenta ao tentar implementar abordagens inovadoras (projeto/medida/programa)?

Exemplos concretos e como foram superados.

22. Que tipo de formação ou capacitação é oferecida aos colaboradores para promover abordagens inovadoras?

Exemplos de programas ou workshops.

- 23. Existem parcerias com outras Entidades/Instituições para fomentar abordagens inovadoras (projeto/medida/programa)?**

Detalhe as parcerias e os seus impactos.

- 24. Houve algum projeto/medida/programa ou iniciativa replicado por outras Entidades/Instituições ou comunidade tendo em conta o seu sucesso?**

Exemplifique e contextualize.

- 25. Na construção do seu projeto/medida/programa foram consultados previamente os seus destinatários/beneficiários?**

26. Em relação aos projetos/medidas/programas de que forma a Entidade/Instituição avalia os mesmos?

Indique os métodos de avaliação e indicadores de sucesso.

27. A Entidade/Instituição obteve algum feedback do público-alvo ou da comunidade sobre a eficácia dos projetos/medidas/programas?

28. A sua Entidade/Instituição tem parcerias com outras organizações?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

☐ Outra: _____

29. No caso de ter respondido afirmativamente à questão anterior, mencione quais as parcerias e a forma de articulação com as mesmas.

30. Na sua Entidade/Instituição considera que o voluntariado contribuiu para a implementação/desenvolvimento de atividades no âmbito dos projetos/medidas/programas? Se sim, refira exemplos.

(Se aplicável)

31. Utilize este espaço para fornecer qualquer informação adicional que considere relevante.

OBRIGADO PELA SUA PARTICIPAÇÃO!

Equipa Radar Social



BIBLIOGRAFIA

- CLAS – Bragança | Diagnóstico Social – Adenda Intercalar (Atualização 2023)
- CLAS – Bragança | Plano de Desenvolvimento Social (PDS) - Adenda Intercalar (Atualização 2023)
- Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (2024). Desemprego registado por concelhos - Estatísticas Mensais (julho 2024). Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.

Web grafia

- <https://www.seg-social.pt/>
- https://www.seg-social.pt/documents/10152/1197978/Port_139_2013
- Sefstat – Portal de Estatística
- ISS/MTSS